



# ACTA N.º 01/2007

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro, de dois mil e sete, no Auditório do Centro Associativo Municipal, sito nesta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes Deputados: José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, Walter Santos e Pedro Faria.

Os senhores Deputados Ana Elisa Santos, Maria Isabel Gonçalves, José Manuel Silva, António Sequeira, Domingos Carvalho, Carlos Luso, Carlos Poço e Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, fizeram-se substituir, nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos cidadãos imediatamente a seguir na lista de candidatura, respectivamente por: António Fernandes, Artur Duarte Cordeiro, Manuel da Conceição Batista, António Filipe Matias, Maria Clara Monteiro, Nuno Santo, Firmino Fonseca e Joaquim Pinheiro Oliveira, Tesoureiro da respectiva Junta de Freguesia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Raul Castro, Dr. Vítor Lourenço, Eng.<sup>a</sup> Isabel Gonçalves, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.<sup>a</sup> Neusa Magalhães, Dr.<sup>a</sup> Carla Sebastião, Dr.<sup>a</sup> Lucinda Caleira e Eng.º Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores: Paulo Reis e Ana Cristina Branco, 1º e 2º Secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. MERCADO DE VENDA POR GROSSO DO FALCÃO – ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
3. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ORTIGOSA - **Apreciação, discussão e votação;**
4. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DE MARINHEIROS, DA FREGUESIA DE MARRAZES, DO CONCELHO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
5. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA AO CENTIMFE (CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
6. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ANQUIP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A QUALIDADE NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
7. PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
8. AJUSTAMENTO DE PORMENOR DO LIMITE DO ESPAÇO URBANO – PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 2/05, SITO NO LUGAR DE LAMEIRAS, FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA, EM NOME DE FILIPE MANUEL PEREIRA CARREIRA – **Apreciação, discussão e votação;**
9. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE COBRANÇA DE TAXAS E ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2007 – **Apreciação, discussão e votação;**
10. DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (MANDATO DE 2007/2009) – **Apreciação e votação;**
11. PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA FONTE LUMINOSA – FORNECIMENTO DE PROJECTO DO TÚNEL – **Apreciação, discussão e votação;**
12. PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – **Apreciação, discussão e votação;**
13. REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIOS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXI - DO MUNICÍPIO DE LEIRIA - **Apreciação, discussão e votação;**



14. CRIAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ANULAÇÃO DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E CONSERVAÇÃO DO SANEAMENTO – **Apreciação, discussão e votação;**
15. DIREITO DE SUPERFÍCIE DOS TERRENOS ONDE ESTÁ IMPLANTADO O COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE LEIRIA - **Apreciação, discussão e votação;**
16. DIREITO DE SUPERFÍCIE DOS TERRENOS ONDE ESTÃO IMPLANTADAS AS ACESSIBILIDADES E OS ESTACIONAMENTOS INTEGRADOS NO EURO 2004 - **Apreciação, discussão e votação;**
17. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LEIRIA- **Apreciação, discussão e votação;**
18. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL LITORAL DE FINS ESPECÍFICOS – ESTATUTOS –**Apreciação, discussão e votação.**
19. U.A.C. – UNIDADES DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO (AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO) – ESTATUTOS - **Apreciação, discussão e votação.**



## ANTES DA ORDEM DO DIA

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito boa noite a todos!

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, em primeiro lugar os senhores secretários da Mesa.

Cumprimento também todos os senhores Deputados, quer os eleitos directamente quer os representantes das Freguesias, cumprimento a senhora Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimento os senhores membros da comunicação social e dizer que é sempre com prazer que os recebemos e cumprimento os cidadãos de Leiria, que estão presentes nesta Assembleia.

Antes de mais, gostaria de informar que há vários pedidos de justificação de faltas, mas eu queria, com a vossa anuência, permitir abrir esta sessão com o período de intervenção do público. Inscreveram-se dois munícipes, para exporem os seus assuntos, e dar-lhes-íamos agora a palavra em vez de estarem à espera até altas horas da noite.

Como referi, tenho aqui dois pedidos, e pela ordem de inscrição, chamava o senhor Pedro Neves. não sei se já se encontra aqui na sala, informaram-me há pouco de que ele estaria um pouco atrasado, mas como há outro pedido, é de uma menina, a Rita



Carolina Rosa Coelho da Silva, que pretende dirigir-se à Assembleia, vou dar-lhe entretanto a palavra e depois seguir-se-á a intervenção do senhor Pedro Neves.

Faça favor!

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

### ***MUNÍCIPE (RITA SILVA)***

Boa noite!

Sou a Rita Carolina, tenho dezanove anos e diariamente deparo-me com barreiras arquitectónicas.

A minha vinda aqui, nesta ocasião, está relacionada com a minha ida ao Cine-Teatro, depois das obras de melhoramento que foram lá realizadas.

Para minha surpresa, deparei-me com uma situação de não poder assistir ao filme, nas condições desejáveis, dado que, as únicas cadeiras que me poderiam ser destinadas, se situavam nas filas da frente.

Devo acrescentar, a este facto, o de não poder usufruir do andar superior, limitando-me, de todos os acontecimentos que aí possam vir a ser realizados, dado que, não foi previsto um elevador.

Em nome de todos quantos como eu, estão nesta situação, recorro a esta Assembleia, de forma, a que seja respeitada a nossa inclusão, e o decreto-lei 163/2006, que prevê lugares distribuídos por vários pontos da sala.

Gostaria também que no momento actual pensassem mais nas pessoas com mobilidade condicionada. Obrigada.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Eu vou entregar o texto desta mensagem à senhora Presidente da Câmara e não temos dúvidas de que lhe vai dar a sua maior atenção.

Segundo me informam o senhor Pedro Neves ainda não chegou e portanto a sua intervenção terá de ficar para outra oportunidade.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos, com a informação sobre os deputados que não podem estar aqui hoje presentes e que pedem a justificação das faltas, indicando os respectivos substitutos.

A senhora deputada Isabel Gonçalves, por motivo de doença não pode estar presente e indica como seu substituto o senhor Artur Duarte Cordeiro, o senhor deputado José Manuel Silva que por razões de ordem profissional não pode estar presente, é



substituído pelo senhor Manuel da Conceição Batista. Também por motivos profissionais, o senhor deputado António Sequeira não pode estar presente, é substituído pelo senhor António Filipe Matias, o senhor deputado Domingos Carvalho por motivos de férias marcadas há já algum tempo e será substituído pela senhora Maria Clara Monteiro, o senhor deputado Calos Luso, por razões também profissionais será substituído pelo senhor Nuno Santo, ainda a senhora deputada Ana Elisa Santos, por motivos profissionais, será substituída pelo senhor António Fernandes, o senhor deputado Carlos Poço, também por razões profissionais, aliás em representação da Assembleia da República está no estrangeiro, será substituído pelo senhor Firmino Fonseca. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Memória, informa que não pode estar presente mas não indica substituto, e, finalmente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, indica como seu substituto, o Tesoureiro da Junta, senhor Joaquim Pinheiro Lains de Oliveira.

Depois, dar conta da correspondência recebida pelos serviços de apoio, apenas duas ou três notas importantes. Uma a do Ministério da Justiça, que acusa a recepção da moção que lhe foi enviada sobre o encerramento das instalações da Polícia Judiciária, e informa que no âmbito da reestruturação da Polícia Judiciária em curso, o departamento em Leiria daquela polícia não será encerrado. Uma informação do grupo parlamentar do PSD, da Assembleia da República, que envia cópia do pedido efectuado à Comissão Europeia, pelos deputados do PSD eleitos por Leiria, para *“determinar a adopção dos adequados procedimentos e mecanismos políticos e legais tendentes a que o Estado português e em especial as regiões atingidas pelas violentas intempéries, possam ser apoiadas no esforço de reconstrução e de reparação das infra-estruturas e equipamentos públicos afectados pelas tempestades de Outubro passado.”*

Ainda do Ministério da Administração Interna, que também acusa a recepção da moção enviada pela Assembleia Municipal de Leiria.

Tenho aqui também um pedido do senhor deputado José Manuel Silva, no qual me pede informações sobre uma reunião de esclarecimento que ficou de ser realizada, no âmbito do processo de encerramento dos SAP. Eu falei pessoalmente com o Presidente da ARS, o Prof. Fernando Regateiro, que se mostrou disponível para isso, a quem eu pedi que me indicasse uma data que lhe fosse propícia, mas até agora ainda não recebi essa informação, mas naturalmente que farei alguma pressão nesse



sentido, porque o tempo começa a ser escasso se quisermos ter alguma intervenção nesta matéria.

De seguida passaríamos ao período de intervenções sobre assuntos de interesse para o concelho. Estão abertas as inscrições!

***DEPUTADA MARIA ESPADINHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO)***

Boa noite a todos.

Maria Espadinha, CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimas Vereadoras e Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimas senhoras Deputadas e Excelentíssimos senhores Deputados.

Venho apelar à sensibilidade de V.Ex.as para a resolução dos problemas inerentes à construção da A17, que atravessa a freguesia de Monte Redondo.

Como é do conhecimento de V.Ex.as, e também da Estradas de Portugal, da Lace – consórcio construtor, da Brisa, e do Governador Civil, os problemas nesta obra já são muitos, designadamente no Lugar da Ribeira da Bajouca, no troço que faz a ligação das freguesias de Monte Redondo e Bajouca onde a passagem inferior não em as dimensões adequadas para a passagem em segurança de um autocarro escolar, e muito menos para o cruzamento de duas viaturas, com difícil acesso quer a montante, quer a jusante do referido túnel, não sendo possível qualquer manobra de inversão ou de marcha-atrás.

Neste caso concreto, o que está executado é um viaduto de cinco metros de largura, onde serão edificados dois passeios, um de cada lado, “roubando” pelo menos um metro, ficando o viaduto apenas com a largura de quatro metros.

Com passeios de meio metro de largura, que segurança terão os peões? E as crianças das escolas?

Ora, assegurar a simples passagem automóvel entre as duas freguesias não é o suficiente. É necessário olhar à segurança dos cidadãos, quer eles transitem em transportes, quer eles transitem pedonalmente.

Olhando à segurança das pessoas, não se vislumbra qualquer garantia da mesma e nesse sentido apelo a todos que providenciem na ajuda para solucionar este problema, que a manter-se a actual situação, poderá vir a acarretar grandes problemas para as populações das freguesias de Monte Redondo e Bajouca.



A Câmara Municipal de Leiria já interpôs providência cautelar contra a EP, o que não teve desfecho favorável. Interpôs acção cível (quando sair o resultado desta mesma acção, já a auto-estrada estará construída). A população reconhece o empenho, ainda que tardio, mas isto só não chega! Urge a união entre todos, por forma a que possamos protestar e levar a bom porto estes mesmos protestos.

Não reivindicamos o interesse e os benefícios da construção da A17 por terras de Monte redondo. Reivindicamos a segurança de todos. Aqueles que são desta freguesia, e aqueles que não são.

Por isso, mais uma vez, apelo a todos os presentes, que de uma forma muito pessoal se debrucem na resolução deste problema, que possivelmente, poderá encontrar-se numa mesa de negociações entre as diversas entidades.

Estou convicta, creio que o estamos todos, que o custo de uma solução com a segurança necessária é de longe muito inferior ao custo de qualquer acidente ou vida humana. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado.

De seguida tem a palavra o senhor deputado Paulo Pedro.

***DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)***

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

O problema que me traz hoje aqui infelizmente está a ser vulgar no resto do País. Tem a ver com o avanço do mar sobre a nossa linha de costa. Efectivamente, saí há pouco da praia do Pedrógão, e constatei mais uma vez que o mar estava a bater a mais de dois metros da estrutura do Centro Azul, e do paredão talvez uns dez, quinze metros. Uma parte de algumas estruturas já foram danificadas, a duna primária a sul da zona da ETAR estava prestes a ser galgada, e também a norte, a duna primária estava muito maltratada.

Ao longo dos últimos anos, tem-se notado constantemente um recuo da linha de costa e uma ameaça muito grande àquela zona de dunas. Existe uma constatação científica e essa constatação é feita por professores universitários de renome, estou-me a lembrar do Prof. Alvarinho Dias, que já o disse na Marinha Grande a convite da OIKOS, hoje ouvi também na rádio, uma professora Universidade de Aveiro, a dizer que este recuo da linha de costa ao longo das situações mais problemáticas do País



tem sempre a ver com a existência de estruturas portuárias e com estruturas de barragens a dos nossos rios ao longo da costa portuguesa. A maior parte das estruturas portuárias a nível nacional são construídas perpendicularmente à costa, e isso altera completamente a dinâmica de inertes que é transportada pelas correntes dominantes de norte para sul. Isso acontece na Figueira da Foz, a construção do seu porto acabou por diminuir completamente o transporte de inertes para sul, uma vez que, aqueles que são retidos antes do molhe norte provocaram a expansão enorme da praia e, aqueles que porventura passem o molhe norte e fiquem na embocadura do porto, eram até há muito pouco tempo, extraídos, dragados e vendidos. Já em 1996/1997 fizemos uma exposição para diversas entidades acerca deste problema, e nessa altura tivemos conhecimento que em apenas três anos foram quantificados oficialmente, um milhão de metros cúbicos de areia vendidos. Efectivamente a que foi vendida foi muito mais do que isto, porque a que foi extraída era superior a este número, esta era aquela que era quantificada para venda. Isto mostra o crime ecológico que se foi propagando durante anos, através da extracção de inertes.

Hoje, estamos todos a sofrer come esta situação. Podemos ver que há praias a sul da Figueira da Foz que iam desaparecendo, se não tivessem sido feitas construções logo a seguir à construção do porto, pequenos esporões, a praia da Gala, a praia da Cova etc. E nós, andamos a sofrer ao longo destas últimas décadas, e eu noto isso de há vinte anos a esta parte, claramente, cada ano se nota o recuo da linha de costa, cada ano as pedras ficam mais à mostra em todo o areal.

Tivemos conhecimento há pouco tempo, que o porto da Figueira da Foz é uma estrutura portuária, está fora dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, nomeadamente no nosso, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar/Marinha Grande, como são estruturas portuárias não têm intervenção de qualquer entidade de planeamento nacional, e por isso mesmo quando foi feito esse plano de ordenamento, a que todos nós nos temos que cingir, as estruturas portuárias não têm que se cingir a isso e portanto, continuaram a trabalhar erradamente a este nível. Também neste nível foi projectado agora há pouco tempo, três ou quatro anos, o aumento do molhe norte do Porto da Figueira da Foz, e é um aumento em quatrocentos metros, vem quase que duplicar o molhe norte, e se até agora nos preocupava esta situação, por aquilo que existia, e se até agora sabíamos que isto tinha implicações gravíssimas e basta ver o que aconteceu na Vieira de Leiria, com a diminuição da estrutura existente da Foz do Rio Lis melhorou as condições da Praia





da Vieira e foi uma diminuição de apenas algumas dezenas de metros. Agora podemos imaginar as consequências negativas que isto terá para toda a costa, a sul da Figueira da Foz, a construção de mais quatrocentos metros de molhe.

Eu posso-vos dizer que o projecto está executado, o estudo do impacto ambiental foi aprovado, já existe uma declaração de impacto ambiental, e portanto, a obra está para ser lançada daqui a algum tempo.

Estou muito preocupado e aquilo que trazia aqui a esta Assembleia e à Câmara Municipal é a minha preocupação no sentido, de se for possível, fazermos alguma coisa para evitar este crime ambiental e este é um crime que vamos pagar muito caro no futuro. Não há dúvidas nenhuma. E portanto, penso que se for possível fazermos alguma coisa para evitar este crime, sobretudo com aquilo que aconteceu hoje na Praia do Pedrógão e que vai acontecer nas próximas marés vivas, o mês que vem que tem marés intensas, será de prever que iremos ter prejuízos como já estamos a ter hoje. Era só obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado.

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Maceira, senhor António Febra.

***DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA)***

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

O que me traz aqui são coisas muito simples, e referem-se aos factos que têm vindo à Comunicação Social e alguns deles a Junta de Freguesia até nem tem conhecimento. Refiro-me a uma eventual avaliação de terrenos na zona industrial da Maceira, que me parece ser confusa, porque existem várias zonas industriais, umas de pequenas dimensões que já têm infra-estruturas juntas, e achamos que o preço que vem na Comunicação Social até é capaz de estar certo, mas existe cerca de cem hectares de zona industrial em que de facto os terrenos são muito mais baratos, não chegam a vinte euros. Mas o mais grave é que, eu penso que quando é feita uma visita à freguesia com esse objectivo, a Junta de Freguesia deveria ter conhecimento dessa pretensão, eu estou sempre disposto a receber visitas que venham emanadas da Câmara Municipal ou de uma delegação qualquer que a ela pertence, como os



SMAS, SIMLIS, etc., e portanto ter conhecimento destas coisas através da Comunicação Social é muito baixo. Se estou errado, depois digam-me.

Esses e outros factos, muitas vezes nós Presidentes de Junta, quando tomamos conhecimento, já andam no terreno e são pessoas que nos vêm contar. Pedia portanto compreensão aos serviços e à Câmara, que tivessem um bocadinho de consideração pelos Presidentes de Junta, para não ficarmos envergonhados ao ouvir estas coisas.

Quanto ao facto de neste momento haverem algumas informações sobre o aterro sanitário, quero informar que, embora muitas vezes não tenha vindo na Comunicação Social porque parece que são só afectadas duas das Juntas, Maceira está a sofrer bastante com os cheiros, principalmente nos Cavalinhos, na zona sul do aterro, são cheiros bastante fortes e difíceis de suportar. Queria também dizer aqui que, o Presidente da Junta está solidário com o povo e está solidário com as outras Juntas de Freguesia que estão a ser afectadas .

Outra situação gravíssima é a questão do saneamento. Faz precisamente oito meses este mês que foram colocadas placas de informação com o prazo final para conclusão dos trabalhos de saneamento. Infelizmente, esse prazo termina este mês e nem sequer a obra foi começada. É uma situação muito grave, não há explicações dos motivos, a Junta e a população não são avisadas. Basicamente era isto, pedia à senhora Presidente o favor de no futuro ser mais cooperativa nestes aspectos, acho que o merecemos, por vezes somos um bocado duros mas é no sentido de colaborar e andar para a frente. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

Boa noite.

João Cunha, PSD.

O Distrito de Leiria, Concelho de Leiria, são conhecidos como território de grande dinamismo económico e capacidade empresarial. Nós temos no nosso concelho empresas de grande impacto que contribuem para o Produto Interno Bruto da nossa região de forma muito significativa e também para o País. Temos empresas que dão emprego a muita gente, e o caso que hoje venho aqui trazer, é um espelho da



preocupação que vejo por não se dar atenção ao desenvolvimento económico que muitas vezes é propalado publicamente nas intenções das entidades oficiais. E venho falar aqui do caso das acessibilidades a uma das empresas que maior emprego dá no concelho, refiro-me aos acessos na Ponte da Madalena, à fabrica ROCA. E refiro este caso porque se trata de uma empresa que movimenta por dia (para termos uma noção) cento e trinta camiões, veículos pesados, trata-se de uma situação em que o acesso no sentido sul/norte obriga à utilização de uma via muito estreita em frente a uma casa que tem habitação e comércio, trata-se também de um sentido de via que é paralela ao IC2 mas em sentido inverso o que muitas vezes leva à intervenção da Brigada de Trânsito da GNR, autuando as pessoas que ali circulam, nomeadamente os trabalhadores que todos os dias se dirigem à fábrica para trabalhar. É uma situação que tem vindo a ser acompanhada pela Junta de Freguesia das Colmeias há já algum tempo, sabemos que a própria empresa está disponível para contribuir financeiramente para a procura de uma solução, sabemos também que já há duas versões de propostas que foram apresentadas ao Instituto de Estradas acerca desta matéria, é um processo que dura há sete anos, sabemos que o Instituto de Estradas já reconfigurou várias vezes a intervenção naquele local, nomeadamente uma solução que poderia ser tratável localmente, eventualmente passando por trás de uma zona de construção que existe ali, mas ao que foi dito, o Instituto de Estradas queria fazer uma intervenção que envolvia uma faixa que vinha da zona sul, do cruzamento do Barracão até à Ponte da Madalena.

É portanto uma situação que pode colocar em risco a vida de muitos automobilistas e de cidadãos que ali circulam, prejudica claramente a actividade económica desta empresa que é uma empresa de capitais estrangeiros, e portanto, no momento em que o País necessita de apoio às empresas, estamos aqui perante uma situação muito concreta e específica, em que não se colabora com uma empresa que cria riqueza para o País.

O alerta e o pedido que aqui quero deixar, e dirija-me ao senhor Presidente se for possível, solicitar ao Instituto de Estradas de Portugal informação mais detalhada sobre o que é que está a ser feito para dirimir este problema. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado.



Penso que poderíamos dar a palavra à senhora Presidente da Junta das Coleias para dar algum esclarecimento complementar e entretanto terminámos as inscrições para este período de “antes da ordem do dia”.

***DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA SISMEIRO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS)***

Boa noite a todos.

Maria de Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias.

Efectivamente é como diz o senhor deputado João Cunha, mas concretizando melhor alguns aspectos que ela aqui referiu, sete anos talvez para o último projecto, porque de facto a ROCA, há vinte anos que se debate com o problema do acesso à empresa. O último projecto também custeado pela ROCA à semelhança do anterior, tem a ver já com o acesso paralelo situado entre a empresa e o IC2, à semelhança também do que passa ali próximo com o Retail Park.

Como eu disse, a ROCA é que tem suportado todos os projectos, já tem um parecer favorável a nível central, do IEP, mas esse parecer não está sequer formalizado. Não há também ainda acordo quanto à comparticipação dos custos. A ROCA propõe-se custear efectivamente parte do projecto, que vai desde o entroncamento com a IC2 até à fábrica, isto é, quem vai de sul para a fábrica tem que cometer uma transgressão, ou seja, tem que virar no cruzamento que entronca com o IC2 à sua esquerda o que é proibido e sendo que a GNR ali se coloca, quem para lá queira virar comete necessariamente uma transgressão. A parte norte incluiria algumas expropriações e essa parte ficaria a cargo do IEP. Mas como eu disse, não ainda acordo sequer, quanto à comparticipação dos custos. A parte sul absorveria necessariamente um prédio rústico da empresa e numa outra parte seria necessário até demolir parte da empresa, nomeadamente alguns muros já construídos, e a ROCA construiria ainda um muro de suporte do talude do IC2.

Efectivamente também como o deputado João Cunha disse, é uma empresa que quando há troca de turnos, saem ali cerca de trezentas viaturas ligeiras em cerca de meia hora para já não referir a entrada e saída das viaturas pesadas. É uma empresa que é neste momento a nível mundial a primeira empresa no seu ramo. Depois da aquisição dos grupos da China, da Malásia, da Croácia e do grupo indiano. É bem certo que o seu capital é a cem por cento espanhol (tirando a parte indiana), mas geram receitas provenientes de impostos e tem contribuído também para a sediação de outras empresas, que são os seus fornecedores directos, como é o caso da



empresa Caiado etc., oitenta por cento da sua produção é exportada para todo o mundo, sendo produzidas por ano, nada mais nada menos do que dois milhões e meio de peças. Além disso, todos os dividendos que ali são auferidos têm sido investidos dentro do próprio País. Como também o deputado João Cunha referiu, a nível distrital é a maior empresa empregadora, suporta oitocentas famílias, sendo sessenta da Freguesia de Colmeias e trezentas e cinquenta do concelho de Leiria.

Qual é a premência deste apelo do deputado João Cunha?

Também ainda concretizando, é que a pendência de licenciamentos, certamente como se passará também com outras empresas, e neste caso concreto da ROCA uma pendência que também decorre da própria pendência do PDM, trará a curto prazo os investimentos e reinvestimentos, e a pendência de execução deste projecto volto a afirmar, com que a ROCA se debate há vinte anos, poderá levar a sua administração a equacionar a médio prazo a deslocalização da empresa.

Por isso faço meu o apelo do deputado João Cunha e muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tendo em conta o pedido que foi feito, sugeria que se fizesse a redacção do problema, para que depois isso possa ser enviado .

Agora tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, Fernando Antunes.

***DEPUTADO FERNANDO ANTUNES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DOS POUSOS)***

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas, a todos boa noite!

Venho aqui movido pelo sentimento de esperança de obter de V.Ex.as o voto de confiança de que necessito, para levar a bom termo a tarefa que tenho em mente e que passo a expor:

De há uns anos a esta data, a minha freguesia tem sido alvo de diversas vias de acesso à cidade, nomeadamente a Via de Penetração de Leiria, a Circular Oriente de Leiria, a A1, a IC2, a ligação da A1 à A8, a futura Circular Interna de Leiria e finalmente, a IC36.

Todas estas infra-estruturas, muito benéficas para a generalidade, para os Pousos não são mais do que linhas que dividem a freguesia em fatias e separam os seus povoados sem qualquer contrapartida.



De momento é a IC36 que me está a causar preocupações. Está em causa a proposta da freguesia da construção de um túnel, em substituição de uma vala, projectada.

Há anos que se discute o itinerário desta via entre diversas entidades mas os Pousos nunca esteve presente nessas discussões.

No entanto, face a estes procedimentos e projectos que considera incorrectos, o executivo da Freguesia manifestou desde o início, o seu descontentamento através do Governo Civil, da Câmara Municipal, da Estradas de Portugal e ainda do Ambiente e Ordenamento.

Estas diligências deram origem à reunião que teve lugar nesta Câmara Municipal, em Outubro do ano findo, onde estive presente.

Desta reunião resultou uma carta enviada pelo Instituto de Estradas de Portugal à Câmara Municipal, da qual tive conhecimento seis meses depois.

Esta carta deu-me a entender, pelas razões apresentadas e que são de influência relativamente insignificante e algumas até sem fundamento, que as decisões tomadas inicialmente nunca estiveram abertas a discussão.

Informam que vão enviar elementos ao Instituto do Ambiente, para avaliação do impacte ambiental e que é fundamental que a Câmara de Leiria se pronuncie formalmente.

Muito bem, a Câmara de Leiria deve pronunciar-se formalmente, mas a favor dos interesses da população. Como Presidente da Freguesia e parte interessada na defesa do seu património que está em causa, gostaria de saber se a Câmara já se pronunciou e em que termos.

É aqui que peço a V.Ex.as se dignem exercer o poder que vos foi confiado, para alterar um hábito que é frequente no País: avançar, mesmo sabendo que se avança mal. Se este itinerário anda em estudo há tanto tempo para ficar mal feito, que não seja pela falta de tempo que não se faz bem.

Como já expliquei, utilizei vários recursos para me fazer ouvir, sem resultado. Se agora não me for facultado o que pretendo, não me resta outra alternativa que é recorrer à mobilização de toda a população da freguesia, através da convocação de uma assembleia geral.

Termino, agradecendo a todos a atenção com que me escutaram. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Vitorino Pereira, peço aos senhores deputados que tenham as suas intervenções escritas e no caso de terem essa



possibilidade, que as enviem por correio electrónico para a D. Teresa, no sentido de lhe facilitar a transcrição para a acta das respectivas intervenções.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos, desejando uma profícua sessão de trabalhos.

Para começar, não posso deixar de me referir ao último Referendo, dando os parabéns ao Concelho de Leiria, ao Distrito e ao País.

Devo salientar que em 1998, no Referendo então efectuado no Concelho de Leiria, foram às urnas menos de 13% dos possíveis votantes, contrastando com o de há duas semanas, em que a votação de 50% dos eleitores se traduziu numa verdadeira manifestação de responsabilidade cívica, que nos apraz salientar. Em 1998, votaram no Não 56% dos cidadãos, e votaram no Sim 43%. Em 11 de Fevereiro votaram no Não 45% e no Sim, quase 55%. Passado nove anos, o nosso concelho votou no estado laico contra o estado confessional, votou na democracia, vou na modernidade contra o arcaísmo, a separação entre a religião e o Estado, fundamental numa democracia, deu um grande salto graças a este voto popular. Voto popular que, quer indubitavelmente um Portugal mais urbano, menos conservador, menos fundamentalista e em que a liberdade pessoal seja uma matriz de valor extremamente relevante, enfim, tornarmo-nos também mais europeus.

Após esta manifestação de regozijo, passo a acrescentar à lista das lamentações, como já não chegasse os casos da Leirisport, dos geradores, das descargas poluidoras para os rios e sobretudo da Ribeira dos Milagres, que continuam impunes, ainda vamos conhecendo outras situações que não abonam muito a favor dos nossos autarcas. A forma como o executivo camarário tratou o caso do aterro em Leiria, é, neste aspecto, exemplar.

Em 2002, a Câmara aceita contrariando o protocolo existente e aprovado em Assembleia Municipal, que a unidade de valorização orgânica e o futuro aterro se localizem, se mantenham, no concelho de Leiria. E para tal, em 2005, é efectuada a escritura de compra de 97,77 hectares de terrenos sitos em Reserva Ecológica Nacional, com base em deliberação por unanimidade, da Assembleia Geral da Valorlis AS, de Novembro de 2004. Como se sabe, os terrenos sitos em zonas de Reserva Ecológica, têm pouco valor económico, face em princípio, à impossibilidade de neles se construírem imóveis. Se não erramos nas contas, o terreno foi comprado pelo Valorlis a mais de 8,5 euros/metro quadrado, na moeda antiga a mais de mil e



setecentos escudos o metro quadrado. Para termos uma ideia do negócio, na zona e mais ou menos pela mesma altura, em expropriações efectuadas para a auto-estrada, o preço por metro quadrado em áreas de pequena dimensão, logo em áreas em que o preço seria mais elevado e em terrenos com frente para a estrada, pagava-se e depois de muito regateado a cerca de trezentos escudos o metro. Ainda no ano passado, em 2006, a Brisauto, no lance Marinha Grande/Mira para a A17, pagou nesta zona a um proprietário para um terreno com um hectare, com ampla frente para a estrada, a 2,50 euros/metro quadrado, o que corresponderia (em princípio) a um terreno como o que a Valorlis comprou, e tendo em atenção a sua extensão, a valores à volta de cinquenta a sessenta cêntimos, isto é, cem ou cento e vinte escudos o metro quadrado. Quero com isto dizer que, a área que foi comprada com a autorização de diversas Câmaras (e entre elas a nossa), valeria na altura provavelmente entre cem mil e cento e cinquenta mil contos, e os distintos representantes autárquicos autorizaram que o negócio se efectuasse (segundo os jornais) por um milhão e setecentos mil contos.

É verdade meus senhores! Deram-se a mais cerca de um milhão e meio de contos ou se quiserem, mais de sete milhões de euros. Como é que isto foi possível? E ao que soubemos, os proprietários ainda ficaram com madeiras do terreno avaliadas em milhares de contos. E este negócio, foi aprovado por todos os presentes das eis Câmaras que fazem parte da Valorlis, foi validado por todas as autarquias accionistas, nem um só questionou (que se saiba) o negócio efectuado. Nem um só se lembrou da possibilidade de expropriação do terreno, invocando o interesse público, não foi feita nenhuma avaliação? E se sim, quem foi o avaliador? Que confiança é que nos merecem tais autarcas? O que querem que nós pensemos de tal atitude? Espera-se que a Câmara nos dê mais elementos, para podermos compreender minimamente, o que na realidade se passou.

Finalmente, na última Assembleia Municipal, um outro autarca, o senhor vereador Fernando Carvalho, do pelouro de Transportes e Obras Públicas desta Câmara, e aquando da discussão do ponto referente ao concurso público para andar comercial de dimensão relevante, afirmou o seguinte e finalizando a sua análise do ponto de vista legal da possibilidade da construção em áreas do PDM, definidas como de equipamento., disse e passo a citar:

*“ E portanto, sob o ponto de vista da legalidade, penso que disse tudo. É nosso entendimento e o entendimento de pessoas que saibam muito mais disto do que nós,*





*e já foi aplicado em Coimbra sem qualquer tipo de contestação, e por isso julgamos que estamos no caminho certo.”*

O que o senhor vereador afirmou não corresponde à verdade e poderá ter induzido muitas pessoas a votarem por tal motivo favoravelmente à proposta apresentada pelo executivo, o que é muito grave.

Temos muitas dúvidas em acreditar, face à publicidade do facto, que o senhor vereador desconheça que, contrariamente ao que afirmou, o entendimento aplicado em Coimbra esteve muito longe de ser pacífico, bem pelo contrário. Levantou tanta celeuma, que levou à aplicação de vários artigos contra o empreendimento em diversos jornais, locais e nacionais, a debates públicos, a manifestações contra o mesmo e tudo isto culminou com um processo movido pelo Ministério Público e não por particulares, contra o Município de Coimbra e contra a empresa construtora, com o intuito de considerar nulas as deliberações de 12 de Maio de 2003, que considerou aprovado o projecto de arquitectura do Euroestádio apresentado pela empresa construtora, assim como de 8 de Setembro, que considerou aprovar o aditamento ao projecto e ao despacho que aprovou os projectos de especialidades em 9 de Dezembro de 2003. A sentença do processo, diz-se, deverá ser dada ainda este mês. Face a este circunstancialismo. O senhor vereador mantém a sua afirmação que tiveram todo o cuidado e que procuraram levar o assunto até à exaustão ? E que inclusive estudaram os cadernos de encargo do Centro Comercial de Coimbra? Então ninguém vos disse o que se passava? Ninguém falou do processo que corre termos no Tribunal Administrativo de Coimbra desde 2004? Todo o mundo sabe, só os senhores é que não!

Assim senhor vereador, escamoteando factos importantes com o intuito de nos induzir em erro, não podemos dar a esta Assembleia a dignidade que os cidadãos eleitores esperavam que ela viesse a ter.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado José Manuel Verdasca.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL VERDASCA (PSD)***

José Manuel Verdasca, PSD.



Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros colegas Deputados, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores!

Eu queria começar por vos falar somente da freguesia mais rica do Concelho de Leiria – Marrazes.

Senhora Presidente, eu estou digamos preocupado com um conjunto de acções que têm estado a ser desenvolvidas e, nomeadamente gostaria de saber, considerando que existe uma parceria que foi feita entre a Freguesia de Marrazes e a Câmara Municipal de Leiria, acerca do projecto da ZICOFA, na zona industrial da Cova das Faias, e já lá vão cerca de nove anos por coincidência com este mesmo executivo e julgo que já é altura de fazer uma avaliação ao desempenho dos dois parceiros. Acho que é legítimo e por gostaríamos de saber qual o ponto de situação, qual é a dívida por parte da Câmara que existe perante a Junta de Freguesia de Marrazes, qual o apuramento das contas correntes, e quais os lotes que foram vendidos ou que estão por vender, e naturalmente também que lotes necessitam de ser ratificados pela Assembleia de Freguesia de Marrazes, porque julgo que existem alguns lotes que têm estado a ser ou que foram, digamos assim transaccionados, e que não foram objecto de ratificação da própria Assembleia de Freguesia. Eu não quero afirmar, só pergunto porque quero obter informações acerca de todo este assunto. A minha preocupação é pelo facto de a população ter uma noção de que existem muitos milhões na Câmara Municipal para serem entregues à Freguesia de Marrazes, mas como disse e repito, não tenho essa certeza e por isso eu coloco aqui essa questão. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem a palavra o senho deputado Hilário Estrada, Presidente da Junta de Bajouca.

***DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)***

Boa noite!

Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca, PSD.

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Imprensa aqui presente, meus Senhores e minhas Senhoras!



Venho aqui usar da palavra não por vaidade mas porque sinto a necessidade de informar esta Assembleia, de alguns problemas que a construção da auto-estrada A17, que vai ligar a Marinha Grande a Mira, tem causado às freguesias que por ela são atravessadas, nomeadamente, à Freguesia da Bajouca.

A construção da A17, é sem dúvida uma mais-valia para o nosso Concelho, como também, para todas as freguesias. O nó de ligação na principal via de acesso à Bajouca e estando situado na zona do futuro parque industrial de Monte Redondo/Bajouca, não posso estar mais satisfeito. Devo dizer, que a auto-estrada não atravessa terrenos da Bajouca, passando na Freguesia de Monte Redondo muito perto do limite das duas freguesias.

A Freguesia de Bajouca, tem duas vias directas de acesso a Monte Redondo. Uma liga directamente Monte Redondo à Bajouca, outra liga dois lugares – Ribeira da Bajouca e Bajouca de Baixo. A estrada principal que liga directamente a Bajouca a Monte Redondo, permite-nos fazer essa ligação em cinco minutos, situação que vai com certeza ser alterada depois da abertura ao trânsito da A17, devido à intensidade de tráfego, que por ela vai passar.

A outra alternativa que actualmente existia, a população da Bajouca vai deixar de a ter, uma vez que, devido às obras da A17 foi construído uma PI (um túnel) com quarenta e oito metros de comprimentos e cinco metros de largura. Porém, em toda a sua largura, serão construídos passeios, reduzindo assim a faixa de rodagem para quatro metros, o que não permitirá a circulação de dois veículos em simultâneo, pondo assim em causa a segurança das pessoas, sendo que esta estrada é utilizada todos os dias por autocarros do colégio, no transporte de dezenas de crianças da minha freguesia.

Tenho alguma dificuldade em compreender que ainda hoje se sobreponham interesses particulares à segurança das pessoas. Alertámos todas as entidades competentes para a resolução deste problema, mas como somos uma freguesia pequena, ninguém nos quer ouvir. Devo dizer também, que a Câmara Municipal tem estado do nosso lado, mas nem a providência cautelar nos deu razão, sobrepondo às nossas pretensões, interesses públicos e privados.

As freguesias atravessadas pela A17, estão solidárias umas com as outras, na tentativa da resolução dos problemas que são comuns a todas e tardam em ser resolvidos.



Quero deixar aqui um apelo à senhora Presidente da Câmara Municipal, para que reúna com urgência com o senhor Governador Civil de Leiria, com o senhor Presidente da Brisa, com o senhor Presidente do E.P., e em especial com o senhor Ministro das Obras Públicas, Eng.º Mário Lino, para que seja encontrada uma solução para este problema.

Quero apelar aqui também a esta Assembleia, para que tome uma posição sobre esta matéria, que a todos diz respeito. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

O tema é idêntico ao que a senhora Presidente da Junta de Monte Redondo apresentou no início, e mais uma vez eu sugiro que em conjunto façam uma moção, mas estão-me a dizer que há outras soluções, tudo bem.

Tem agora a palavra p deputado João Fonseca.

***DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)***

Boa noite, João Fonseca, Partido Socialista.

Logo no início do preâmbulo do Regulamento do Conselho Consultivo para a Defesa e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria, aprovado em Assembleia Municipal, lê-se: "A reabilitação e salvaguarda do Centro Histórico de Leiria, são uma responsabilidade da comunidade e do Município." Mais à frente, "Deve ser desenvolvido um plano integrado de reabilitação e revitalização do Centro Histórico, com programas concretos, respeito e identidade da zona histórica, a qualidade de vida e segurança do seus moradores e residentes, a fim de devolver ao Centro, a dignidade urbana e cultural a que tem direito." Termina dizendo: " O Centro Histórico deve ter um plano de circulação, transportes e estacionamento em sintonia com a da cidade, de forma a evitar o seu esvaziamento urbano e asfixia do comércio, e assegurar a melhoria das condições de utilização por moradores e outros cidadãos."

Quer isto dizer que, uma das formas de revitalização do Centro Histórico passa forçosamente pelo estacionamento. O parque de estacionamento debaixo do Mercado Sant'Ana, está concluído e tanto quanto julgamos pronto, tendo mesmo já funcionado temporariamente, mas continua fechado.

A pergunta impõe-se: Para quando a sua abertura e o que é que a tem impedido?

Obrigado.



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra agora o senhor deputado Cláudio de Jesus.

***DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)***

Cláudio de Jesus, PSD.

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, excelentíssimos Vereadores, caros Colegas, digníssimos membros da Mesa, Comunicação Social!

São três os assuntos que aqui me trazem e começaria pelo primeiro, pegando nas palavras do deputado Paulo Pedro, na sua intervenção.

Nós no grupo municipal do PSD, corroboramos das suas preocupações, a sua explicação foi muito bem dada, a hidrodinâmica costeira do lado ocidental da nosso País funciona muito bem se o Homem não intervencionar a linha de costa, como infelizmente tem acontecido em muitas e muitas ocasiões, e isso para sul tem sempre consequências negativas como explicou e bem.

A nossa sugestão é que, se quiser, se prepare uma Moção no seio da Assembleia, que se submeta à votação e que se remeta para as entidades competentes para ver se ainda vamos a tempo de evitar esse eventual crime ambiental, não eventualmente afectando a nossa geração digamos assim, mas seguramente trará consequências muito negativas para as próximas gerações.

A segunda questão é um assunto que me traz aqui com alguma frequência, o senhor Presidente da Junta da Maceira que me perdoe, mas eu tenho que dar aqui a explicação que o senhor já conhece, embora tenha voltado a dizer que não estava informado e que a população não estava informada.

Sabe tão bem quanto nós que, em matéria de saneamento, a Maceira tem tido vicissitudes várias, seguramente não por vontade das entidades que estão a gerir o processo, garanto-lhe, mas o que tem acontecido foi que tivemos que recorrer a uma figura que a lei nos permite, entrámos em litígio com a empresa que estava proceder às obras, houve uma paragem das mesmas, tivemos que accionar os mecanismos que a lei nos confere de Auto de Posse Administrativa, está-se e agora friso isto muito bem, a rever o projecto do que falta fazer, a pedido seu, porque entretanto houve um redimensionamento da malha urbana, e portanto os Serviços Municipalizados de Leiria estão a redimensionar o projecto para lançar novamente o concurso para as obras que faltam fazer. Fica aqui a explicação dada.

O último assunto, que aqui me traz, pelo menos por agora, eu pedia-vos que agora me deixassem “despir” do meu papel de deputado municipal, eleito pelo PSD, e



falasse enquanto provavelmente a única pessoa que está nesta sala, que viveu do princípio ao fim, o processo de aquisição dos terrenos para a empresa Valorlis, entre os anos de 2002 e 2004.

Eu era à data administrador-delegado, portanto o administrador com funções executivas nomeado pelo Conselho de Administração, e, há aqui uma parte da história que todos conhecem, que se desenvolveu num estudo de alternativas de localização, que demonstrou que do ponto de vista técnico e económico e mesmo do ponto de vista ambiental (porque não dizê-lo) era vantajoso equacionar-se a manutenção das infra-estruturas que viriam nos próximos anos e estávamos a falar em primeiro lugar numa Central de Valorização Orgânica, que mais não é do que uma fábrica que produz energia a partir do lixo biodegradável, e produz também um composto utilizável em agricultura, que tem necessariamente que ter um aterro sanitário complementar de apoio. Eventualmente numa segunda fase, todo o resto da infra-estrutura aterro sanitário pós-encerramento, seria transferido também para os ditos terrenos que se vieram a identificar nas imediações. E vieram-se a identificar, primeiro porque a Assembleia Geral de empresas, após várias reuniões, após demonstração, e aí penso que os autarcas tiveram muito bom senso e defenderam claramente os interesses das populações que os elegeram, nessa altura fomos mandatados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, na Assembleia Geral estão as seis Câmaras Municipais da região e a Empresa Geral do Fomento, que é o accionista maioritário mas as câmaras foram unânimes na decisão de, mandatarem o Conselho de Administração para procurar um novo local para todo este conjunto de infra-estruturas. E assim se fez, o Conselho de Administração nomeou duas pessoas. Eu estava em permanência, e um colega que era o Eng.º Dimas Pestana que, pasme-se, tem só trinta anos de gestão e portanto, provavelmente era um mau gestor (gestão na maior parte das vezes no sector privado embora tenha tido actividade bancária, director-coordenador de um banco em Paris), fomos nós dois que conduzimos as negociações e identificámos algumas potenciais localizações para este conjunto de infra-estruturas, fomos mesmo procurados até por alguns proprietários que entretanto foram sabendo deste conjunto de informações, e posso dizer-vos que, houve duas pessoas que me ofereceram (porque nessa altura estava sozinho) um terreno contíguo às instalações actuais da Valorlis, um terreno mesmo ao lado, que tem dois hectares e meio, e ofereceram-me esse terreno não a oito euros mas a oito contos o metro quadrado,



ou seja, a quarenta euros. E o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira sabe bem que é possível recorrer à figura da expropriação, por declaração de utilidade pública, e isso é recorrente. Mas também sabe bem, que se o expropriado não concordar, pode recorrer para Tribunal. E quem nos garantia que o Tribunal não daria razão por um valor descomunal? E quanto tempo passaria até nós conseguirmos obter esta figura da expropriação? Bom, isto para contar pelo menos uma pequena parte da história, do processo de aquisição dos terrenos, ara a empresa Valorlis.

Por isso, eu tenho que lamentar, profundamente, que algumas pessoas, aliás, ilustres empresários desta praça, provavelmente a coberto da sua aura de ilustres empresários, lancem atoardas sobre pessoas que provavelmente nem conhecem, nunca ouviram falar, não conhecem o seu percurso profissional, pessoas essas que, mandatadas por um Conselho de Administração que depois validadas numa Assembleia Geral, deram sequência a um processo, que foi pasme-se, auditado, pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, porque como se sabe, comprou-se um terreno que tinha cem hectares, também já é público que só se comprou esse terreno, essa mancha, eram duas propriedades indivisas, as duas da mesma família, e só se comprou porque a família disse que, ou era tudo ou não era nada, e nós precisávamos apenas de um quarto daquilo no máximo. E então concordámos e dissemos que seria posto à consideração da Assembleia Geral, e aí, em sede de Assembleia Geral, decidiu-se que, se aprovaria a compra se se pudesse, se o concedente Estado permitisse, porque futuramente da venda das parcelas não necessárias neste conjunto de infra-estruturas e que ainda é muito hectare, resultasse uma diminuição na tarifa dos resíduos pagos ou cobrados pela Valorlis aos municípios. E então digam-me, se isto é gerir mal a causa pública. Depois, o Instituto Regulador emitiu um relatório, em que, passo a citar dois dos aspectos que me parecem relevantes, e perdoem-me recorrer a documentos que são do foro privado mas acho que isto justifica a explicação:

*“ Numa futura desafecção do terreno, a empresa deverá acautelar ainda os seguintes aspectos: Os proveitos decorrentes da alienação de terreno, deverão desonerar as tarifas da empresa durante os anos subsequentes até ao termo da concessão.”.*

E outro ponto que ainda me parece mais relevante : *“ A alienação do terreno não poderá em qualquer dos casos, constituir um prejuízo económico para a empresa.”*



Isto quer dizer tão somente, que quem tutela a Valorlis - Instituto Regulador das Águas e Resíduos – disse “O.k., vocês compram isso e a seguir quando puderem e for oportuno vendem, mas isso constitui uma receita que fica inscrita nas contas da empresa, não para gerar mais-valias porque nunca é o objectivo da constituição de uma sociedade como a Valorlis, mas sim para desonerar a tarifa. E não se esqueçam de uma coisa, estão a comprar a oito euros por metro, que nós dizemos que é um valor justo, mas nunca vão poder vender a menos de oito euros.”

Então digam-me, se alguém no seu perfeito juízo, ia comprar um terreno a oito euros por metro, sabendo que tem uma tutela a dizer-lhe que “não pense que se algum dia vender vai vender a menos de oito euros, se não vai preso”. E no fim de tudo isto, a Valorlis, no dia 29 de Setembro de 2004, escreveu uma carta ao senhor Chefe de Gabinete do Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território de então, descrevendo resumidamente aquilo que eu estou aqui a contar por palavras minhas, e pede autorização para a aquisição da totalidade do terreno disponível, que são noventa e sete vírgula setenta e sete hectares. Já agora, convém dizer que foi comprado exactamente a oito euros por metro, quando se diz que são oito euros e meio é porque se estão a contabilizar aí todos os custos inerentes a um processo de escritura, IMT's etc. O senhor Ministro despacha, aliás, o Chefe de Gabinete que pôs no papel o despacho do senhor Ministro, que diz :

*“ Tendo em consideração o parecer do IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos, autorizo a aquisição do referido terreno pela Valorlis, devendo a empresa seguir as recomendações aí mencionadas. Comunique-se à empresa.”*

*16/11/2004*

*Luís Nobre Guedes”*

Portanto meus caros, eu penso que fui transparente como é meu hábito, aliás, fui sincero, e se acham que isto é um acto de má gestão da causa pública, então não sei o que é que são bons actos de gestão da causa pública. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado.

Tem a palavra agora a senhora deputada Manuela Santos.

***DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)***

Boa noite a todos.

Manuela Santos, Partido Socialista.





Num semanário regional desta semana, vem noticiado que o bowling de Leiria está a funcionar ilegalmente há cerca de dez meses, muito embora o despacho de embargo, assinado pela senhora Presidente, meses antes da sua abertura. Mais se refere que esse despacho, nunca chegou a ser entregue ao seu destinatário.

Penso que todos nós nos questionamos perante esta notícia, em primeiro lugar e desde logo se será verdadeira, e logo a seguir e em caso afirmativo, de quem é a responsabilidade por esta situação.

O outro assunto que me traz aqui, prende-se com o Regimento da Assembleia Municipal.

Nos termos do artigo 30º do Regimento, os membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até trinta dias. A sua substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito, dirigida ao Presidente, na qual são indicados os respectivos início e fim.

Tem vindo a ser entendido, que os deputados municipais ao participarem as suas ausências às sessões, deverão desde logo indicar que pretendem ser substituídos, tal não acontecendo, os seus lugares ficarão vagos.

Salvo melhor opinião, parece ser aconselhado um outro tipo de actuação, seja pela via da interpretação do referido artigo, ou seja, entendendo-se que um deputado ao participar a sua falta pretenderá desde logo a sua substituição, designadamente pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, não tendo que o referir expressamente, seja pela via de alteração/revisão da redacção deste artigo, onde explicitamente se contemple esta situação.

Contribuir para uma presença total dos membros desta Assembleia, decerto trará maior pluralidade de ideias e prestigiará a actuação deste órgão democrático. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Muito boa noite a todos.

Eu queria em primeiro lugar, expressar a minha estranheza pelo facto de, por um lado ter feito parte da Comissão do Centro Histórico, conhecer muito bem a planta síntese de classificação do edificado, e de repente ser confrontado, quando passo à



Fonte Freire, com a completa demolição de um conjunto de edifícios que estavam classificados com edifício de acompanhamento, com letra C e D, e que me disseram ser hoje propriedade da Construtora do Lena.

Eu queria dizer que, se não houver aqui uma explicação, acerca desta decisão e de como é que foi possível, depois de cinco anos de debate em sede de Comissão da Assembleia Municipal, de andarmos com uma carta síntese onde é claro que estava consensualizada, de repente vemos ali aquele buraco que como toda a gente sabe, estando classificado embora não aprovado (certamente que é outra questão que julgo que temos que começar também aqui a colocar, porque há dois anos que nos vêm dizendo que a proposta estava a ultimar, e a verdade é que fizemos aqui há nove meses uma proposta para que a Comissão reunisse para ver o ponto da situação e acompanhar toda a dinâmica de revitalização e desenvolvimento do Centro Histórico), a verdade é que vou ter que fazer aqui hoje outra proposta no sentido de envolver o senhor Presidente da Assembleia Municipal, com uma data em concreto e com uma composição em concreto, porque eu julgo que não se entende porque razão não é a composição anterior que deve continuar a funcionar, e se houver algum ajustamento a fazer que se faça por proposta desta Assembleia ou do próprio Conselho, porque o que não se admite, eu não quero acreditar, que a Câmara autorizou a demolição. Eu conheço situações, da casa da minha mãe e de pessoas minhas vizinhas, quando eu morava ali no Largo Marechal Gomes da Costa, que para mudar algumas coisas tiveram que suar muito. E de repente alguém, perante uma classificação que andou de mão em mão anos e consensualizada, chega ali e arrasa? Bom, isto tem que ter uma explicação, porque se não houver uma explicação tem que passar a um voto de veemente protesto em relação a esta situação. E julgo que também se impunha, se porventura houver alguma situação menos clara, a reposição. Já tem acontecido, que o mais fácil às vezes para conseguirem concretizar-se alguns projectos, é tomar iniciativa, e depois de estar está. Eu espero uma resposta muito clara acerca desta matéria, e senhor Presidente, espero que hoje esta Assembleia marque a data da Comissão que está decidida por esta Assembleia, que há nove meses que se adia por responsabilidade do PSD e que é inaceitável.

A outra questão tem a ver com os aspectos ligados à Saúde, e dizer que se confirma aquilo que afinal de contas tínhamos aqui levantado, e que foi preocupação também de uma Moção desta Assembleia. Agora fazem comunicados aos utentes das



urgências do Hospital de Leiria, dizendo-lhe ara não irem lá porque não têm condições para os aguentar. Isto assim não vai lá com debates com o senhor responsável pela Direcção Regional de Saúde, isto vai lá coma exigência da reabertura do SAP de Leiria. A solução não pode ser dizer às pessoas que sentem a necessidade de recorrer a um serviço público de saúde ou a uma urgência e dizer-lhes que não vão lá. Esta não é a solução.

E aquilo que eu proponho também muito em concreto é que, façam os debates todos, mas eu julgo que se exige que Leiria assuma uma postura em defesa dos seus interesses. Quando vamos ver a classificação dos mapas em relação aos vários aspectos da nossa vida, se fôssemos ver o que tem acontecido nos últimos anos, porque já vamos tendo alguma idade para olhar para trás e ver o que tem acontecido, nós éramos por exemplo um distrito de minerais não metálicos mas o respectivo centro tecnológico foi para Coimbra, e tínhamos posições em relação por exemplo à indústria de plásticos, mas nunca conseguimos trazer para aqui nada que nos pudesse aproximar da nossa indústria em que somos o principal pólo. Discutimos as valências de Leiria quando o hospital era novo, Aveiro levou todas as valências (ainda me lembro da discussão em relação a nefrologia) , Leiria ficou sempre numa posição subalterna. Agora Viseu leva uma valência polivalente, Leiria que tem trezentos e vinte mil utentes as utilizar o Hospital de Leiria, fica com uma medico-cirúrgica e com duas ou três valências básicas em todo o distrito, sem SAP's. Isto é inadmissível! E Leiria tem que assumir também, como capital de distrito, uma posição de luta em defesa dos interesses das populações. Não pode ser o senhor administrador do Hospital de Leiria a fazer aquele tipo de comunicados, e não se fecha nada e nem se pode fechar nada sem se abrir alternativa. Isto é inaceitável.

Daí que, a minha proposta é esta, a Câmara peça uma audiência ao senhor Ministro da Saúde, vejamos como é que podemos desenvolver um processo de exigência de reabertura do SAP, e não deixar no vazio as populações, com naturalmente a presença das principais forças políticas da Assembleia.

Eu em relação à Valorlis, não queria entrar aqui na discussão em relação a aspectos (até porque outros tomaram a iniciativa, mandaram o processo para a Procuradoria da República e muito bem), agora há uma coisa que fica clara, é que , se a Câmara de Leiria aceitou certo tipo de processo e de condições aceitou mal, não o devia ter feito, e aceitando mal a Assembleia não pode hipotecar o direito de decidir em definitivo acerca daquela matéria. E julgo também senhora Presidente da Câmara,



que se justificava a sua palavra acerca de um conjunto de coisas que já aqui vieram e como eu já estou aqui há muito tempo, era bom também que explicasse. Não punha em causa a honestidade de ninguém mas é evidente que vieram à praça pública um conjunto de afirmações, nomeadamente em relação aos preços, nomeadamente em relação às decisões e nos compromissos que foram tomados, que esta Assembleia precisa também que se clarifiquem.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado .

Naturalmente que a senhora Presidente dará os esclarecimentos que entender.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos André.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Boa noite Carlos André, Partido Socialista.

Na penúltima Assembleia Municipal, que teve aqui lugar, a senhora Presidente da Câmara Municipal reagiu de forma indignada e, como tivemos oportunidade de dizer na altura, desproporcionada, em relação a uma intervenção de uma deputada municipal do Partido Socialista porque, terá ela sugerido ou sugeriu de facto na sua intervenção, que em relação à localização do aterro da Valorlis a Câmara Municipal teria mudado de ideias. A senhora Presidente da Câmara reagiu indignadamente, chamámo-lhe a atenção para isso, a nosso ver, repito, reagiu de uma forma desproporcionada, pouco elegante e em termos que não são próprios desta Assembleia. Dissemo-lo na altura mas, ficámo-nos por aí.

Depois de quanto veio a lume nos últimos dias na Comunicação Social regional, depois da possibilidade que tive de ter acesso às actas respectivas, eu desejava apenas reduzir a minha intervenção a duas ou três perguntas.

É ou não é verdade que a Câmara Municipal de Leiria, enquanto accionista da Valorlis, no dia 19 de Agosto de 2002 em Assembleia Geral, votou a favor da continuação do aterro no local onde ele se encontra? Se não é verdade, e admito que não seja, porque é que a acta da Assembleia Geral de 19 de Agosto de 2002, não foi objecto de proposta de alteração?

Se, como indicia o facto, de a acta não ter sido alterada, se é verdade, em que deliberação da Câmara Municipal de Leiria, é que os representantes da autarquia nessa Assembleia Geral se fundamentaram, para votarem dessa forma?



E se isso aconteceu, em que deliberação da Assembleia Municipal de Leiria é que assentou a decisão da Câmara Municipal e a decisão desses representantes nessa Assembleia Geral?

E se porventura é verdade, então permita-me, senhora Presidente da Câmara, que lhe recomende que no futuro pese melhor as palavras, quando reagir às intervenções que são intervenções políticas. dos membros da bancada da oposição.

O segundo aspecto, que peço que seja entendido com a maior das correcções, eu compreendo perfeitamente o que levou o senhor deputado Cláudio de Jesus a fazer a intervenção que fez agora, de resto agradeço-lhe os esclarecimentos porque, confesso-lhe que fiquei mais esclarecido, em todo o caso senhor Presidente da Assembleia Municipal não posso deixar de apelar para si, no sentido de evitar que aconteçam aqui situações de falta de equidade, porque a certa altura o senhor deputado Cláudio de Jesus deixou de falar enquanto deputado, ficou claro que falou enquanto ex-representante da empresa que estava aqui em causa, e aí criamos uma situação que é uma situação delicada. Já hoje aqui, falámos várias vezes e acredito que vamos aprovar um documento contra uma empresa, votarei a favor dele, que fique claro, que é a Brisa e não está cá ninguém da Brisa para falar, e portanto, estas coisas exigem outra configuração, não quero dizer que não deva ser feito o esclarecimento, como disse agradeço ao senhor deputado Cláudio de Jesus o esclarecimento que fez, mas penso que nós enquanto órgão autárquico, estamos aqui todos em função do voto que nos elegeu mas não em função daquilo a que estamos ligados. Não quero dizer que os esclarecimentos não pudessem ter sido dados, mas outra configuração deveria ter sido encontrada. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado, pelo que me diz respeito eu aceito a reprimenda, mas devo dizer que tenho tentado conduzir esta Assembleia na maior liberdade possível. Muita gente excedeu o tempo e muita gente excedeu o tempo falando de coisas que tinham pouco interesse para a Assembleia ou para o Concelho. Mas se em qualquer altura, algum dos deputados for frontalmente discordar dos termos em que está a ser usada a palavra por outros deputados e quiser chamar a atenção da Mesa, naturalmente que a Mesa decidirá também em conformidade.

E portanto, eu passava agora a palavra à senhora Presidente da Câmara, pedindo-lhe o que não fiz aos outros, que use o seu grande poder de síntese tanto quanto



possível, porque nós já ultrapassámos largamente o tempo que devíamos dedicar a este período.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Vereadores, vou tentar ser o mais sintética possível.

Vou tentar abordar as questões mais ou menos pela ordem que foram colocadas como é meu hábito.

E começo pelos problemas que foram levantados pelo menos por dois Presidentes de Junta e que têm a ver com a A17.

Penso que o principal do problema foi dito, foram explicadas as posições que a Câmara já veio assumindo ao longo do tempo, só para esclarecer alguns pormenores que talvez não tivessem ficado devidamente esclarecidos.

Evidentemente que quando a Câmara avançou com uma providência cautelar e estou-me a referir sobretudo ao problema da passagem inferior entre a Ribeira da Bajouca e a Bajouca, fê-lo, depois de esgotadas todas as possibilidades de entendimento com as entidades responsáveis. Ou seja, quando aqui é recomendado para se fazer uma reunião com o senhor Governado Civil e com o senhor Presidente da E.P., isto tudo foi feito, aliás, houve por parte do senhor Governador Civil um empenho grande também, na resolução do problema, o que acabou por não ter sucesso. Foram várias as reuniões e as conversas telefónicas com o senhor Presidente do E.P., e chegou-se a um ponto de situação que (e os senhores Presidentes de Junta sabem isto) a E.P. tomou uma posição deste género "Nós não assumimos a responsabilidade do ponto de vista de custos ou de acréscimos de custos que tem o fazer a passagem com as medidas e com a largura que deveria ter desde o início. Se o consórcio responsável pela construção assumir, por nós, não há problema nenhum". Avançou-se várias conversações com o consórcio, as várias entidades incluindo o E.P., não tendo o consórcio aceite essa proposta. O que levou a que a Câmara, face a uma resposta negativa por parte do E.P., instrísse um processo de providencia cautelar que conforme aqui já foi dito, não teve sucesso, e avançando agora com um processo cível, conforme também já foi dito.

O que se poderá fazer mais? Além da força que tem uma posição da Assembleia, que acho que tem toda a pertinência, é evidentemente uma reunião com o senhor Secretário de Estado ou com o senhor Ministro das Obras Públicas, que já está



solicitada, para além e falo dos dois assuntos ao mesmo tempo, que irá ter como objectivo falar do problema da A17 que é um problema mais premente porque está a obra em curso, como é sabido, e falar também do problema do IC36 que aqui foi colocado pelo senhor Presidente da Junta dos Pousos, infelizmente para nós todos não se trata de uma pertinência tão grande porque não está ainda em construção, mas, dizer ao senhor Presidente da Junta que como ele sabe, estivemos presentes pelo menos numa reunião em que este assunto foi debatido e a Câmara apoiou-o na sua posição, continuará a apoiar, e iremos sensibilizar porque aí sim, estaremos muito mais a tempo de ainda resolver o problema a consenso e de acordo com aquilo que parece pertinente pela Junta de Freguesia dos Pousos. Portanto, já fizemos o pedido de reunião para tratar desses dois assuntos. Evidentemente que se eu lá for com uma posição, para além da posição da Câmara que também já foi assumida, da Assembleia Municipal, dar-me-á outra força . Já dissemos aqui que a solução não passará por deitar abaixo aquela passagem e fazer uma mais larga, mas passará por fazer uma idêntica ao lado que resolve exactamente da mesma maneira o problema e será uma solução do ponto de vista prático, mais equilibrada e mais factível tendo em conta o ponto de situação da obra.

Relativamente ao problema do mar na Praia do Pedrógão e que eu concordo em absoluto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, acho que tem razão, é uma coisa que verificamos de ano para ano, e portanto, eu até admito que o problema se venha a verificar não tanto nas gerações futuras como dizia o deputado Cláudio, mas se calhar com uma maior rapidez face àquilo que é visível de ano para ano. Queria dizer que também já fiz chegar toda a documentação que até me foi facultada e muito bem com pareceres técnicos, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, ao senhor Ministro do Ambiente mas acho que para além disso uma posição desta Assembleia que lá chegue, que é realmente importante para além de eu achar que deveremos também na Câmara, tomar uma posição sobre isto e portanto ser a Assembleia. Foi a posição da Presidente da Câmara, que como é sabido e é importante fazer esta distinção para aquilo que eu vou dizer a seguir, mas são órgãos diferentes, a Presidente é um órgão e a Câmara é outro órgão, de acordo com a lei das autarquias é assim mesmo, e portanto tomarmos uma posição em Câmara, fazer chegar ao senhor Ministro do Ambiente para evitar aquilo que o senhor Presidente da Junta nos falou e que tem a ver com o problema do Porto da



Figueira que de certeza absoluta irá provocar agravamento na situação do Pedrógão e nas outras praias todas.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente de Junta da Maceira, não vale a pena estar a repetir a questão do saneamento, que já foi aqui explicada em variadíssimas sessões. Na sessão anterior em que o senhor não esteve presente foi explicado exactamente aquilo que o senhor deputado Cláudio aqui contou sobre o problema com a empresa. Mas independentemente de ter sido explicado aqui na Assembleia Municipal várias vezes, foi explicado ao senhor, o senhor sabe isso, Sabe que é um processo complicado, pelo facto de ter havido um incumprimento por parte da empresa e por esse facto ter sido a Simlis obrigada a rescindir o contrato. Aliás, isso aconteceu não por rescisão mas por abandono de mais duas obras de saneamento no Concelho de Leiria, no último ano, e evidentemente quando isso acontece tem que se começar um processo de raiz, o que implica abrir um novo anúncio de concurso, apresentação de propostas, etc., todo aquela história que todos sabemos que implicam o concurso público, porque se está a falar de um concurso público. Neste caso concreto ainda mais com a necessidade pedida pela Junta de Freguesia da Maceira, da revisão do projecto, o que significou ainda mais um atraso para o lançamento do concurso, mas a Junta da Freguesia da Maceira pediu e nós achamos que fazia sentido fazer essa revisão. Portanto, não percebo a sua intervenção, não no sentido do manifestar o seu incómodo porque o seu incómodo é o meu incómodo, agora o que não percebo é manifestar desconhecimento de uma coisa que já foi explicada várias vezes não só pessoalmente como em diversas reuniões deste género.

Relativamente à intervenção do senhor deputado José Augusto Esteves, eu não lhe posso responder neste momento de cor qual foi a forma e o processo de licenciamento do projecto da Fonte Freire. Acho que era de todo o interesse e conveniência que o senhor deputado fosse analisar o processo e ver como é que se deu o licenciamento e o que é que está previsto no plano de pormenor não eficaz mas no plano de pormenor do Centro Histórico, porque como disse há pouco não o sei todo de cor. A única coisa que lhe sei dizer, porque me lembro de quando foi apresentado o processo em reunião de Câmara, de terem sido feitas exigências na reconstrução, em termos de reposição de fachadas para aprovação daquele projecto. Lembro-me efectivamente de aquilo estar numa situação de queda, de derrocada e de termos feito essas exigências. Agora quando o senhor me diz que tenho que lhe





explicar hoje, não o posso fazer porque não tenho de cor exactamente as exigências que foram feitas na aprovação daquele projecto. O que eu lhe pedia era que fosse à Câmara, junto da Arquitecta Vitória que se calhar é a pessoa indicada, analisar o projecto para ver quais foram as exigências que foram feitas, quais foram as circunstâncias de análise, porque nós estamos a seguir e isso posso-lhe dizer, rigorosamente, aquilo que está previsto no plano de pormenor que está em fase final de complemento para ir para discussão pública.

Relativamente à questão da Saúde que também foi levantada pelo senhor deputado, até porque falou nas valências do Hospital e eu estou absolutamente de acordo com aquilo que disse, é incompreensível que sejam dadas valências superiores ao hospital de Viseu do que ao de Leiria, não tem a mínima justificação, e queria-lhe dizer que já há uns meses a esta parte, a Câmara tomou uma posição de contestação baseada em dados objectivos, em estatística mesmo, relativamente a esta questão das valências do Hospital de Leiria. Fez chegar essa mesma posição (numa fase em que o documento do tal estudo feito estava em discussão pública) ao senhor Ministro da Saúde, contestando essa classificação que era dada ao Hospital de Leiria, sobretudo em contraponto neste caso que o senhor falou e faz todo o sentido falar, ao Hospital de Viseu.

Relativamente à questão concreta da senhora deputada Manuela Santos, em relação ao bowling de Leiria.

O que se passa é que não está licenciado o projecto do bowling. Não foi ainda aprovado finalmente. E na sequência disso, a Câmara actuou no levantamento da contra-ordenação. O que a Câmara não pode fazer e é bom que as pessoas percebam, é encerrar porque não tem força legal para isso. A Câmara apenas pode levantar a contra-ordenação e se não for cumprida segue para o Ministério Público, mas a Câmara não tem competência para o encerramento. A entidade que poderia ter competência para o encerramento (e o senhor deputado Carlos André sabe bem isto que eu vou dizer) é o Governo Civil, quando há problemas de ordem pública. E nós, no tempo em que ele era Governador Civil, chegámos a fazer isso em várias situações de manifesta falta de ordem pública, e em sintonia com a Câmara fechava-se. Como ali, aparentemente, não há situações de problemas de ordem pública, nunca nos foi feito nenhum pedido para o fazer. O que a Câmara tem feito é instaurado processo de contra-ordenação, no sentido de aplicação da coima, e o processo está a seguir no sentido da legalização que vai ser possível.



Relativamente à questão dos acessos à ROCA, que a senhora Presidente da Junta das Colmeias já referiu, trata-se de um problema da responsabilidade do E.P., sabemos que tem havido negociações várias entre o E.P. e a empresa ROCA para em conjunto tentarem resolver o problema, mas a verdade é que se arrasta há bastante tempo e ainda não chegou ao seu fim, o que realmente é de lamentar porque se trata de uma empresa de bastante importância, fundamental para o Concelho e para a região.

Relativamente à questão do aterro e sobretudo às questões concretas que foram colocadas pelo senhor deputado Carlos André, e que interessa esclarecer.

Eu queria contar toda a história com toda a verdade como é habitual, e fazer apenas um aparte no seguinte:

Quando eu respondi à senhora deputada Ana Elisa, na penúltima Assembleia Municipal, respondi não pelo facto de ela dizer que concordava ou deixava de concordar, mas pelo facto de ela ter dito que tínhamos sido induzidos na mudança de posição pelo PS. Foram estes termos utilizados pela senhora deputada. E isso, de facto não corresponde à verdade e eu passo a explicar.

Como é sabido, quando se começou a tratar, no sentido da Câmara vir a tomar uma posição relativamente à manutenção ou não do aterro naquele espaço, o processo desenvolveu-se do seguinte modo: Desde o início foram feitas várias reuniões com os elementos da Câmara, analisando prós e contras relativamente ao problema. E ninguém tem dúvidas nenhuma, que a minha primeira posição, que tinha sido manifestada enquanto Presidente da Câmara na dita Assembleia Geral da Valorlis que o senhor deputado André referiu e depois eu complemento, foi sempre que analisando o problema do ponto de vista económico-financeiro, que havia grandes vantagens na manutenção do aterro naquele espaço, ninguém tem dúvida. E quando eu digo ninguém tem dúvidas, é que é mesmo ninguém. Nem os elementos da Câmara que comigo falaram desde o princípio, nem sequer os representantes dos partidos na Assembleia Municipal com quem eu falei. Eu falei com o senhor deputado José Manuel Silva, falei com o senhor deputado José Augusto Esteves, falei com o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, falei com o senhor deputado Carlos Poço e falei com o senhor deputado Domingos Carvalho. E o meu ponto de partida para a conversa foi sempre neste sentido, a minha posição analisando o problema do ponto de vista económico-financeiro, é que há vantagens na manutenção do aterro naquele espaço. No entanto, a competência de decisão de manter ou não manter é da Câmara e da Assembleia Municipal e não da Presidente da Câmara. Porquê? Como é



bom de ver, porque a localização dele naquele espaço também tinha sido uma decisão da Câmara e da Assembleia Municipal. Portanto, a mudança ou não tem que ser dos mesmos órgãos. Tive esta conversa com os elementos todos da Câmara e tivemos várias reuniões em que este factor económico-financeiro pesava. E pesava, porque todos sabemos que a manutenção do aterro ali poupa ao Município de Leiria cerca de cem mil contos/ano, de tarifa, porque a mudança do aterro para o outro lado vai provocar um aumento de tarifa que ronda entre os oitenta mil a cem mil contos por ano.

O segundo factor, tem a ver com o facto de ser necessário manter naquele espaço uma estação de transferência, para suportar os lixos de Leiria e da Marinha Grande, que depois serão transportados para o aterro venha ele a situar-se onde vier.

Terceiro factor, o facto de Leiria e Marinha Grande produzirem mais de 52% dos resíduos de toda a Valorlis.

E portanto, quando nós começamos a analisar todo o processo (estou a falar dos elementos da Câmara), analisámos isto em termos do peso que iria ter ou não. E confesso, que a nossa primeira posição e digo de uma maneira geral todos, era a valorização destes factores. Pesa isto o facto, de eu ter feito logo de início uma conversa com os senhores Presidentes de Junta, da Freguesia da Barosa e dos Parceiros, em que esta posição foi-lhes igualmente manifestada, e que dos senhores Presidentes de Junta houve uma reacção no sentido de que lhes parecia razoável este raciocínio, desde que as freguesias tivessem contrapartidas financeiras. E foi assim que o processo se iniciou do ponto de vista de conversações. O mesmo fiz quando falei com os senhores membros da Assembleia Municipal. Quando nos começámos a aperceber, no decorrer do processo, tinha fica também combinado com o senhor Presidente da Junta dos Parceiros que me pediu uma reunião na conversa que tivemos, nomeadamente no lugar de Mouratos, que é o lugar que mais sofre directamente com a situação do aterro, e que seria importante haver essa reunião. Fomos fazer a reunião no lugar de Mouratos e percebemos que as pessoas aceitavam mal a solução, porque esta solução que eu estou a referir foi dita lá.

Também percebemos e o senhor Presidente da Junta que está aqui presente sabe que não é mentira o que eu vou dizer, é que 80% das posições que ali foram tomadas no lugar de Mouratos, não eram dos cidadãos de Mouratos. Eram induzidos por cidadãos que têm terrenos ao lado da Valorlis e que não estavam interessados na manutenção do aterro naquele espaço. A verdade, é que a reunião dos Mouratos foi



demonstrativa que havia uma reacção negativa, percebendo nós que tinha havido ali uma indução enorme por pessoas com interesse claro nos terrenos ao lado da Valorlis. Começamos a perceber depois, por parte do senhor Presidente da Junta da Barosa e também dos Parceiros, que à medida que as pessoas eram de certa maneira influenciadas, que começaram a reagir negativamente e que portanto nós deveríamos rever a nossa posição. E isto tudo que eu estou aqui a dizer, foi sendo sempre acompanhado pela Câmara no seu todo, eu fui informando a Câmara. E devo dizer que a minha mudança de posição final só teve a ver com uma razão, principal, o facto e que me foi lembrado pelo senhor vereador Raul Castro, de ter sido assinado um acordo parassocial por autarcas do qual ele também era parte, também o tinha assinado, e que era negativo para a população em geral perceber que o autarca assina hoje aqui uma coisa e nos dias seguintes assina uma coisa diferente. Apesar de haver factores que pudessem levar à mudança de posição. E foi na sequência dessas várias reuniões, que nós entendemos que fazia sentido que a posição da Câmara final deveria ser no sentido do cumprimento do acordo parassocial, porque há dez anos autarcas assinaram um acordo parassocial num determinado sentido e que é no mínimo incompreensível, que passados dez anos, apesar dos factores serem fortes, mudarem de opinião. E foi isso que fizemos na Câmara, mudámos o sentido, isto é, acabámos por votar por unanimidade no sentido de, cumpra-se o acordo parassocial. Aliás, na sequência dessa tomada de decisão, eu tive o cuidado de telefonar a todos os líderes dos vários partidos na Assembleia Municipal, a explicar precisamente a decisão que tinha sido tomada, e a verdade é que tínhamos evoluído na análise do problema e que havia ali sobretudo um factor influente que era o acordo parassocial e que deveria ser cumprido.

Um pormenor senhor deputado Carlos André. Quando diz que a acta da Assembleia Geral não está completa, é verdade, não está completa, e não está porque foi decidido comprar o terreno mas foi sempre dito por mim que a manutenção ou não do aterro estava dependente da deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal, porque como é lógico, não pode ser por mim, eu apenas sou a Presidente da Câmara. E o órgão que autorizou a colocação do aterro em Parceiros, inicialmente em 1996, foi a Câmara e não o seu Presidente, e portanto isto tem que sempre ficar dependente da decisão da Câmara e da Assembleia Municipal.

Mais, está uma deliberação e o senhor deputado Carlos André com certeza que teve acesso a todas as actas da Assembleia Geral da Valorlis terá visto também, numa



acta salvo erro de 2004, em que se concretiza em definitivo a compra do terreno, em que é dito que o terreno que não for necessário é vendido, aliás há pouco o senhor deputado Cláudio explicou, e a receita reverterá a favor da redução da tarifa. E lembro-me perfeitamente nessa Assembleia Geral de ter sido dito, que se efectivamente não vier a ser aprovada a manutenção ali do aterro, que fica apenas o terreno necessário para a colocação da Central de Valorização e o resto do terreno é vendido, conforme tínhamos autorização do próprio concedente, revertendo o valor para a redução da tarifa. Esta é a história do aterro, esta é a posição que foi numa primeira fase valorizada por estes factores que já expliquei e que numa segunda fase evoluímos no sentido do cumprimento parassocial em conformidade com o compromisso assumido por outros autarcas há dez anos atrás.

Ponto de situação actual: A Câmara na sequência da sua decisão, apoiada pela decisão da Assembleia Municipal, manifestou essa posição em Assembleia Geral da Valorlis. Nessa Assembleia Geral da Valorlis, a Câmara de Leiria votou derrotada, isto é, a Presidente da Câmara mandatada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, avançou em conformidade com aquilo que está previsto no acordo parassocial, que é a possibilidade da constituição de um Tribunal Arbitral para resolver o contencioso. Está previsto também no acordo parassocial, numa primeira fase, fazer uma reunião com a possibilidade ainda de entendimento e isso foi feito, não houve entendimento, os outros Municípios mantiveram a posição de se manter ali o aterro, novamente a representante da Câmara votou a saída, e neste momento está solicitada ao Estado concedente e a Valorlis a indicação dos árbitros para a constituição do Tribunal Arbitral. Sendo que, e é importante que se saiba isto, lendo o acordo parassocial o que está previsto é, em caso de contencioso, os árbitros são, um indicado pelo concedente Estado, outro pela Valorlis e o terceiro cooptado entre os dois. É uma coisa perfeitamente estranha, que um acordo parassocial não preveja em caso de contencioso, que haja no Tribunal Arbitral um representante do Município que naturalmente se sente incomodado.

Convém referir no entanto, que eu até já tive uma conversa com um catedrático de Coimbra muito habituado a questões de tribunais arbitrais, e o que ele me disse foi que embora seja absurdo os termos em que está escrito o acordo parassocial, é absurdo, um tribunal é um tribunal (isto para não ficar preocupada com a isenção do tribunal) independentemente de quem indica os juizes, e portanto vamos ter confiança que Tribunal irá agir de uma forma isenta.



Se a decisão final não for no sentido de respeitar o acordo parassocial, ou seja, de acordo com a vontade da Câmara e da Assembleia Municipal de Leiria, nós temos ainda a possibilidade de avançar para Tribunal.

A última nota sobre este assunto tem a ver com o facto que o deputado Cláudio aqui falou, evidentemente como diz o deputado Carlos André despiu a capa de membro da Assembleia, mas contou a história que penso que é importante também a entendermos. E respondendo também ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, o dossier da aquisição do terreno foi apresentado em Assembleia Geral a todos os Presidentes de Câmara que são representantes dos respectivos municípios, com fundamentação, um dossier muito completo, com o parecer da entidade reguladora, com o parecer do IRAR e de todas as entidades competentes, e a Assembleia Geral entendeu que tinha todas as condições para não pôr objecções à forma como aquilo era apresentado, inclusivamente com avaliações, que o deputado Cláudio há pouco não referiu, mas há avaliações no próprio processo dos terrenos, e portanto nós entendemos que fazia sentido aprovarmos sem qualquer tipo de objecções.

Devo dizer, e é apenas uma última observação pessoal, que aquilo que eu entendi, como digo quando se pôs o problema da mudança ou não mudança, foi que há claramente uma influência negativa, sobretudo a nível de cheiros. Eu não tenho qualquer dúvida sobre a qualidade da gestão e do facto de não haver qualquer tipo de interferência nas linhas de água, estou absolutamente convencida de que não há, agora percebemos também que houve e volto a repetir, manipulação das pessoas por parte de quem tem interesses na região local. Não tenho qualquer dúvida e isso é comprovadíssimo por negócios que foram feitos, terrenos que foram comprados baratos, e que agora têm projectos ambiciosos e que se sentiram incomodados pelo facto de aquilo por ali manter-se. Mas isto é a minha constatação pessoal e aqui estou a demonstrá-la.

Senhor Presidente, se me permitir passo a palavra à vereadora Neusa e ao vereador Fernando Carvalho para dar as devidas explicações sobre duas questões que aqui foram colocadas.

***VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)***

Muito boa noite, os meus cumprimentos a todos.

Fernando Carvalho, Vereador.



Eu vou começar pela segunda questão que foi aqui invocada e que tinha a ver com o parque de estacionamento do Mercado Sant'Ana.

O que eu posso dizer é que há imenso tempo que nós diligenciámos o concurso para que se encontrasse uma entidade que fizesse a gestão do parque, e por razões burocráticas arrastou-se imenso tempo e só agora é que está em condições (depois da entrega das garantias bancárias e de toda a documentação por parte da empresa) de formalizar e portanto, julgo que é uma questão de mais alguns dias para ele entrar em funcionamento.

Respondendo agora à intervenção que foi feita pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, do Bloco de Esquerda, eu quero-lhe dizer que mantenho integralmente a minha intervenção da última Assembleia Municipal e achei, tenho que lhe dizer, pouco correcta a forma como aqui fez a sua intervenção há pouco, porque deu a entender que eu vim aqui tentar enganar os senhores deputados municipais. Não foi absolutamente nada disso que aconteceu, volto a dizer que a Câmara de Leiria, não fui só eu, os nossos técnicos, o Município, estudou de forma atenciosa todos os concursos que foram levados a efeito e digamos com objectos equivalentes a este, nomeadamente o processo de Coimbra, e depois de ter feito esses estudos exaustivos, e depois de ter consultado especialistas na matéria, entre as quais e volto aqui a dizer, uma pessoa que é considerada uma das sumidades no País em termos de Direito Administrativo e de Direito do Urbanismo, que é o Prof. Alves Correia, que é professor catedrático da Universidade de Coimbra, depois de fazermos uma consulta pessoal com ele, ele nos reafirmou categoricamente, que nós estávamos correctos na nossa interpretação.

De qualquer forma, nós pedimos por escrito o parecer jurídico, infelizmente ainda não o temos nesta Assembleia, julgo que iremos tê-lo durante o próximo mês, segundo ele nos prometeu, esse parecer vai ser dado a si e a todos os senhores deputados municipais e à Mesa como é evidente, e portanto nós, continuamos a julgar que estamos com a interpretação correcta da tramitação deste concurso.

O que veio aqui dizer sobre o processo e os problemas de Coimbra, têm a ver com o facto do Município de Coimbra ter optado também por incluir a componente de habitação no seu complexo. E, voltando aqui a dizer, a definição que o PDM de Coimbra tem para o local onde foi desenvolvido o complexo EuroEstádio de Coimbra, é exactamente igual à definição de equipamento no PDM de Leiria e que se aplica àquela zona que medeia entre o Estádio e as Piscinas Municipais. E nós, cientes da



nossa interpretação, soubemos e decidimos que a componente de habitação não era possível, e portanto, não estamos aqui a cometer o erro que Coimbra cometeu e que está de facto a correr em Tribunal esse julgamento, por causa da habitação.

Se reparar bem, no texto do Caderno de Encargos que está a partir para concurso, apenas é possível uma componente de habitação e ainda assim numa área muito reduzida, 5% da área total de intervenção, aqui neste local, na zona onde existe o Mercado Municipal. Na zona que medeia entre as piscinas, naquele triângulo até ao estádio, só é possível o tipo de equipamentos a nível comercial, desportivo, serviços, e os outros que são objecto do concurso que aqui lançámos.

Ninguém quer aqui atirar poeira para os olhos de ninguém, e muito menos enganar os senhores deputados municipais, as coisas são claras, e nem podia ser de outra forma porque o Município de Leiria é uma pessoa de bem como o de Coimbra e os outros com certeza. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

Tem a palavra agora a senhora vereadora Neusa. Faça favor!

***VEREADORA DO PELOURO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE (DR.ª NEUSA MAGALHÃES)***

Muito boa noite a todos.

Cumprimento de uma forma geral já que disponho de pouco tempo para a minha intervenção.

Eu venho aqui esclarecer essencialmente duas questões. Uma que foi colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maceira e outra que foi colocada pelo senhor deputado Verdasca.

Relativamente à questão do senhor Presidente da Junta da Maceira, o que se passou foi o seguinte:

A senhora vereadora Carla Sebastião, numa reunião de Câmara questionou o executivo relativamente ao ponto de situação da zona industrial da Maceira. E o que lhe foi dito em resposta foi que, a Gestinleiria que é a empresa gestora e que tem a seu cargo a execução dos parques no concelho de Leiria, fez uma prospecção aos terrenos da Maceira, porque há um estudo que foi elaborado no sentido de definir uma estratégia para a execução deste tipo de projectos no nosso concelho, e, que recomendava que a segunda prioridade a seguir a Monte Redondo seria a Freguesia





de Maceira. E portanto, a Gestinleiria, na sequência dessa orientação e também na sequência de uma orientação da própria Assembleia Geral da empresa, fez uma prospecção aos terrenos da Freguesia da Maceira, no sentido de avaliar o preço de aquisição. E efectivamente o que aconteceu é que foi pedido às pessoas que andaram no terreno a fazer essa avaliação, cinquenta euros por metro quadrado. Mas, convém aqui esclarecer (foi esta a resposta que foi dada à senhora vereadora) que, foi dito que com este preço era impensável avançar-se com uma zona industrial naquela freguesia. Convém aqui referir que esta avaliação foi feita algum tempo depois do senhor Presidente de Junta ter sido contactado pela empresa, no sentido da empresa lhe manifestar interesse em implementar um parque empresarial na freguesia. O senhor Presidente de Junta sabia que havia interesse por parte da empresa. É evidente que não lhe dissemos que íamos fazer a avaliação numa determinada data, porque isso estava dependente da disponibilidade das pessoas que têm a seu cargo esta função. Isto foi o que efectivamente se passou, a comunicação social tem acesso às reuniões de Câmara, ouviu esta explicação e divulgou. Portanto, não foi nenhum comunicado que foi para a comunicação social, foi tão somente isto que se passou.

Depois de feito este esclarecimento, o senhor Presidente vai-me desculpa, mas eu tenho que lhe manifestar o meu desagrado, pelo facto de ter dito que não havia consideração pelos Presidentes de Junta. Não é verdade. O senhor sabe que eu tenho a máxima consideração por todos os Presidentes de Junta, onde o incluo a si.

Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor deputado Verdasca, e para fazer aqui um pouco a contextualização da ZICOFA, a questão é a seguinte:

Há um regulamento que foi estabelecido entre a Câmara e a Junta de Freguesia para a implementação daquela zona industrial. E esse regulamento, prevê o seguinte : Foi estipulado que a Câmara pagaria à Junta de Freguesia, que é a proprietária dos terrenos, dez euros por metro quadrado de área vendável. Está também escrito que, após a venda dos lotes, essa receita, depois de deduzidos os custos de infraestruturação, será repartida em partes iguais (50% para cada uma das entidades) pela Junta e Câmara. O que se passa neste momento, é que a Junta já recebeu os tais dez euros por metro quadrado, e tem na sua posse toda a documentação relativa aos custos de infraestruturação. Essa documentação está com a Junta, tenho informação da senhora Presidente de Junta de que brevemente isso irá ser discutido na Junta de Freguesia e na Assembleia, que são os órgãos



competentes para discutir essas questões, esse estudo e esse levantamento foi-lhe entregue no sentido de que a Junta possa fazer essa análise, e se houver correcções a fazer pois a Câmara estará totalmente disponível para as fazer. Esse foi o apanhado que a Câmara fez, foi ela a dona da obra, e a Junta de Freguesia estará à vontade, a senhora Presidente sabe disso, para fazer qualquer sugestão ou ajustamento que entendam que deve ser feito, para sugerirem aquilo que entendam que deve ser incluído neste processo.

E portanto, nós estamos a aguardar e temos a indicação por parte da senhora Presidente da Junta que brevemente este assunto será analisado.

Relativamente à questão dos lotes que falta adjudicar, são quatro. É o lote n.º 1, o lote n.º 6, o lote n.º 32 e o lote n.º 33. Posso adiantar-lhe também que, está agendado para a próxima reunião de Câmara, a abertura de hasta pública, para a adjudicação destes lotes. Ficam todos a saber, é importante também publicitar estas informações, porque todos teremos a ganhar, quanto mais pessoas interessadas aparecerem melhor. Muito obrigada.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Nós temos já decorridas duas horas de trabalhos, não é possível fazerem mais intervenções dentro deste período e peço desculpa por isso.

Já agora, informar os senhores deputados que a Mesa, não tem qualquer poder para tomar quaisquer decisões que não resultem do voto da Assembleia e portanto, todos os pedidos, sugestões que não sejam transformados em moções não têm valor, com duas excepções. Nós temos aqui uma moção sobre a questão da A17, que é subscrita por todos os grupos municipais, subscrita por todos os grupos municipais e uma vez que foi manuscrita pelo deputado Carlos André, pedia-lhe que a lesse.

Já agora em relação ao pedido sobre a Comissão do Centro Histórico feito pelo senhor deputado José Augusto Esteves, devo dizer que a Mesa o que vai fazer é, pedir aos deputados da maioria que informem a Mesa de uma data para essa reunião com todas as pessoas que a integram.

Faça favor senhor deputado Carlos André.

### ***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Obrigado senhor Presidente.



Esta moção resulta das intervenções dos dois Presidentes de Junta, de Monte Redondo e da Bajouca.

Toda a gente tem conhecimento de que foi feita uma conferência de imprensa por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia de Amor, Souto da Carpalhosa, Monte Redondo, Ortigosa e Bajouca do Concelho de Leiria, e ainda, Ilha, Mata Mourisca e Guia do Concelho de Pombal. Nessa conferência de imprensa foi apresentado um manifesto, que está aqui, e pareceu-nos que era melhor que a moção abrangesse todos os territórios que constituem estas freguesias.

Então a proposta que tem o apoio dos grupos todos, diz o seguinte:

### **MOÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 23 de Fevereiro de 2007, ao tomar conhecimento do "Manifesto de desagrado" subscrito por Presidentes de Junta de Freguesia dos concelhos de Leiria e Pombal, anexo à presente moção, deliberou:*

- 1. Apoiar esse manifesto e os termos em que está redigido.*
- 2. Apoiar a Câmara Municipal, na solicitação de uma audiência ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a fim de reclamar da tutela uma intervenção eficaz, com vista à solução dos problemas apontados."*

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a presente Moção.**

Tem agora a palavra o senhor deputado José Augusto Esteves.

### ***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

Senhor Presidente, eu podia prescindir se no ponto da discussão do relatório da Câmara, pudermos colocar isto, porque digo com franqueza, custa-me que não se permita um minuto para responder a uma questão que em geral em cada ponto, deveria ser permitido uma segunda volta dentro do tempo que está destinado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

O tempo já foi largamente excedido senhor deputado, mas posso-lhe dar mais alguns minutos.



### ***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

Deixe-me dizer o seguinte:

Eu sou membro da Assembleia Municipal, e a senhora Presidente da Câmara responder perante esta Assembleia Municipal. Não me manda tratar de nenhum assunto com nenhum funcionário da Câmara. É a senhora Presidente que aqui responde perante o executivo ou quem a senhora Presidente incumbir da verificação. Nunca mais faça isso. Eu interpretei isso como “vá lá ver” ! Muito bem, agradeço-lhe, mas é aqui. E por isso mesmo, eu mantenho o voto de protesto.

Eu que conheço o Centro Histórico, digo que não fica pedra sobre pedra se o critério for o mesmo para todos. E por isso:

#### **Voto de Protesto**

- Considerando que está há muito em fase de conclusão a proposta definitiva do plano de pormenor do Centro Histórico, que a proposta de planta síntese tinha, no que diz respeito à classificação dos imóveis, o acordo genérico dos membros da Comissão da Assembleia Municipal, que tal proposta sempre contemplou nestes quase cinco anos propostas e discussão para o quarteirão identificado como o número cinquenta e oito, junto à Fonte Freire, para o conjunto do edificado da classificação D e C, estranhamente e contra o que seria razoável e lógico, foram completamente demolidos os imóveis classificados em proposta, a Assembleia Municipal de Leiria reunida em 23 de Fevereiro de 2007, decide expressar o seu mais vivo protesto face à actual decisão de demolição e exigir a reposição nos termos do projecto de regulamento, da fachada dos edifícios agora destruídos.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Vou colocar à votação.

Quem é que apoia este voto de protesto do senhor deputado José Augusto Esteves?

Quem se opõe?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com vinte e cinco votos contra, dez abstenções e catorze votos a favor recusar o voto de protesto apresentado pelo PCP.**

O senhor deputado Cláudio de Jesus vai fazer uma declaração de voto.



***DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)***

Votei contra porque ainda há minutos atrás foi dito ao senhor deputado José Augusto Esteves que reuniríamos a Comissão do Centro Histórico onde este e outros assuntos prementes poderão ser tratados nessa sede.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

O senhor deputado José Augusto Esteves vai ler a moção sobre o encerramento do SAP.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

**Moção**

Face à proposta de reestruturação das urgências hospitalares e dos serviços de saúde em discussão pública, mas também em concretização com o encerramento dos serviços de Atendimento Permanente, como foi o caso do SAP de Leiria.

Considerando como era previsível que, o encerramento do SAP congestionou as actuais urgência do Hospital de Leiria.

Considerando ainda que a solução proposta de urgências para o Hospital de Leiria está aquém das reais necessidades das populações da região.

A Assembleia Municipal de Leiria decide:

Propor à Câmara Municipal de Leiria que solicite uma audiência urgente ao senhor Ministro da Saúde com o objectivo de apresentar as justas reivindicações de Leiria, quer em relação à classificação da rede proposta de urgências para a região de Leiria quer em relação à exigência de reabertura do SAP do Concelho de Leiria.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado senhor deputado.

Esta moção está à votação.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com duas abstenções, aprovar a Moção apresentada pelo PCP.**

Para terminar este período de intervenções, vou dar a palavra ao senhor vereador Vítor Lourenço, a pedido da senhora Presidente da Câmara.



***VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)***

Boa noite, Vítor Lourenço, vereador.

Senhor Presidente, senhores deputados.

Sobre a situação que aqui nos foi lida pela menina Rita Carolina, queria apenas esclarecer o seguinte:

O Teatro José Lúcio da Silva foi recentemente reaberto ao público, com todas as condições necessárias a todas as actividades de artes e espectáculos lá desenvolvidas ou a desenvolver, e digo com todas as condições porque são projectos de casas de espectáculos que têm uma tutela de apreciação técnica por parte do IGAC – Inspeção Geral das Actividades Culturais, que tem a responsabilidade da vistoria final e permanente durante o período de funcionamento, somos várias vezes visitados e ao longo destes anos, temos este contacto com a Inspeção. A utilização dos espaços para pessoas com deficiência e com necessidade de utilização dos seus próprios meios de locomoção na sala de espectáculos é pré-determinada pela própria Inspeção em fase de projecto e está rigorosamente feito de acordo com as regras estipuladas pela legislação em vigor e isso não é obrigatório porque existe alternativa no piso do rés-do-chão. E portanto, é tudo quanto se me oferece dizer sobre o assunto.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado senhor vereador.

Tem a palavra agora o senhor deputado Paulo Pedro, para ler a Moção.

***DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)***

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Eu peço à Mesa e à Assembleia que permitam que esta Moção possa vir a ser ligeiramente melhorada, uma vez que ela foi aqui executada com alguma dificuldade.

**Mocção:**

Nos últimos anos, têm surgido graves problemas, causados pela regressão da linha de costa, com consequências visivelmente nefastas para as praias da região, entre elas a praia do Pedrógão.

Estudos científicos da maior credibilidade indicam que estes factos são decorrentes da intervenção humana, nomeadamente em resultado construção de molhes portuários e barragens.



A nossa zona, em especial, tem sido fortemente afectada pelo porto da Figueira da Foz, por interrupção do normal transporte de inertes:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 23/02/2007, ao tomar conhecimento do projecto já aprovado do prolongamento em 400 metros do molhe Norte desse porto, deliberou solicitar a intervenção do Senhor Ministro do Ambiente, para que não seja permitido mais este atentado ambiental, que trará no futuro gravíssimos problemas à nossa costa, já hoje gravemente afectada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Vou colocar a Moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade a aprovar a moção apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão.**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Fizemos uma interpretação errada do nosso Regimento, a acta da última sessão deveria ter sido posta à votação nesta fase, é o que vamos fazer agora e entraremos logo de seguida no período da "Ordem do Dia". Naturalmente que, na apreciação do relatório da Câmara haverá lugar à discussão de outros assuntos que possam estar relacionados e peço a vossa compreensão para que não nos excedamos em comentários que não sejam pertinentes aos assuntos que estão em discussão.

Está à aprovação a acta da sessão ordinária de 29 de Dezembro de 2006.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Seis abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com seis abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Dezembro de 2006.**

Vamos então passar à ordem do dia.

## **ORDEM DO DIA**

**1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e),**



do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Estão abertas as inscrições para a discussão destes relatórios.

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Não é uma intervenção até porque isto, digamos, foi assumido já pela rotina que é uma coisa que quase não se lê, é quase cumprir um procedimento que a Câmara é obrigada a fazer.

Eu fazia só uma recomendação ou se quiserem uma sugestão, é em relação à forma como o relatório está feito, que não segue uma linha cronológica. Eu já não falo numa forma gramatical ou das incongruências do ponto de vista sintáctico, é mesmo do ponto de vista cronológico, que talvez por defeito meu que em relação à memória futura histórica, acho que não ajuda. E portanto, com certeza que a senhora Presidente não terá necessariamente o tempo para aprimorar este texto, mas haverá quem o poderá fazer digamos, do ponto de vista da sua organização. Era só isso.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Só queria dar uma justificação, porque a ordem seguida, é a ordem de pelouros, está agregado por pelouros e por temas, uma é perspectiva outra é cronológica. É o que se passa na Cultura, na Educação, na Acção Social e por aí fora. Essa sugestão pode ser uma maneira diferente de ler.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

**2. MERCADO DE VENDA POR GROSSO DO FALCÃO – ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA – Apreciação, discussão e votação;**

Não há inscrições.

Vamos passar à votação.





Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração temporária ao Regulamento do Mercado de Venda por Grosso do Falcão.**

**3. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ORTIGOSA - Apreciação, discussão e votação;**

Não há inscrições.

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto do protocolo de delegação de competências na Freguesia de Ortigosa.**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

**4. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO LUGAR DE MARINHEIROS, DA FREGUESIA DE MARRAZES, DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;**

Não há inscrições.

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a desafecção do domínio público para o domínio privado do Município de Leiria uma parcela de terreno sita no lugar de Marinheiros, da Freguesia de Marrazes, Concelho de Leiria.**

**5. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA AO CENTIMFE (CENTRO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PLÁSTICOS) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – Apreciação, discussão e**



Alguém quer discutir? Não!

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta de adesão ao CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, e autorizar a respectiva participação do Município de Leiria.**

**6. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ANQUIP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA A QUALIDADE NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – Apreciação, discussão e votação**

Alguém quer discutir? Não!

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta de adesão à ANQUIP – Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais, e autorizar a respectiva participação do Município de Leiria.**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

**7. PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação**

Alguém quer discutir? Não!

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta de alterações ao Regulamento do Arquivo Municipal de Leiria.**

**8. AJUSTAMENTO DE PORMENOR DO LIMITE DO ESPAÇO URBANO – PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 2/05, SITO NO LUGAR DE LAMEIRAS, FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA, EM NOME DE FILIPE MANUEL PEREIRA CARREIRA – Apreciação, discussão e votação**



Faça favor senhor deputado José Augusto Esteves.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

Eu acho que esta deliberação só pode ser tomada com a informação que ninguém tem, localização, etc. Há um conjunto de informações que vai à Câmara, nomeadamente parecer do Departamento Jurídico, parecer do Plano Director Municipal, e o órgão que tem que decidir, esse tem que decidir no escuro. Não faz sentido.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente quer esclarecer os senhores deputados sobre este assunto? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu posso esclarecer senhor Presidente, eu não sei que documentos foram enviados aos senhores deputados, como é evidente, mas o que se passa é o seguinte:

De acordo com o PDM, quando é apresentado um loteamento que tem uma pequena parte do território, que não está inserido em espaço urbanizável, pode vir por deliberação da Assembleia Municipal a ser incluído, para que o loteamento abranja toda a área. É um loteamento na Caranguejeira (isso é dito penso que na informação) de moradias pequenas, o loteamento é este que está aqui nesta planta, a linha é daqui para cima, este bocadinho, é em espaço não urbanizável. E o PDM permite, de acordo com o artigo que vem referido na deliberação, incluir o bocadinho que fica fora da linha urbanizável, para que o loteamento possa ser apresentado como um todo. O espaço que está em causa é apenas este espaço.

Se houver alguma dúvida, por não terem sido enviados desenhos importantes para o esclarecimento das pessoas, se acharem conveniente é retirado. Não há qualquer tipo de inconveniente a não ser mais um processo que fica atrasado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Então este ponto é retirado pela razão do esclarecimento.



**DEPUTADA MARIA ESPADINHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO)**

Maria Espadinha, CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Penso que todos os senhores Presidente de Junta têm esses problemas, em que neste caso foi desafectada uma área e por vezes nós temos problemas nas nossas Freguesias por pequenas áreas mas áreas de reserva. E gostava que houvesse também a mesma sensibilidade para com outras áreas de outras freguesias.

Em segundo lugar, congratulo-me quando ouvi a senhora Presidente da Câmara dizer que já tem uma reunião marcada com o senhor Ministro das Obras Públicas. São cinco freguesias do nosso concelho que estão com diversos prejuízos, mas eu fazia ainda aqui um apelo à senhora Presidente.

Antes de ter essa reunião com o senhor Ministro vá ao local ver as acessibilidades, porque é totalmente diferente, eu não ponho em causa a credibilidade dos técnicos desta Câmara que foram ao local, do vereador que foi ao local, mas peço-lhe senhora Presidente que vá antes da reunião ao local. Muito obrigada.

**PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)**

Independentemente do assunto ter sido abordado mais uma vez, é só para explicar que eu fui clara que não está marcada a reunião com o senhor Ministro, está solicitada. E ainda outro esclarecimento relativamente a este processo, para dizer que todas as situações que apareceram até agora na Câmara em igualdade de circunstâncias, foi dado o mesmo tratamento e já houve deliberações nesta Assembleia para situações idênticas.

**PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)**

De qualquer modo, ponto n.º 8 é retirado da ordem do dia.

**9. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE COBRANÇA DE TAXAS E ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2007 –  
Apreciação, discussão e votação**

A senhora Presidente pretende dar um esclarecimento prévio. Faça favor!

**PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)**

Eu acho que devo dar aqui uma explicação técnica que pode não ter sido muito bem entendida no envio da proposta.



Trata-se de uma actualização das taxas, de acordo com o índice de preços ao consumidor de 3,1%, ficando de fora (e é este esclarecimento que é importante dar) todas as taxas que têm a ver com urbanismo. Essas não têm qualquer tipo de actualização. Foram taxas actualizadas há cerca de dois anos, são recentes, desde essa data até agora não foram mexidas, e as únicas que sofreram esta actualização de 3,1% são todas as outras (esplanadas, publicidade, etc.).

Isto não estava claro, julgo eu, na documentação que foi enviada e era importante explicar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Alguém quer intervir para discussão deste ponto?

Então não havendo, vamos pôr à votação esta alteração ao Regulamento.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Cobrança de Taxas e aprovar a actualização proposta para o ano de 2007.**

**10. DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LEIRIA (MANDATO DE 2007/2009 – Apreciação e votação**

Há alguma lista prévia?

Faça favor senhor deputado Cláudio de Jesus.

***DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)***

O acordado entre os partidos com assento na Assembleia Municipal foi que, os quatro partidos mais votados nas últimas eleições autárquicas tivessem uma representação nesta Comissão, um por cada partido.

Assim, pelo PSD será a deputada Laura Esperança, pelo PS a deputada Silvia Lopes, pelo CDS/PP a Dr.<sup>a</sup> Maria Domingas Soares que não é deputada municipal, e pelo Bloco de Esquerda o deputado Vitorino Pereira.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Vou colocar à votação esta lista.

Quem vota contra ?

Quem se abstém?



**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade designar os seguintes cidadãos:**

- Laura Esperança
- Sílvia Lopes
- Dr.<sup>a</sup> Maria Domingas Soares
- Vitorino Vieira Pereira

**Mais delibera, dar conhecimento desta designação, à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria.**

**11. PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA FONTE LUMINOSA  
– FORNECIMENTO DE PROJECTO DO TÚNEL – Apreciação, discussão e  
votação**

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente se me permitir, pedia ao senhor vereador Fernando Carvalho para dar um esclarecimento sobre este ponto que julgo que é importante dar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor vereador.

***VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)***

Fernando Carvalho, Vereador.

Só uma breve explicação.

Penso que a maioria dos senhores deputados conhece este procedimento .

Há poucos anos atrás, o Município de Leiria e também a Assembleia Municipal, decidiu construir o parque de estacionamento da Fonte Luminosa, e foi no fundo promovido um concurso, que tinha por base a concepção, o financiamento, construção e exploração do referido parque de estacionamento.

Tinha também como objecto, a concessão de exploração de lugares de estacionamento à superfície, a obrigação de fornecimento do projecto do túnel que então era considerado nos estudos do plano de pormenor de Leiria/centro, tendo também o superficiário a obrigação de reconstruir a Fonte Luminosa e de a manter no período de exploração, e portanto, fornecer o projecto do túnel.

Ora bem, o que hoje aqui se trata é de encerrar o procedimento administrativo. A obra está concluída e em exploração já há algum tempo, como é do vosso



conhecimento, e em resumo, como foi decidido depois, em sede de desenvolvimento do plano de pormenor de Leiria/centro e depois pelo Município e pela Assembleia Municipal, não ser construído o túnel, não faria sentido o consórcio elaborar e entregar o projecto de um túnel que não teria o devido seguimento.

Como esse projecto estava avaliado em setenta e cinco mil contos, na altura ainda era em escudos, e portanto convertendo para euros estaria em trezentos e setenta e quatro mil e noventa e oito euros, o Município entrou em contacto com o consórcio no sentido de não elaborar o projecto e convencer o consórcio a poder executar um trabalho de igual valor para o Município. O que acontece é que no decorrer dos trabalhos houve situações que obrigaram a executar mais trabalhos do que aqueles que estavam previstos. E no âmbito da adjudicação nomeadamente, foi alargado o âmbito da intervenção, a intervenção foi feita numa área superior, até para colar com a intervenção Polis colateral, e também foi necessário intervir em mais infra-estruturas do que aquelas que estavam programadas.

Foi ainda exigido ao consórcio, que fizesse uma intervenção na área da arqueologia muito para além das obrigações contratuais definidas no programa de concurso e caderno de encargos. Esses valores foram todos medidos como é evidente, em relação à natureza arqueológica dos trabalhos e que foram acompanhados e exigidos pelo IPPA, na altura em sessenta e seis mil cento e quarenta e três euros, os trabalhos de superfície que o consórcio realizou para além daquilo que era exigido, foram medidos no valor de cento e setenta e oito mil quinhentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos, a subtrair ao valor do projecto do túnel que o consórcio estava obrigado a fazer no valor que já referi, sobraria ainda um valor de cento e vinte e nove mil quatrocentos e quarenta euros.

O que nós propomos e que tem que vir aqui à Assembleia, como é evidente, porque se trata de uma alteração das condições iniciais, é que se autorize o Município e o consórcio também concorda, em retribuir através de uma obra que nós pretendemos que seja feita ou na Rua Machado dos Santos, ou na Rua Tenente Valadim, uma obra da parte do consórcio, a entregar ao Município, no valor remanescente, isto é, cento e vinte e nove mil quatrocentos e quarenta euros e dois cêntimos.

Além desta situação que é votada aqui hoje, e só a título de informação, queria dizer que, como sabem a obra acabou por demorar mais tempo do que o tempo que estava contratualizado, e por esse motivo o Município aplicou uma multa contratual,



tem que ser paga em dinheiro ao consórcio, no valor de cento e trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos. É só.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Alguém pretende intervir? Faça favor senhor deputado Carlos André.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Nós não nos opomos a esta proposta, mas precisamos que fique aqui claro e registado na acta desta Assembleia, para que possamos votar em consciência, porque o texto que nos foi presente não é claro a esse respeito, que estes cento e setenta e oito mil quinhentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos de trabalhos a mais realizados pelo consórcio, a que é que corresponde e se o Departamento de Obras fez a verificação disso, porque permite-me ler o que diz aqui: " A Sociedade Lizestacionamentos SA, reclama custos no valor de sessenta e seis mil cento e quarenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos decorrentes da pesquisa arqueológica (isso não está em causa) e no valor de cento e setenta e oito mil quinhentos e catorze euros e oitenta e quatro cêntimos, resultantes da execução de trabalhos de superfície em área significativamente superior à estabelecida contratualmente."

E diz na alínea dois: " A realização de trabalhos e superfície, de acordo e em coordenação com a intervenção da sociedade LeiriaPolis, foi de facto superior à prevista em contrato.", e não diz mais nada, ou seja, não está aqui assumido em lado nenhum pelo Departamento de Obras que foi superior de facto neste valor e que é que isto respeita. Deve aqui ser dito, ficar registado em acta, para que nós não votemos em branco.

***VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)***

Fernando Carvalho, Vereador.

Senhor deputado, é evidente que o que aqui se traz hoje é um resumo daquilo que foi deliberado em reunião de Câmara e que tem como fundamento, informações técnicas do Departamento de Obras Municipais. Portanto, se pretender que sejam juntas ao processo todas as informações do Departamento de Obras que escarpelizam todas as sobras item por item, artigo por artigo, ainda tenho aqui um





resumo do que foi apresentado pelo Departamento de Obras mas ainda existe um mapa de trabalhos escalpelizado ponto por ponto, que lhe posso fazer chegar se assim o pretender. Muito obrigado

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Não havendo mais intervenções põe-se à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com um voto contra e quatro abstenções, aprovar a proposta e autorizar a substituição do projecto do túnel pelo pagamento em dinheiro e/ou espécie nos termos do ponto 2 e 3 da proposta.**

O senhor deputado José Augusto Esteves vai fazer uma declaração de voto.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

Eu abstive-me porque, mais uma vez, há um conjunto de documentos na ordem de trabalhos que são presentes apenas neste momento e aqui na Assembleia, e que, não inviabilizando a decisão, quero contudo dizer que a minha abstenção não significa mais do que a incapacidade para tomar conhecimento completo do problema e poder em consciência votar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

O senhor deputado Vitorino Pereira também quer fazer declaração de voto.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Pelos mesmos motivos apresentados pelo deputado José Augusto Esteves, entendemos que não temos condições para votar e tomar posição, e como protesto votamos contra.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

**12. PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – Apreciação, discussão e votação**

Ninguém quer intervir?

Vamos votar.



Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção aprovar o projecto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.**

**13. REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXI - DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação**

Ninguém quer intervir?

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção aprovar a proposta da nova redacção para o n.º 1 do artigo 23º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Leiria, e para o artigo 39º da Tabela de Taxas.**

**14. CRIAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ANULAÇÃO DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E CONSERVAÇÃO DE SANEAMENTO – Apreciação, discussão e votação**

A senhora Presidente vai dar uma explicação sobre este ponto.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

É importante dar um esclarecimento prévio porque este assunto foi discutido ontem em reunião de Câmara e relativamente à proposta que vos foi enviada, foi decidido pela Câmara introduzir uma alteração. O que aparece e estou-me a reportar à pagina 12 do documento, que diz que se vai optar pela extinção da taxa de tratamento de esgotos e pela extinção da taxa de conservação de saneamento, e, criar uma nova taxa que se chamará de utilização do sistema público de drenagem de águas residuais, a nossa proposta que foi aprovada na reunião de Câmara é que, no ponto 3.1 (para os utentes domésticos) seja criada uma taxa de utilização para as instituições privadas de beneficência e famílias comprovadamente necessitadas que



pagarão apenas a componente fixa de três euros por mês, deixando de existir componente variável para este tipo de instituições e para estas famílias comprovadamente necessitadas.

Dar também uma explicação geral, porque é que surgiu esta nova taxa. Por uma razão simples.

Como é sabido, a taxa de conservação de saneamento era aplicada em função do valor patrimonial do prédio. Na última Assembleia Municipal foi aqui dito e falado que esta indexação estava a criar muitas injustiças, sobretudo a partir do momento em que tinha sido criado o novo código do IMI, e na sequência do novo código tinham sido feitas novas avaliações, o que significava que o valor patrimonial em muitos prédios tinha sido actualizado e estava a provocar um aumento significativo desta taxa.

Eu disse aqui na última Assembleia e isso era uma constatação, estávamos a verificar que isso era verdade, e que como tal, iríamos fazer uma alteração à aplicação desta taxa. Na sequência disso foi feito este estudo, e foi concluído que era justo a extinção destas duas taxas e a criação de uma nova. A criação da nova tem exactamente estas duas componentes que eu acabei de referir que é a criação de uma situação especial para as instituições privadas e para as famílias comprovadamente necessitadas que passarão a pagar exclusivamente uma componente fixa e não uma componente variável.

Pensamos com isto que, se introduzirá uma justiça relativa e muito mais evidente, de uma forma global, porque deixa de haver esta indexação ao valor patrimonial e devo-vos dizer que do ponto de vista de cobertura de receitas expectáveis sobre as despesas, o que vai acontecer do ponto de vista prático é que aquilo que iria acontecer, caso se mantivesse o sistema anterior, era que no ano de 2007 o défice da cobertura seria de cerca de setecentos e noventa e cinco mil euros, com a introdução deste novo sistema, o défice expectável para 2007, passa a ser de um milhão cento e trinta e seis mil euros, até provavelmente maior na medida em que introduzimos esta excepção para as famílias carenciadas. Portanto, significa que, do ponto de vista global a Câmara/Serviços Municipalizados, recebem menos receitas, o que significa que efectivamente há uma diminuição no pagamento por parte dos utentes neste caso, do serviço de saneamento.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado faça favor.



***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Eu agora fiquei perplexo, e tenho ideia de que tenho que voltar à escola.

É que eu estava convencido que esta proposta que aqui estava, iria onerar substancialmente, já não vou falar no conceito que aqui é alterado com a passagem da responsabilidade do pagamento da taxa, do proprietário para o utilizador, que é de muito duvidosa solução, e julgo que até injusta, mas o que aqui está é uma proposta para aumentar substancialmente até 2010, daquilo que eu percebi e das contas que fiz, neste caso a taxa de utilização. A parte variável, há aqui aumentos até 2010, que são na ordem, por exemplo para os dez metros cúbicos, dos 136%, dos 91% para os quinze metros cúbicos.

Eu julgo que a Câmara só ficou por 2007, mas a perspectiva é do equilíbrio até 2010. E portanto, há aqui um conjunto de propostas, que são de facto excessivas, do ponto de vista da actual taxa de conservação. E digo com franqueza, não sei como é que chega a essa conclusão de que afinal de contas, até se vai pagar menos. O que eu aqui vejo é que se vai pagar muito mais.

De qualquer forma, não me parece (e vou votar contra por isso) que esta mudança por um lado, eu próprio aqui coloquei que era preciso ter em conta que não podíamos onerar excessivamente em função do valor patrimonial. Mas agora, riscasse, põe-se no zero e quem paga é o inquilino, todo e qualquer inquilino. Sim senhor, saúdo o ter em conta os inquilinos que têm particulares dificuldades financeiras, mas a verdade é que esta solução também não é uma solução justa. E por isso mesmo, eu vou votar contra. Mas gostava de dizer que há aqui qualquer coisa que está mal em termos de preço e eu peço de facto que explique, se se trata ou não trata (com a aplicação da taxa fixa e da variável nos termos em que aqui está) de um aumento substancial, para cima dos 80%, no mínimo em relação aos quinze metros cúbicos.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu não sei como é que consegue chegar a essa conclusão, por uma razão simples. É que a partir do momento em que a taxa de conservação de saneamento era indexada ao valor patrimonial, é impossível saber qual era o valor que era fixado porque depende da avaliação do prédio. O que é verdade naquilo que disse é que passam a pagar, o utilizador concreto e não o proprietário, isso é verdade, há uma transferência para o utilizador, porque efectivamente é o utilizador que se serve do serviço, agora fazer essas contas sem se saber qual é o valor da avaliação do prédio



e só assim é que nos permitia comparar o que pagava dantes para o que paga no futuro, não é possível fazermos essa comparação.

Do ponto de vista de contas, nós estamos a fazer a deliberação para o ano de 2007, porque depois para o ano de 2008 será apresentada uma nova proposta. O estudo está feito de uma forma abrangente com uma perspectiva até 2010, mas naturalmente que, todos os anos teremos que falar sobre isto e aferir da experiência do ponto de vista prático, daquilo que resultou no ano de 2007. E fazendo as contas para 2007, isto é, o défice de cobertura de receitas sobre despesas em 2006, fazendo-lhe a actualização que tinha sido proposta em Assembleia Municipal de 2006, dá uma perspectiva de redução do défice, para setecentos e noventa e cinco mil euros (estou a falar em termos globais), quando o que se espera que venha a acontecer com esta proposta em 2007 é um défice de um milhão seiscentos e trinta mil euros. Portanto, o que é possível fazer comparação é no todo, e não pessoa a pessoa, porque não sabemos o valor da avaliação dos prédios, que era a tal injustiça e que foi introduzida a alteração. Devo dizer que esta metodologia, também fazendo alguma análise comparativa, é a metodologia utilizada, em municípios de expressão parecida com a nossa, nomeadamente Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Torres Vedras e Viseu. Entendemos nós que, efectivamente o facto de deixar de ser anexado ao valor patrimonial, introduz-lhe uma justiça relativa do ponto de vista de utilizador, que é sem dúvida nenhuma isso que acabou de referir, isto é, passa a ser o utilizador efectivo quem vai pagar a utilização de um serviço de que é o beneficiário e não o proprietário.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

O senhor deputado Luís Pinto tem a palavra.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Dizer à senhora Presidente que tenho também bastantes dúvidas em relação a um conjunto de taxas, e se tomarmos como exemplo o que aconteceu noutras áreas, nomeadamente em urbanizações, em que as coisas dispararam muito acima da previsões, naturalmente que nos últimos quatro anos sobretudo, os munícipes têm sido sucessivamente sobrecarregados com taxas atrás de taxas, com aumentos superiores a 100%, que é preciso acautelar e sobretudo prever em tempo essas



situações para depois não termos como agora acontece (como ainda há pouco referiu e bem) certas taxas não necessitem de actualização, porque foram de tal maneira aumentadas em determinada altura que criaram graves problemas aos munícipes.

De qualquer maneira, eu queria chamar a atenção para um aspecto que não vem referido e que, já na anterior legislação que existia, causava alguns problemas. E, sobretudo para consumidores nomeadamente do movimento associativo, altos consumidores que em função das suas características são grandes consumidores de água, e depois os consumos de lixo são praticamente inexistentes, e em que a anexação de taxas muitas vezes têm esse tipo de situação, eu sei que não é este o caso mas dever-se-ia ver essa situação, a Câmara ficar com essa possibilidade de poder fazer ajustamentos em relação às características e sobretudo quando o interesse público estiver em também em causa.

Aproveitava a minha intervenção para me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia no sentido de mais uma vez referir aquilo que já algumas vezes me trouxe aqui.

Esta sala não tem condições para reunir a Assembleia Municipal, não tem dignidade, há um grande interesse de todos nós que cada vez mais munícipes venham a esta casa. Os munícipes não podem ficar estas horas todas em pé, e, continuo a referir uma coisa que já em sede de Regimento referi, que me parece também que quando há matérias importantes e vários munícipes inscritos para falar, etc., que se devia poupar o esforço às pessoas de estarem aqui todas estas horas.

Eu sempre fui e sou de opinião que não devemos encurtar as intervenções, quer não é o corte da palavra que resolve estas situações, eu acho que nós devemos discutir todos os assuntos até à exaustão, para que todas as nossas deliberações sejam feitas no melhor sentido e com toda a equidade, e na verdade, não me parece que seja justo que as pessoas estejam em pé e que tenham que aguardar devido às questões regimentais e à nossa necessidade de discutir os problemas naturalmente com toda a profundidade, e as pessoas não têm que ser obrigadas a ficar até ao fim, e portanto isso não me parece adequado. Eu hoje forçosamente tive que me sentar nas cadeiras da imprensa.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado as cadeiras para os deputados estão reservadas, o senhor hoje chegou atrasado, as cadeiras foram indevidamente ocupadas pelos elementos do público e se estavam vazias não vi mal nisso. Agora no que respeita à presença do público, eu devo dizer que é a primeira vez que a sessão se realiza nesta sala e em



que temos pessoas de pé desta maneira. Ou há assuntos que atraíram maior atenção ou nós podemos colocar mais cadeiras nesta sala. A razão porque estamos a utilizar esta sala é porque o salão nobre da Câmara Municipal, sob esse ponto de vista, é mais digno, é mais bonito mas ainda tem menos espaço e não permite isso. A alternativa que utilizámos foi a do estádio, mas a mim e a outros não pareceu melhor, tem mais espaço mas também não é funcional. Nós estamos a tentar encontrar um ponto de equilíbrio e claramente vamos continuar a estudar este assunto, mas até agora já fizemos mais do que se fez alguma vez no passado que nunca se saiu do salão nobre. Nós estamos garantidamente a tentar proporcionar aos senhores deputados e aos elementos do público as melhores condições possíveis e vamos continuar à procura disso.

Relativamente à intervenção do público que o senhor referiu, haviam dois pedidos para intervir e apenas estava presente na sala uma pessoa. Como sabe o Regimento dispõe que seja no fim, e já por essa razão nós antecipámos para o início com o acordo de todos os deputados. As pessoas foram chamadas, uma não estava, mas de qualquer modo poderá fazer a intervenção ainda no fim.

Já agora para informar que, no seguimento da promessa que eu próprio fiz, a próxima Assembleia ordinária, que se realizará no dia 27 de Abril, que é a última sexta-feira do mês de Abril, será em princípio, na Freguesia de Monte Real. Eu tinha pedido, na última sessão, ao senhor Presidente da Junta de Monte Real que me informasse da disponibilidade e das possibilidades logísticas, não recebi essa informação mas das informações que colhi parece-me que é possível. Está de acordo senhor Presidente? Sim senhor!

Vamos então passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com dois votos contra e duas abstenções, aprovar a proposta da Câmara, da criação de Taxa de Utilização do Sistema Público de Drenagem de Águas Residuais e anulação das taxas de Tratamento de Esgotos e Conservação do Saneamento. Mais delibera que, o novo tarifário entre em vigor em 1 de Abril de 2007.**



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhores deputados, a pedido da senhora Presidente da Câmara, os pontos n.ºs 15 e 16 da ordem de trabalhos, são retirados.

Assim sendo, passaríamos ao ponto n.º 17, mas antes a senhora Presidente pretende dar um esclarecimento prévio. Faça favor.

**17. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente é importante eu fazer um esclarecimento prévio e depois o senhor vereador, Dr. Vítor Lourenço, dar alguns pormenores técnicos sobre o próprio documento que foi apresentado.

Esta Carta Educativa foi elaborada no âmbito da Associação de Municípios de Leiria – da AMLEI, numa lógica integrada municipal, tendo em conta que não é possível analisar-se estes assuntos sem ser numa lógica complementar entre Municípios, e como tal, a Associação de Municípios entendeu que a Carta Educativa devia ter sido feita nesta lógica inter-concelhia. Depois, deu origem a uma carta específica para cada um dos municípios das AMLEI. No entanto, a sua filosofia é idêntica em todos os municípios, e a sua lógica de fronteiras é idêntica em todos os municípios, quando se analisa uma lógica de fronteiras em Leiria deve-se analisar com a Batalha quando faz fronteira com a Batalha e assim sucessivamente em relação aos outros concelhos.

Uma segunda nota que é o facto da importância desta Carta Educativa ou de uma Carta Educativa ser aprovada.

Por analogia com o que aconteceu, salvo o erro, no II Quadro Comunitário de Apoio, em que o Governo de então, quando foram aprovadas as regras de funcionamento do II Quadro Comunitário, determinou que quem não tivesse Plano Director Municipal aprovado, não poderia fazer candidaturas a fundos do II QCA.





Neste momento, as instruções e as regras que estão determinadas no âmbito do próximo Quadro Comunitário, o que entrou em vigor este ano e que é designado por QREN, estão na mesma base ou seja, não é possível a nenhum município fazer candidaturas, sem ter a Carta Educativa aprovada. Numa primeira fase entendeu-se que não era possível fazerem-se candidaturas no âmbito de equipamentos na área da educação, pareceria lógico, mas o que está perfeitamente definido é que não é possível fazer qualquer candidatura a nenhum tipo de projecto, desde que não esteja a Carta Educativa aprovada. Daí o facto de, apesar de ter sido um documento trabalhado com muito tempo, teve que chegar a uma fase final, foram introduzidas algumas alterações legislativas que deram origem a algum retrocesso do ponto de vista de elaboração do documento e isto aconteceu no ano passado, 2005/2006, já estava numa fase bastante avançada e teve que ser refeito porque foi introduzida nova legislação no que respeita às cartas educativas, e neste momento teve que ser apresentado, na sua versão final, como um documento indicativo ou orientador como é entendido qualquer documento de planeamento, mas a importância de ele vir a ser aprovado é grande, na medida em que está determinado como eu já disse, que quem não tiver a Carta Educativa aprovada não tem a possibilidade de se candidatar no âmbito do QREN, a qualquer projecto de financiamento.

Feito este enquadramento geral, eu pedia ao vereador Dr. Vítor Lourenço, para fazer uma apresentação sucinta do documento.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor vereador!

***VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)***

Vítor Lourenço, vereador.

Resta ainda dizer nesta introdução que a senhora Presidente fez, que esta questão do documento que foi presente não foi um documento da Câmara Municipal, não foi um documento aprovada na Câmara Municipal, é um documento aprovado no Conselho Municipal de Educação, uma vez que, no dia em que o documento que nos foi entregue pela empresa que fez todo este trabalho ao longo destes anos para os municípios da AMAE, e como os municípios restantes deram muito menos trabalho à empresa porque tiveram a oportunidade de mais rapidamente lhes entregar o trabalho, às câmaras nossas vizinhas que já têm o documento aprovado há cerca de



quinze dias e outros há um mês, a empresa foi entregando os trabalhos, o de Leiria por ser mais complexo de trabalhar foi o último a entregar. No dia em que ele nos chegou, divulgámo-lo imediatamente na página da Internet da Câmara, para que todos pudessem e quisessem lê-lo, observá-lo e partilhar opiniões. Não sendo obrigatório qualquer período de discussão pública deste documento, foi por nossa iniciativa, para recolhermos opiniões de todos os agentes educativos do nosso concelho, foi divulgado nesse dia pelos membros do Conselho Municipal de Educação com a convocatória para dez dias depois reunir o respectivo Conselho Municipal, e imediatamente dois dias depois, foi mandado a partir do dia quinze para os membros da Assembleia Municipal.

E portanto, o documento que vos chegou às mãos é uma parte do grande documento que consta de três ou quatro dossiers, um enorme diagnóstico de que o nosso documento tem apenas uma síntese de meia dúzia de páginas, no que diz respeito aos princípios gerais e às questões do enquadramento demográfico territorial, mas o conjunto dos documentos que depois subsequentemente vos foram enviados, nomeadamente o último que tem a ver com as questões financeiras que representam os encargos e os recursos necessários para ao longo do tempo se programar as intervenções necessárias à realização e execução do previsto na Carta Educativa, são portanto todo um conjunto de documentos que têm esta história.

O documento que foi apresentado ao Conselho Municipal de Educação e aprovado por unanimidade nesse Conselho Municipal e também em sede do executivo camarário, naturalmente que, já sofreu as alterações das omissões e dos erros que apareciam no documento que foi divulgado.

Resta dizer que este documento se for aprovado aqui hoje nesta Assembleia, como esperamos, ele será imediatamente enviado para a Direcção Regional de Educação, que tem a responsabilidade de o analisar e depois de homologar a Carta Educativa de Leiria. Faltam naturalmente, elementos a realizar para dar resposta às questões que a Direcção Regional pretende, precisamente porque aquilo que são os índices de enquadramento demográfico do nosso concelho, naturalmente que sendo o concelho com maior crescimento demográfico de toda a Região Centro, como está aí perfeitamente indicado, e como na parte de indicação prospectiva até ao ano 2014 como é obrigação indicar na carta, reflecte um aumento populacional progressivo baseado nos mesmos critérios do último decénio, nós podemos dizer e comprovar que, quer no crescimento natural quer no crescimento anual/médio geral, a



população de Leiria tem essa tendência, pelo exemplo que confirma os dados que vos foram apresentados e que estão identificados nos gráficos que me escuso de estar a referir aqui um por um. Os quatro anos do último decénio, comparados com os primeiros quatro anos deste decénio, temos um aumento populacional de nascimentos de mil quinhentos e vinte e sete, o que significa em termos de aumento, manter a percentagem de aumento da natalidade, o que contribui naturalmente para o aumento da população.

Em termos de enquadramento demográfico julgo que basta referir este dado, para além de não ser um dado científico (uma vez que não há censos), foi um dado recolhido pelos serviços técnicos da Câmara da Divisão de Educação, anualmente fazemos a recolha junto dos centros de saúde de todos os nascimentos no nosso concelho para termos uma perspectiva, o que fazemos desde 2002 e todos os anos temos vindo a actualizar os dados demográficos do nosso concelho.

Em relação ao território, tendo naturalmente a Carta Educativa como documento orientador, temos que responder aos problemas que temos para resolver no Concelho. Quais são os problemas principais? Com prioridade acabar com os desdobramentos de horários nas nossas escolas, o que significa que há um conjunto muito grande de escolas com sobrelotação de alunos, em que é necessário ter turmas em desdobramento, nós temos setenta e nove turmas no nosso concelho em desdobramento, não há nenhuma situação idêntica em nenhum concelho da Região Centro, o concelho que mais se aproxima de nós não tem metade deste valor em termos de desdobramentos, e porque se concentrou sobretudo na zona urbana, nomeadamente com grande impacto na Freguesia de Marrazes como todos sabemos, em que todas as escolas da freguesia funcionam em desdobramento a 100%.

A primeira resposta que é preciso dar é acabar com os desdobramentos para cumprir estas novas orientações da escola a tempo inteiro, que nasceram em 2005, orientações da política educativa do Governo, de escola a tempo inteiro com funcionamento em regimes normais e portanto esta situação tem que ser a primeira prioridade, para resolver o problema dos desdobramentos.

A segunda prioridade é, temos um território bastante disperso e portanto, sobretudo falando como exemplos as freguesias do norte do concelho, desde Milagres, Carvide, Coimbrão, Monte Redondo e Bajouca, essencialmente estas freguesias mas também um pouco a do Souto da Carpalhosa, nós sabemos todos que existe um grande número de escolas para uma grande dispersão no território. A política de



concentração de recursos e de concentração de alunos para haver capacidade pedagógica mais actuante em termos de educação, obriga a que esta segunda prioridade seja também como necessidade de resposta, de orientações da Carta Educativa.

Naturalmente que, para resolver este problema e se um dos princípios do Ministério da Educação, no decreto-lei que regulamenta o funcionamento e a constituição e execução das cartas educativas, com base nesses princípios em que o Ministério se compromete a colaborar com as autarquias, para a realização de estratégias de requalificação do parque escolar, tendo em vista resolver estes problemas, é assim exactamente o princípio que está definido no acordo celebrado entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios, seguindo este princípio, e tendo como princípio a finalidade principal que é aumentar a capacidade de oferta dos nossos estabelecimentos de ensino, tendo em conta naturalmente a rede escolar existente pública, privada e associativa, temos sempre em conta que todos os dados que nos são fornecidos, em termos de capacidade de oferta e procura, têm em conta toda a rede escolar e não apenas a rede pública, com vista a esta familiaridade foram definidos os territórios, que são os agrupamentos que já temos que coincidem com os territórios educativos (são nove), actualmente na Carta Educativa designados pela localidade da escola nuclear, para haver homogeneidade também na questão das designações e nomenclatura que hoje é tendencialmente seguida pelo Ministério da Educação, portanto existe uma escola nuclear que é a escola sede do território, aqui coincide com a escola sede do Agrupamento, que passará a ser designada não pelo nome da escola mas pelo nome da freguesia onde ela está sediada.

Tendo em vista portanto a resolução dos principais problemas, existe uma proposta de reordenamento da rede. Essa proposta, tal como é descrita no documento, e com base nos mapas e quadros, que talvez não tenham uma leitura muito linear porque podem prestar-se a alguma confusão na sua leitura, nós diríamos que, para resolver a primeira prioridade que é acabar com os desdobramentos, foi desde 2002 estudado pelos serviços da Câmara Municipal, em colaboração com a Direcção Regional de Educação do Centro, com os vários directores-gerais que já passaram enquanto nós estamos nestas funções, com a equipa técnica da Câmara e com os outros parceiros educativos, tem vindo a ser definido ainda antes destas orientações novas da política educativa de 2005. Digamos que, o nosso documento de Carta Educativa já teve várias versões. Ele próprio já evoluiu para três situações diferentes que não vale a



pena estar aqui a descrevê-las, mas não é hoje a situação que nos aparece (como disse a senhora Presidente), é a terceira versão da proposta de carta para o Concelho de Leiria.

E finalmente em Fevereiro de 2006, foi finalizado o nosso estudo conjunto com o director-regional em exercício na altura, que hoje tenho pena que não esteja aqui como deputado municipal, para connosco avaliar e analisar este documento final. Eu próprio falei pessoalmente com ele ontem, e ele disse-me que era impossível estar aqui hoje, que tinha pena, porque ele foi um dos responsáveis também por este documento que aqui temos presente, na troca de trabalho permanente que tivemos na construção desta Carta Educativa, e portanto todo este conjunto de propostas que aqui estão, visam resolver em princípio a primeira prioridade, como é que, no território do Concelho de Leiria nós podíamos resolvê-lo. E então essas propostas para soluções alternativas em Marrazes e Leiria, que são as duas principais zonas donde se concentra, se repararam bem na Carta Educativa, na proposta que vos chegou às mãos, a empresa propôs numa primeira fase, que sito se resolvia com uma nova escola EB 2/3 na zona de Cruz D'Areia, José Saraiva, eles não diziam exactamente aonde é que era em termos de análise do território mas era abrangendo aquele território de cima. É evidente que, nós todos sabemos pelos dados que temos e que conhecemos, que a maior e primeira necessidade de construção de novas salas de aulas para aqueles agrupamentos é na Freguesia de Marrazes, é no território de Marrazes e disso não há dúvida nenhuma, é aquele onde se concentra o maior número de alunos em desdobramento. E portanto, a nossa proposta que depois a empresa amadureceu no final e, como disse, foi a proposta que fizemos em Fevereiro de 2006, é de que, é necessária uma nova escola 1,2,3 em Marrazes para resolver este problema, é necessário construir dez salas de 1º Ciclo junto da actual Escola EB 2/3 de Marrazes, é necessário pôr em regime normal a escola da Gândara, que está em concurso público para construir seis salas em regime normal, com mais as oito do 1º ciclo que existem, resolvemos o problema das trinta e tal turmas que precisam de novas salas, só na Freguesia de Marrazes.

Em todo o território urbano, a solução encontrada e proposta e aceite entre estes parceiros que discutiram ao longo deste tempo esta questão, foi que, não havendo espaço físico nas escolas do 1º ciclo da zona urbana, para que as escolas possam crescer, a solução foi aumentar a Escola Correia Mateus e transformá-la em 2/3, aumentar a José Saraiva e transformá-la em 1/2/3, e utilizar a 100% as instalações



do CEL, onde já estão instaladas turmas e há um acordo com a Direcção Regional de o edifício se manter destinado à Educação e às turmas do 1º ciclo, para resolver o problema das restantes escolas da cidade, que ainda estão sem solução, como seja a escola amarela, a escola branca, Capuchos, etc.

Este conjunto e esta solução que vocês encontram como primeira prioridade, é exactamente aquela que está descrita no documento e que eu resumidamente aqui apresentei.

A outra primeira prioridade, que tem a ver com os centro educativos das zonas mais distantes e mais dispersas do território, tem a ver com o Centro Educativo do Coimbrão, que está em fase de preparação para ir para concurso e à espera de aprovação final na Direcção Regional de Educação, do Centro Educativo de Monte Redondo, cujo projecto de arquitectura está na DREC para aprovação há oito meses, ainda não obtivemos resposta (os prazos às vezes são muito grandes, como se diz, nos serviços técnicos locais, mas também o são nos regionais e nacionais, e nós não conseguimos que nos despachem rapidamente as coisas), o Centro Educativo da Bajouca, que está a ser trabalhado com a respectiva Junta de Freguesia num centro educativo que tem que ser novo, porque para fazer um centro educativo para toda a Freguesia da Bajouca, o território actual do 1º ciclo não tem área suficiente uma vez que hoje, como sabem, a lei obriga a que haja um rácio de metros quadrados de área livre nas escolas por aluno, e portanto, as nossas escolas do 1º ciclo, hoje, seriam todas inadequadas porque não têm espaços exteriores com a dimensão que a lei actualmente exige, para que sejam aprovados os projectos.

Portanto, estas são aquelas que são chamadas primeiras grandes prioridades, tem um outro quadro que diz "outros", que são casos específicos e eu cito quais são esses casos : é Moita da Roda e Arrabal, que são duas escolas do 1º ciclo, em que Moita da Roda com pré-escolar num estado de degradação muito intenso e que teve várias intervenções, como se fez nos edificios escolares e como nós dizíamos, ia remediando o mal, mas a precisar de uma intervenção profunda. Os projectos estão numa fase final execução, do Arrabal o projecto de especialidades segundo nos foi informado em Março, e a escola da Moita da Roda na fase de evolução do projecto de arquitectura, neste momento. Os "outros" que se citam no documento são estes casos muito especiais, de escolas que não têm outro tipo de solução, que não estão enquadradas ainda, não é necessário nesses territórios deslocalizar esse número



grande de alunos para um outro centro, e portanto esses continuam como pequenos centros educativos, em escolas localizadas.

Em relação às outras questões, que podem vir no documento e que eu citaria apenas que há uma dúvida muito grande relativamente à evolução futura, daquilo que nós definimos no documento como segundas prioridades. Isto é, a partir do momento em que possam ser realizadas e executadas estas primeiras prioridades que têm a ver com o acabar com a enorme quantidade de desdobramentos e acabar com a enorme dispersão de escolas do 1º ciclo e de lugar único, sobretudo no norte do concelho, a ideia das pessoas que naturalmente já se debruçaram sobre este documento e sobre a realidade concreta, é que neste momento não há certeza absoluta se as propostas que a empresa apresentou mas que devem figurar na carta como indicativas, são necessárias realizar a médio e a longo prazo, porque a evolução e a monitorização da carta e da sua execução, é que o vai indicar anualmente, biualmente, triualmente ou por decénios seguintes, isto é, não faz sentido dizermos no documento que é necessário uma escola EB 1/2/3 no território algures entre Cruz D'Areia, Telheiro, Guimarota, Vidigal, nesse território onde eles indicaram que seria necessário uma escola, não está como indicativo está como uma segunda prioridade e a longa distância, porque na verdade neste momento, não há perspectiva segura de que isso tenha que vir a acontecer, porque o problema fundamental que temos para resolver na zona urbana resolve-se com estas questões que estão aqui determinadas e que são as chamadas primeiras prioridades.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado senhor vereador, se forem precisos mais esclarecimentos depois serão pedidos.

Temos inscrições e a primeira intervenção é do senhor deputado José Manuel Cunha.

***DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)***

Boa noite!

José Cunha Presidente da Junta da Barreira, eleito pela lista do Partido Socialista.

Eu irei centrar esta minha intervenção para a discussão da Carta Educativa do Concelho, no que respeita à Freguesia da Barreira.

Muito embora o documento apresentado refira, como disse o Dr. Vítor Lourenço, que se trata de um projecto inacabado e dinâmico, devendo por isso ser



permanentemente reavaliado e actualizado, não posso deixar de apresentar algumas questões e preocupações.

Não tive oportunidade de conhecer o conteúdo dos documentos que são indicados na bibliografia da Carta, mas o facto de datarem com o ano dois mil, coloca-me algumas reservas quanto à sua actualidade. Também em termos estatísticos são referenciados os Censos de dois mil e um e dos anos anteriores e que no caso da Freguesia da Barreira, deverão estar bastante desactualizados. Neste documento é indicado que a Barreira foi, a seguir à Freguesia dos Marrazes, a freguesia que mais cresceu em termos demográficos – 35,43%. São também referidos dados relativos à recessão demográfica nos meios mais rurais, onde a Barreira tem também grande parte do território, mas não analisa as razões dessa recessão, como são por exemplo as restrições do Plano Director Municipal, que tem provocado uma deslocação das populações para as zonas mais urbanas. Refere ainda que existe pelos menos um Jardim de Infância em cada freguesia, mas sabemos que estes não dão resposta cabal às reais necessidades das famílias pelos escassos lugares que são criados, quer pela deficiente componente de apoio às famílias e prolongamentos de horários estabelecidos, situação que obriga à deslocação das crianças para a zona urbana, mais propriamente para a cidade de Leiria.

No documento, o cálculo que faz em relação à população da Barreira, a população escolarizada até aos anos lectivos 2014/2015, a fórmula escolhida não prevê o forte crescimento urbano, principalmente no lugar do Telheiro, onde hoje se verifica um aumento da população jovem, o que faz prever um aumento significativo da natalidade nos próximos anos.

O relatório identifica a sobrelotação da Escola da Cruz d'Areia e de facto nesta escola a procura é muito superior à oferta. É uma escola relativamente nova, com instalações dimensionadas para os alunos que pretendia receber, e onde foram desde o seu início garantidos, pela Associação de Pais, a segurança e os prolongamentos de horários, as actividades de tempos livres, e daí o êxito obtido.

Actualmente, ela também enfrenta o problema do excesso de alunos e funciona em desdobramento. Lembro que a ausência ou o desinvestimento nas actividades de prolongamento do horário lectivo nas outras escolas do Agrupamento, levou a que as famílias procurassem outros estabelecimentos de educação, onde encontram a qualidade e segurança que tanto desejam.





Estimamos que entre trinta a quarenta crianças do pré-escolar e 1º Ciclo, estarão inscritos em estabelecimentos fora do concelho, nomeadamente na Batalha, São Mamede e até Fátima, porque são estabelecimentos que vêm buscar os alunos à Freguesia da Barreira.

Concordamos, porque vem também referido na Carta, que o Jardim de Infância da Barreira, não tem as melhores condições para funcionar com dignidade, e podemos até aceitar, na condição de ser o melhor para a população, a desactivação da Escola n.º 1 da Barreira e a sua conversão em Jardim de Infância. Concordamos com uma política de centralização das escolas e subscrevemos tudo o que vem referenciado como objectivos que vêm referenciados na página dezoito da referida carta, mas não necessariamente todas na cidade de Leiria.

Vemos com muita preocupação, o encerramento das escolas da Barreira, Andreus e Marvila, mantendo-se apenas a do Telheiro que no ano transacto funcionava em desdobramento.

Numa leitura enviesada aos restantes territórios educativos do concelho, parece-me estranho que a Barreira sendo a segunda freguesia com maior crescimento demográfico, seja aquela onde mais escolas encerram. A Carta prevê a construção de oito salas para o 1º Ciclo na Escola José Saraiva e converter aquela escola em estabelecimento de Escola Básica 1,2 e 3. Admitimos e temos receio que esta situação possa criar alguns conflitos e colocamos algumas dúvidas.

Às crianças do 1º Ciclo, serão garantidas as condições de aprendizagem e de sociabilização específicas da sua idade? Como o lazer, o prolongamento dos horários, à parte dos outros ciclos que vão leccionar? Serão garantidos os prolongamentos de horários e actividades de enriquecimento curricular e de tempos livres com qualidade? Está pensado e é garantido o transporte de todas as crianças, desde os diversos lugares da residência e com horários ajustados? A proposta fala de um sistema de transportes, que assegura a deslocação das crianças, mas não antevê as dificuldades nesse transporte, nomeadamente no cumprimento dos horários, locais de recolha das crianças, etc., e, só para recordar que estamos a falar de crianças do 1º Ciclo, portanto até aos quatro anos, que não podem ficar sozinhos à espera do transporte.

Lemos ainda, que o Agrupamento da Escola José Saraiva, propôs a construção de dois pólos educativos, para as freguesias a sul de Leiria, nomeadamente um que abrangesse a Freguesia da Azoia e dos Parceiros, e outro da Freguesia da Barreira e



das Cortes, o qual vai de encontro ao diagnóstico social aprovado pela Comissão Inter-Freguesias, da Azoia, Barreira e Cortes, o qual aponta para a construção de espaços educativos centralizados como factor necessário ao desenvolvimento harmonioso das crianças, possibilitando a sua integração na comunidade, o seu enraizamento no contexto sociocultural de cada terra.

Ora, parece-nos que a reflexão feita por estas duas entidades, poderá ter um contributo importante, na análise desta questão. Para dar resposta ao acréscimo previsto também na Carta, para os alunos do 2º e 3º ciclos, e de acordo também com a Carta Educativa, este aumento cifra-se aproximadamente nos trezentos alunos, prevê-se a construção de um edifício-bloco no espaço envolvente à Escola EB2 e 3 da José Saraiva.

Reconhecemos as vantagens da elaboração da Carta Educativa, como um elemento estratégico para o desenvolvimento do Concelho. No entanto, achamos que antes da sua implementação, deveriam ser ouvidos os diversos intervenientes no processo educativo, nomeadamente os agrupamentos, associações de pais e porque não as Juntas de Freguesia, não bastando apenas o documento estar disponível on-line.

Porque a Carta Educativa do Concelho não pode nem deve resumir-se à apresentação de um diagnóstico, baseado em estatísticas e na sua projecção matemática para os próximos anos, cabe a cada um de nós, fomentar a participação cívica dos nossos concidadãos, pois só assim se conseguirá a melhor solução, dando a todas as crianças do Concelho, a oportunidade de crescer e aprender de modo harmonioso.

Na Barreira estamos disponíveis para prestar o nosso contributo.

O senhor Presidente autorizou-me para, aproveitando e lembrando que no próximo dia 11 de Março, a Freguesia vai comemorar o 269º aniversário, e curiosamente, simplesmente por coincidência, vamos homenagear os Professores que leccionaram nas escolas da Barreira, e portanto eu faço o convite às pessoas, aos senhores deputados e ao público resistente que aqui se mantém, que queiram comparecer dentro de quinze dias na Barreira, para esta sessão solene.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO SANTOS(PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CHAINÇA)***

Boa noite !

José Augusto Santos, Presidente da Junta de Chainça.



Sob pena de estarmos aqui a votar um documento em que posso já assinalar aqui uma imprecisão, a minha intervenção é mesmo só no sentido de que ela seja corrigida. A EB1 de Chainça tem três salas e não duas. É só isso.

### **DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Muito boa noite a todos.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

E sem qualquer demagogia, de facto saudar de uma forma especial o público aqui presente, porque eu sei (pelo menos julgo saber) que é sobretudo por causa deste tema, que aqui permanece.

A proposta de *Carta Educativa de Leiria*, submetida à apreciação e votação desta Assembleia, é um documento essencial para o futuro do nosso Concelho na perspectiva estratégica da qualificação de recursos humanos e da diversidade dos meios de promoção do conhecimento. Sem estas duas componentes essenciais não será possível competir no quadro do desenvolvimento das cidades de média dimensão!

Sendo assim, esta Carta Educativa não deve ser encarada como uma mera listagem de gestão de instalações e da sua distribuição aleatória pelo perímetro concelhio, já que terá reflexos, a médio prazo, na estrutura e na hierarquia demográfica das localidades, no ordenamento do território, na mobilidade e comunicação das populações, na integração urbana de zonas periféricas, na coesão social e na afirmação das capacidades do capital humano de Leiria. Daí a importância e dignidade deste documento que, genericamente, nos parece um interessante contributo para o conhecimento mais fundamentado das realidades do Concelho de Leiria e um instrumento de planeamento muito necessário.

Por isso mesmo, o nosso primeiro reparo é quanto ao tempo limitado de debate público que foi suscitado (10 dias incluindo os de Carnaval) apesar da própria Carta, nas suas considerações finais, sugerir que *"as propostas apresentadas, deverão ser objecto de discussão e aprovação por todos os agentes que directamente estejam ligados ao sector educativo, previamente à sua implementação"*. Também é verdade que lá se diz que esta proposta *"deve ser encarada pelo Município como um projecto inacabado"* e que, estamos convictos, haverá abertura para acolher melhorias e sugestões na sua definição concreta, mas, objectivamente, o que hoje nos é solicitado é que aproveemos um documento-base que merecia um maior período de esclarecimento e de mobilização dos cidadãos de Leiria interessados nesta matéria.



Sabemos que existem, por outro lado, documentos de diversas proveniências e, alguns até contraditórios com esta Carta Educativa, como por exemplo, o que se refere aos eventuais encerramentos de escolas EB1 que aqui atingem quase meia centena e na mais recente proposta do Ministério da Educação se situam, apenas, nas duas dezenas, num universo de mais de cem, em todo o Concelho. Importa esclarecer a quem compete a última palavra sobre esta questão tão sensível, quais os prazos úteis para apresentação de alternativas e de que modo as autarquias, as escolas, os encarregados de educação e outros agentes sociais podem participar neste debate.

Gostaríamos, por outro lado, que tivesse sido distribuído, em simultâneo com a proposta de Carta Educativa, o respectivo plano de financiamento o qual, só hoje tivemos conhecimento e que nos parece manifestamente vago.

Faltará ainda, cremos nós, uma referência ao papel fundamental e até liderante que o Ensino Superior pode ter no nosso Concelho e na Região.

Há, também, questões concretas que nos suscitam dúvidas ou até discordância. Eis algumas delas, a título de exemplo:

1- A proposta de remodelação do edifício onde está sediada a Coordenação Educativa de Leiria e onde, primitivamente, funcionou o Liceu Rodrigues Lobo, para aí acolher 8 turmas do 1º Ciclo, não nos parece adequada. Existem dificuldades de acessos e de transporte, não há um espaço funcional de recreio, não tem a exposição solar aconselhável e as alterações à estrutura física serão sempre, uma solução de remedeio.

2- Há vários casos de previsão de encerramento de escolas do 1º Ciclo cujos alunos serão transferidos para futuros Centros Educativos, buscando uma optimização de recursos e da prestação de serviços com maior qualidade. Importa garantir que a rede de transporte se adapte a essas novas necessidades o que, nalguns casos será difícil, pois contraria o movimento pendular das populações como, por exemplo, dirigir os alunos dos Marinheiros ou Guimarota para a escola EB 1/2/3 Correia Mateus, aparentemente em conexão geográfica.

3- Também importa conhecer com mais precisão o que se entende por construir ou ampliar, a curto prazo, 17 estruturas educativas entre as quais os Centros Educativos da Bajouca, Coimbrão, Monte Redondo, Marrazes e Touria, sabendo-se que as escolas básicas de lugar único poderão fechar já no próximo ano lectivo. Se esta questão não for acautelada poderão ocorrer disparidades temporais entre o fecho de



uma escola a abertura de outra instalação, com consequências negativas para essas populações. Quem e que condicionalismos determinarão o referido curto prazo?

4- Na Carta Educativa é classificada como de 2ª prioridade a construção de uma nova Escola Profissional o que, de facto, é necessário. Mas, no documento complementar entregue no Conselho Municipal de Educação essa escola já aparece em 1ª prioridade e com tipologia diferente. Ao que apurámos poderá ter sido um lapso, mas mais uma vez, estamos a apreciar em sede de Assembleia Municipal, um documento que não pode acolher ligeirezas deste tipo. Igualmente, este projecto da nova Escola Profissional de Leiria não aparece articulado com a oferta existente ou a criar no Ensino secundário formal, sabendo-se que uma das grandes apostas do actual governo é, precisamente, proporcionar percursos escolares alternativos com vista à inserção na vida activa. Essa dinâmica de complementaridade recíproca não está suficientemente expressa no documento e é importante que dele conste, de forma circunstanciada.

5- Em relação ao Território Educativo de Marrazes a proposta contida na Carta Educativa é razoável e dá resposta aos anseios da freguesia com mais população, com maior índice de juventude e com área de expansão construtiva mais extensa. Perante propostas iniciais que pretendiam implementar uma solução de menor qualidade no reordenamento do parque escolar, todas as Associações de Pais, todos os órgãos de gestão da totalidade das escolas daquela área e a própria Junta de Freguesia se uniram na busca de alternativas que qualificassem aquele território de consolidação recente e, dessa reflexão, resultou um parecer fundamentado que foi endereçado a quem de direito. Felizmente que a Carta Educativa acolheu a solução mais justa que passa pela construção de um Centro Educativo no núcleo central da sede de freguesia que acolha os alunos excedentários das escolas do 1º Ciclo. Confiamos que, agora, a sua execução será célere.

A referência que aqui faço a este caso, prende-se com a demonstração de que é possível e profícua a mobilização dos cidadãos na resolução consensual dos problemas do território que habitam, tornando-o mais humanizado, mais seguro e mais coeso.

Nesta perspectiva, embora a substância genérica do documento seja positiva, o modo como foi proposta a sua análise e aprovação por este órgão autárquico não nos parece ter sido a mais correcta. Por isso, solicitamos e propomos o agendamento da votação deste assunto estrutural para Leiria para nova sessão da Assembleia



Municipal extraordinária, a realizar em Março próximo, o que permitirá um maior espaço de debate e não inviabilizará a anunciada candidatura ao Q.R.E.N.

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)***

Boa noite.

Manuel Carvalho , Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Na qualidade de representante das freguesias que integram o Município, eleito por esta Assembleia, para o Conselho Municipal de Educação, votei favoravelmente a proposta da Carta Educativa, à semelhança dos restantes membros que constituem este órgão, à excepção de um.

Por considerar tratar-se de um documento importante para a prossecução dos interesses do Município, nomeadamente no cumprimento de objectivos educacionais e de legislação em vigor. Ainda porque este documento apresenta estratégias para a educação concelhia, a médio e a longo prazo, que me parecem garantir os interesses dos munícipes numa área tão importante como é a Educação, política educativa que aliás no nosso concelho, se vem fazendo há vários anos com saber.

Trata-se de uma área que exige grande responsabilidade, dada a sua natureza onde se cruzam aspectos sociais, culturais, financeiros, emocionais, que têm de ser articulados com a complexidade geográfica e com as características demográficas e sociais do Município.

Os caminhos a seguir traçados pela Carta, colocam a ênfase de se acabar com a prática dos desdobramentos de horários existentes, principalmente na zona urbana da cidade e com os lugares únicos existentes nas zonas mais rurais, o que vai ao encontro da política educativa do Governo e do que se considera fundamental para se atingir uma educação de sucesso.

Esta estratégia educativa, exige a criação, construção, requalificação das infra-estruturas escolares, quer relativamente à sala de aula em si, quer relativamente a espaços de recreio e polivalentes, que garantam a prestação de serviços complementares à actividade lectiva – refeitórios, bibliotecas, mediatecas, espaços desportivos, etc.

Nesta Carta Educativa, estão definidos a construção de Centros Educativos em várias freguesias, nomeadamente no norte do concelho e a ampliação com a construção de novos pavilhões em escolas 2/3 e em escolas 1,2 e 3. a construção e a melhoria destes espaços, destinados a escolas de acolhimento, resultam da necessidade de



melhorar o sistema de ensino, articulando com uma gestão menos dispendiosa, o que passa naturalmente pelo encerramento de vários estabelecimentos escolares, principalmente ao nível do 1º Ciclo.

Bem sei que a questão do encerramento de escolas é um processo complicado que suscita e bem, participação cívica, não apenas de encarregados de educação, associações de pais, professores, autarcas, mas em geral de toda a comunidade escolar. Os Presidentes de Junta de Freguesia pela sua função, pelo interconhecimento, pela sua proximidade com a comunidade escolar, são os primeiros a serem confrontados com a decisão de se fechar uma determinada escola. Mais cedo ou mais tarde, esta questão irá ser praticamente colocada a cada um de nós.

O encerramento de uma escola não é no entanto nenhum drama. Se a decisão de encerrar uma escola for previamente reflectida, se houver uma avaliação das vantagens e das desvantagens, se a escola de acolhimento oferecer melhores garantias, se os serviços de transporte e de almoço estiverem salvaguardados, não deve haver receio, mesmo que um ou outro pai não esteja de acordo. Um ou outro vai haver sempre inicialmente, a reclamar ou a protestar, depois, reconhecerá que o encerramento foi bom. Digo isto com conhecimento de causa.

No início do ano lectivo, a escola de Codiceira da minha freguesia, foi uma das poucas que se decidiu fechar, embora não tivesse sido esta erradamente como depois se reconheceu, fosse anunciada nos meios de comunicação que iria acabar.

Decidir fechar uma escola numa freguesia, decidir não a fechar e fechar outra na mesma freguesia e no mesmo período, causa como calcularão, um clima ruidoso e coloca um Presidente de Junta que apoia esta decisão, alvo de pressões. No entanto, após o arranque do ano lectivo, o ruído desaparece, o receio e o descontentamento dão lugar à satisfação.

Temos autarcas, temos à frente dos agrupamentos, das associações de pais, dos centros da área educativa, tivemos recentemente e temos à frente da Direcção Regional de Educação do Centro pessoas competentes, para que com tranquilidade e de forma serena, se vá caminhando, passo a passo, para a melhoria da Educação ao nível do Município.

Na Carta Educativa está traçado o caminho que nos parece melhor para a Educação, ao nível do Município. Não impõe, não proíbe, não obriga, porque pode ser melhorada, porque é um instrumento orientador, porque assenta em estudos de



dados actuais e perspectivados para o futuro, parece-me merecer a nossa confiança e a nossa aprovação.

Encerrar uma escola não é um problema. Construir um Centro Educativo é a solução para um problema. Não tenhamos por isso medo, da mudança e da renovação, para o são interesse no futuro das nossas crianças e dos nossos jovens. Tenho dito, obrigado pela atenção.

### ***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP!

Em primeiro lugar eu queria chamar a atenção da Assembleia que, não devíamos decidir sobre pressão, com a velha perspectiva que muitas vezes aqui vem, de que estão os fundos ali ao lado à nossa espera e que portanto temos que rapidamente decidir. Foi assim em relação à Valorlis e foi assim em relação a muitas coisas que temos aqui decidido, em nome de candidaturas a fundos comunitários e que depois mais à frente nos vamos arrepender. E esta, era a primeira questão que eu queria colocar.

É que não vale a pena, tivessem andado mais depressa, mas não obriguem esta Assembleia que tem em consciência que decidir, a tomar uma decisão, ou uma decisão que não está em condições pela falta de elementos que lhe deram também, de tomar uma decisão em consciência.

O CREN ainda agora está em discussão e parece que o PSD até critica a negociação com a comunidade, o não terem ainda fechado as negociações.

Decide-se abrir uma discussão pública, decide-se digamos também, acolher o conjunto de contributos da comunidade educativa, mas depois não há um documento que acompanhe com esses pareceres, a Carta Educativa que é proposta. Eu fiz aqui uma proposta, e a proposta é no sentido de haver uma Comissão específica em relação a algumas matérias, em relação ao próprio conteúdo, mas para abrir espaço ao conhecimento e aos contributos que hão-de vir .

Eu estou de acordo com tudo aquilo que disse o Presidente da Junta de Freguesia da Barreira e aquilo que também aqui disse o Pedro Biscaia. Na realidade, nós precisamos de decidir acerca disto com o máximo de informação e tendo em conta a opinião, ouvindo e reflectindo também a opinião dos outros agentes, particularmente daqueles que têm um importante papel a desempenhar na Educação.

Toda a gente sabe, eu pelo menos não tenho vergonha nenhuma em o dizer, eu não tenho condições nem capacidade e não sei se as outras forças políticas o têm, de





tomar uma decisão que em muitos aspectos revelará alguma ignorância em relação a alguns territórios educativos, que precisam do contributo e da discussão e da reflexão, do conjunto dos membros da Assembleia Municipal, provavelmente os Presidentes de Junta que também deviam estar, pelo menos cada um na sua comunidade educativa, nesta Comissão, e não é por quinze dias ou um mês, ou até vindo aqui em Abril à próxima Assembleia, que deixaremos de nos poder candidatar aos fundos comunitários.

Mas depois há aqui aspectos, que eu não vou ver em pormenor, mas há aqui um em que eu tenho sérias reservas até por aquilo que disse aqui o senhor Presidente da Junta da Barreira, em relação às crianças, ao movimento, aos espaços que se criam. Em relação a integração, está aqui decidido o futuro da integração de todos os alunos da Escola EB 1 nas escolas básicas 1,2 3, e que esta integração faz-se em nome de uma obrigação ou de uma imposição da Lei de Bases do Sistema Educativo!

Eu já fiz aqui uma moção num determinado sentido que de facto não é tido em conta na Carta. Não é a questão da solução do particular, mas é preciso que esta Assembleia, que também já aqui colocou algumas reservas, alguns membros, tenha um espaço que não seja apenas esta solução, de que nem há possibilidades de fazer propostas em concreto e discutir com seriedade, uma coisa que precisa o mínimo de reflexão e confronto com as opiniões que hão-de vir quer do debate público quer da opinião da comunidade educativa. E já agora dizer que talvez seja justo então, adiar mais um pouco do que dez dias, foi o tempo que julgo que deram para debate público desta matéria. Eu sei que não é obrigatório, mas dez dias é pouco e se há abertura, era importante senhor Vereador, que viesse aqui o contributo, porque é este o órgão que tem que decidir, não é a Câmara Municipal . E é muito lamentável que se ponha em debate público um instrumento que é esta Assembleia que o tem que decidir, e Vossas Excelências depois escamoteiam completamente, a informação que resulta do debate público, desta Assembleia. Ora, isto também é um método de trabalhar e de decidir? Eu julgo que não é! E por isso mesmo, está aí essa proposta.

***DEPUTADA MARIA ESPADINHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO)***

Maria Espadinha, CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Quero aproveitar para felicitar o senhor Presidente da Assembleia pela apresentação que temos aqui esta noite, da Carta Educativa, e quero aproveitar para felicitar a



senhora Presidente da Câmara, o senhor vereador do pelouro respectivo e todo o corpo técnico que trabalhou nesta Carta Educativa.

Antes de exprimir a opinião como Presidente de Junta, quero dizer que, o CDS/PP vai votar favoravelmente a Carta Educativa mas sem antes deixarmos de fazer aqui um reparo, sobre o que nos é apresentado.

Como Presidente de Junta e como os meus colegas Presidentes de Junta que aqui estão, todos sabemos que somos nós os primeiros a aguentar todos os problemas inerentes a esta Carta Educativa. Hoje a minha Junta de Freguesia foi confrontada porque isto já foi divulgado e houve um lugar de uma das escolas que está na Carta Educativa para encerrar, com a qual a Junta já teve problemas. A seguir à Junta, os problemas passam para a Câmara, como já aconteceu no último ano lectivo, e assim sucessivamente. E é isso que eu quero chamar a atenção, o problema dos Censos que estão desactualizados e que já aqui foi dito. Os Censos são de 2001, temos que ser objectivos nas nossas análises, esta escola que já foi hoje para mim um problema grave, é a escola que menos alunos tem, apenas catorze, mas também sei que no próximo ano lectivo ela recebe sete alunos e saem três, portanto o seu número de alunos é superior. Há que ter isto em atenção.

Nós, Presidentes de Junta, já estamos a fazer um apanhado e por exemplo, há uma outra escola que está nesta linha do "fechar", que é a escola do Casal Novo, em que eu estou a fazer um levantamento das crianças que saem ano após ano, e aquelas que se prevêem entrar. Por exemplo, a escola neste momento tem dezassete alunos este ano, está aí mencionada para fechar, no próximo ano é uma das escolas em que entram mais alunos do que os que saem, mas daqui a quatro anos essa escola recebe dez alunos nesse ano, e contando que as crianças que entraram este ano venham a passar todos os anos, há dois alunos que vão sair e dez a entrar. E portanto temos que olhar para essas crianças que estão fixadas nesses lugares, saber se se trata de pais que não têm residência própria ou emprego próprio. Todos estes aspectos têm que ser considerados, são famílias residentes não são famílias sazonais. Isto passa-se na minha freguesia e apesar de nós, Presidentes de Junta, compreendermos que a nível pedagógico pode não ser a melhor solução para os alunos uma escola de lugar único, mas os pais não querem por nada ver a sua escola fechada. E nós Presidentes de Junta, temos que compreender que se fecharmos uma escola, estamos a contribuir para a desertificação desse lugar, porque qualquer pi jovem, que vai construir uma casa porque tem ali o seu terreno, e se não têm



escola, eles não ficam residentes nesse lugar e conseqüentemente o que acontece é que essas pessoas deixam a sua terra e vêm para a cidade residir. Portanto nós, freguesias do norte do concelho, freguesias rurais, tenham paciência, mas temos que defender aquilo que os pais acham melhor para os seus filhos. Muito obrigada.

### ***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Face ao adiantado da hora não vou ler o que tinha aqui, enfim, muitas das coisas que estão aqui já foram ditas, vou partir também do princípio que a Assembleia irá votar no sentido de isto ser adiado porque é uma discussão demasiado importante e penso que não estamos nada abalizados para poder tomar uma decisão tão importante em relação à Carta Educativa, irei só ler algumas perguntas que tinha preparado e rapidamente.

Algumas questões sobre o processo da Carta Educativa que importa esclarecer, considerando o artigo 19º, que refere que a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo que o apoio técnico necessário compete ao Ministério da Educação, porque motivo foi este instrumento elaborado por uma empresa – PROGITAP – Projectos de Arquitectura, Planeamento, Engenharia, Lda.

Em que moldes tal decisão foi tomada?

Que deliberação do executivo camarário deu origem a tal adjudicação e que custos teve esta adjudicação para o Município?

Ainda de acordo com aquele artigo do decreto 7/2003, qual a metodologia de elaboração subjacente a este documento que agora está a ser presente para discussão nesta Assembleia Municipal?

Em que moldes decorreu a participação do Conselho Municipal de Educação na elaboração da Carta Educativa?

Considerando que o mesmo apenas reuniu na passada terça-feira, de que forma foi garantido o cumprimento do disposto no decreto-lei 7/2003, assim como a alínea b) do ponto 1 do artigo 2º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Leiria, que estabelece o acompanhamento do processo de elaboração da Carta Educativa? Foi constituído algum grupo de trabalho para esta matéria?

De que modo foi garantida a participação da comunidade educativa durante todo este processo?

Qual a participação da Direcção Regional de Educação do Centro, na elaboração deste instrumento?



Até à data que fizemos este documento, desconhecia-se qualquer parecer do Conselho Municipal de Educação sobre a Carta Educativa.

Sobre o documento em apreciação, o presente documento carece de apresentação do programa de execução, assim como do plano de financiamento (e que só recebemos agora há pouco tempo e portanto não tivemos tempo para o ver), não cumprindo assim o disposto no artigo 18º do decreto-lei 7/2003, que define o conteúdo da Carta Educativa.

Deste modo, se pode concluir que não se constitui, de acordo com a lei vigente, uma Carta Educativa. Existem algumas imprecisões subjacentes, referidas no próprio documento. Não foram definidos critérios em concreto para a classificação do estado de conservação (nota na página 10).

Dos cento e oito estabelecimentos com oferta de pré-escolar, não foram fornecidos dados sobre o estado de conservação de cinquenta e sete equipamentos, o que significa que, o documento em apreciação, abrange somente 47% dos equipamentos por níveis (também citado na página 10).

O documento em apreço, apresenta um diagnóstico de oferta e de perspectivas de procura nos próximos anos, diversas propostas quanto ao reordenamento da rede, sugerindo ofertas, conversões, obras ou manutenção da situação actual. O diagnóstico surge com alguma profundidade para o pré-escolar e ensino básico. Porém, a situação referente ao ensino secundário surge como bastante incompleto e abordado de um modo algo superficial.

### ***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

Eu queria dar os parabéns à Câmara Municipal e em especial ao senhor Vereador da Educação, pelo trabalho que está aqui a ser presente à Assembleia Municipal. Trata-se de um trabalho com alguma profundidade, naturalmente assessorado pelos técnicos que vêm mencionados, mas é um documento estruturante que nos obriga a olhar para ele com alguma seriedade e com alguma profundidade. E eu penso que, digamos, o trabalho de casa foi feito, e todos nós temos que nos regozijar com esse facto. Mas penso que, dada a importância do documento, e eu pessoalmente, sendo uma pessoa que já há muitos anos vivo no meio da Educação, dado que desde os meus avós até aos meus familiares directos estão todos eles ligados ao mundo da Educação, de alguma forma tenho alguma sensibilidade para estas matérias, e gostava de vos dizer que vejo com alguma preocupação o tempo escasso que este documento veio à luz do dia para ser digamos analisado convenientemente, e tanto



mais que, neste caso concreto a Assembleia Municipal é o órgão que delibera sobre esta matéria, e sob este ponto de vista, a data da convocatória da Assembleia é do dia 12, o Conselho Municipal de Educação reuniu no dia 21, tomámos conhecimento hoje do parecer que foi dado por este Conselho, e naturalmente que todos nós sabemos que na Internet esteve disponível o documento durante dez dias, mas parece-me que dado o carácter estruturante deste documento, e o carácter até da necessidade de participação não só das comunidades educativas mas também de outros sectores da sociedade, porque isto tem um impacto transversal em termos da nossa comunidade.

Eu penso que, dado o valor que este documento contém, eu sugeria ao elenco municipal e nomeadamente ao senhor Vereador da Educação, que nos desse digamos a oportunidade, de colher outros contributos para melhorar esta obra que nos é aqui apresentada, porque eu muito sinceramente digo, se hoje ele tiver que ser aqui votado, em consciência, até porque há algumas questões inerentes ao próprio documento que me suscitam algumas dúvidas, nomeadamente na área urbana, há aqui algumas questões que são muito importantes e que devem ser mais escarpelizadas. E portanto eu faço um apelo naturalmente ao bom senso que é comum normalmente ao executivo municipal, para que possa de alguma forma dar um pouco mais de tempo para uma deliberação política, porque é o que se trata aqui nesta Assembleia Municipal, de algo que vai ter a ver com a distribuição de verbas comunitárias, de algo que vai ter um impacto para além do curto prazo, e portanto nós temos que serenamente ter a oportunidade de deliberar com os pés bem assentes na terra. Era só isto.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Eu peço agora ao senhor vereador para esclarecer algumas das questões postas e nomeadamente, esclarecer os membros da Assembleia sobre algumas das propostas que foram apresentadas. Mas peço-lhe também que use o seu poder de síntese.

***VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)***

Às vezes o poder de síntese não permite explicar bem as coisas senhor Presidente, mas há aqui questões e dúvidas que foram postas por alguns dos senhores deputados, lembro as dúvidas do senhor Presidente da Barreira, já as partilhámos várias vezes em conjunto, são dúvidas que eu também tenho como interveniente



neste processo, naturalmente, agora há uma questão que o senhor Presidente da Junta referiu, que todos os parceiros envolvidos no processo de avaliação e de aprovação deste documento, foram ouvidos. Que fique aqui seguro, que todos os parceiros que a lei prevê que sejam ouvidos para este documento ser aprovado, foram ouvidos. Não há dúvidas do ponto de vista da legislação que está em vigor. E eu cito-os se quiserem, são vinte os parceiros que fazem parte do Conselho Municipal de Educação. Foi ouvida a Câmara Municipal e votou o documento por unanimidade, não sei aonde é que não foi ninguém ouvido. Mas mais, eu volto atrás, ao ano de 1998 para cá. A partir do ano 2000, sobretudo, existem dossiers e relatórios no Município de Leiria, nos serviços respectivos da Câmara Municipal, das imensas actas de reuniões, de relatórios, que foram feitos com os territórios educativos e com os parceiros locais, que nós elegemos e privilegiámos desde o início, as Juntas de Freguesia respectivas dos territórios todos, as associações de pais de todos os territórios, os directores dos respectivos agrupamentos de escolas, das vezes em que estes assuntos foram discutidos na perspectiva sempre, quer de resolver assuntos anualmente que se punham à nossa prática e à prática educativa dos respectivos responsáveis directamente pelos órgãos de gestão e administração escolar, existe um conjunto de documentos que depois acabaram todos por confluir no documento que aqui está, e em que participaram todos os agentes envolvidos no sistema educativo do nosso concelho, e portanto, ao longo do tempo toda a gente foi ouvida. Agora, explicita e objectivamente, aqueles que têm que ser ouvidos sobre a Carta Educativa foram ouvidos. Infelizmente, noutros concelhos se calhar, que se dizem mais praticantes da democracia participativa, nem sequer puseram o documento à disposição de ninguém, fecharam o documento, levaram-no às reuniões de Câmara e hoje têm problemas, em que andam a discutir se devem ou não aprová-lo. Nós, por nossa iniciativa, porque achamos que isto deve ser um assunto discutido, partilhado, receber as informações todas de toda a gente, ouvimos todos aqueles que devíamos e pusemos à disposição de todos aqueles que quisessem dar as suas sugestões ou opiniões. Isso é indesmentível, e o senhor deputado José Augusto Esteves, que naturalmente se tivesse o poder e de acordo se calhar com os princípios que o orientam, fechava-se e trazia-se só os documentos, não punha à discussão de ninguém, e nós não o fizemos. O senhor não precisa de dizer isso aqui de uma forma exaltada, porque na verdade, não é obrigatória a discussão pública. Nós pusémo-lo e



a partilhar com toda a gente, e o senhor deputado, eventualmente, está a pensar pelos critérios que usaria se fosse Poder, mas não é, infelizmente para si.

Senhor Presidente peço desculpa mas, nós ouvimos as coisas e acho que devemos ter condições para poder responder àquilo que ouve logicamente. Oh senhor deputado desculpe, mas já nos conhecemos há muito tempo, temos que ser francos e sempre o fomos. Estas coisas têm que ser ditas.

Em relação às questões técnicas, naturalmente que o senhor deputado Pedro Biscaia fez aqui um enunciado de questões, de princípios, mas de proposta concreta não vi nenhuma, (não sei se não teve tempo para isso) vi apenas um enunciado de questões. Um documento de uma Carta Educativa não é um documento para encerrar escolas senhor deputado Pedro Biscaia! O senhor põe em enfoque o encerramento de escolas porquê? O documento de Carta Educativa não é para encerrar escolas, é um documento para organizar o território educativo, para dar resposta educativa às nossas questões. Nunca é para encerrar escolas! Não somos nós que propomos o encerramento de vinte escolas para o próximo ano lectivo, é o Governo, que o senhor apoiou e votou nele com certeza. Quem propõe encerra escolas é o Ministério da Educação. Este ano, propõe para Leiria o encerramento de vinte escolas. Eu queria saber com que meios. Já discutimos isso com os órgãos respectivos, de uma forma dialogada, partilhada e participada, e vamos discuti-los com os senhores Presidentes de Junta, com os directores dos agrupamentos, nas propostas concretas que nos foram enviadas, mas são vinte. A Câmara Municipal de Leiria não propôs encerrar escola nenhuma. É um documento que tenho ali, original, que me chegou fechado num envelope, para encerrar escolas sem nenhum diálogo prévio, o diálogo está a ser feito agora, portanto não é a Câmara de Leiria que encerra escolas. Quem encerra escolas é o nosso sistema educativo e nalguns casos com a minha total aprovação, para bem do sistema educativo e para bem das nossas crianças. Toda a gente sabe o que é que eu penso sobre isto do ponto de vista técnico, do ponto de vista educativo, não há outra solução, tem que ser a de encerrar escolas do lugar único sobretudo, é indispensável que se faça, é evidente que temos que ter condições e nós não temos condições.

O documento que aqui está, sujeito à vossa apreciação, é o documento que orienta a organização desse espaço e desse território educativo, uns lados concentrando alunos, noutros lados reforçando a oferta que já existe, e noutros lados concentrando



os alunos no mesmo estabelecimento, como definem hoje as regras do que é educar de uma forma integrada.

As questões que relacionou por exemplo das falhas, não se fala aqui do Ensino Superior. As cartas educativas não são feitas para se falarem do Ensino Superior, não são de todo. Nem sequer nós temos a responsabilidade de metermos na Carta Educativa, apresentar todas as variantes do secundário. A nossa responsabilidade enquanto Município, é do Ensino Básico, e as cartas educativas, têm a ver com a organização do sistema educativo até ao nível do secundário e está aqui todo retractado, sem qualquer falha. E a resposta do secundário no concelho de Leiria, é suficiente aquela que temos. Como sabe, falta naturalmente a questão tecnológica e dos cursos profissionais, que as escolas secundárias agora a pouco e pouco vão apanhando o passo e vão tentando resolver. E portanto, essa integração em rede do Ensino Secundário e do Ensino Profissional, e do ensino quer do nível 2 quer do nível 3, aquilo a que se chama a educação permanente, tem que estar prevista naquilo que é a concertação normal com os órgãos que dependem do Poder Central, o caso do Centro de Formação de Leiria, com o qual dialogamos e participamos e partilhamos trabalho comum, há vários anos como sabe, trabalhamos em parceria no Ensino Profissional com o Centro de Formação de Leiria há muitos anos, é um organismo do Poder Central, e significa que estamos nesse caminho, nessa tarefa, de uma forma ordenada e em rede, resolver as questões que têm a ver com o futuro, que é a formação de cidadãos bem preparados para a vida.

Quanto às questões que colocou que têm a ver com o CEL, é evidente que o CEL se fosse hoje uma escola nova não tinha área suficiente, como é evidente, ainda que na zona urbana de Leiria é um dos recursos que estamos a querer utilizar, já utilizámos, julgo que com vantagens para as crianças e para a organização do próprio território, e portanto a solução é que aquele edifício se mantenha ao serviço da Educação, embora do ponto de vista do rácio, aluno/espço exterior, não tenha, mas não há nenhuma escola da cidade de Leiria que o tenha, e muito poucas no concelho têm o rácio que a lei hoje determina. Só que, as escolas que já estão no terreno, não podem agora inventar terreno e cumprir rácios, se não tínhamos que as puxar a todas, mas não é possível. Portanto o CEL será uma boa solução, eu julgo que os agentes educativos da cidade e do Agrupamento do território de Leiria estão de acordo com a solução do CEL e julgo que têm estado todos de acordo.





Relativamente às questões que o senhor deputado Vitorino levantou, penso que parte delas no início foram respondidas, é evidente que a Carta Educativa sendo um instrumento de trabalho, a Associação de Municípios da Alta Estremadura e depois a AMLEI, de comum acordo decidiu-se que o trabalho prévio de execução da carta era entregue a gabinetes, como se fez pelo País todo, que tinham alguma especialização em tratamento de questões de ordenamento do território, a AMAE escolheu por concurso esta empresa, e foi esta empresa que, recolheu toda a informação que praticamente foram todos fornecidos pelos nossos serviços de Educação da Câmara de Leiria, a empresa não inventou dados nenhuns, quando foi adjudicada a Carta à empresa, na Câmara de Leiria tínhamos o diagnóstico todo feito, só para o nosso concelho, os dados foram fornecidos por nós porque felizmente temos essa organização há vários anos, instalada como metodologia de trabalho da Câmara, ter os dados devidamente tratados e inventariados e sistematizados. Portanto, o processo foi esse, foi essa a metodologia, foi uma escolha da AMAE e julgo que foi uma boa escolha. É evidente que, o documento, como eu disse no início, apresenta falhas, inclusivamente de dados, mas isso já foi corrigido, o documento que foi apresentado em Câmara, foi novamente retocado, foi recopiado, não foi reentregue mas todas as pessoas que falaram comigo sabem que são falhas perfeitamente pontuais e sem qualquer significado para aquilo que é a espinha dorsal deste documento e a importância vital que este documento tem para o nosso concelho.

Relativamente à questão da aprovação ou não aprovação, é uma questão que depende da Assembleia naturalmente, agora eu diria que a Direcção regional de Educação como está a fazer e como eu sei que vai fazer, vai-nos pedir novos dados, que não estão nesta Carta mas que estão a ser trabalhados para ser entregues, e portanto, eu não vejo qualquer motivo por questões de ordem temporal, a não ser que se marque uma sessão extraordinária senhor Presidente, dentro de poucos dias, se não os prazos não vão ser ajustados às necessidades que temos no nosso Concelho, independentemente de que, as questões pontuais que possam haver neste documento e que mereçam mais reflexão, como disse e está escrito na carta, é um documento que é muito monitorizado anualmente, o Conselho Municipal por proposta minha, vai criar um grupo de trabalho para fazer a monitorização da Carta Educativa do nosso Concelho, e portanto eu não vejo qual é o inconveniente de se propor a aprovação de um documento desta natureza, com esta orientação global de estrutura orientadora, que julgo que ninguém contesta, embora hajam aqui questões de



pormenor cujas propostas que chegarem mereçam ser acolhidas e introduzidas no documento, na discussão que tivermos com a DREC, que vai durar seguramente até ao mês de Maio, no mínimo. Até Maio será o tempo suficiente para dirimir as questões que faltam dirimir nas cartas educativas, não só de Leiria mas de toda a Região Centro, exceptuando aquela meia dúzia que já está aprovada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Nós temos aqui um problema.

Eu não vou dar direito de resposta a cada elemento individualmente. De qualquer modo há intervenções de dois deputados, um que claramente sinalizou com uma proposta e entregou na Mesa e que tem que a apresentar, e pareceu-me que a intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia, continha uma proposta que não foi apresentada formalmente e é por isso que lhe vou dar a palavra.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Muito obrigado senhor Presidente, penso que serei rápido.

O senhor vereador Vítor Lourenço, ou não ouviu o que eu disse ou falamos a mesma linguagem. O que ele disse eu digo, que é um documento positivo? É-o! Que reconhece o trabalho bem feito em grande parte pela Divisão de Educação da Câmara Municipal de Leiria? Já aqui foi reconhecido na última Assembleia! Eu reconheço. Mas não é isso que está em causa.

Quando referiu o problema do encerramento das escolas, claro que eu disse que era do Ministério e da DREC senhor vereador. O que eu disse é que era contraditório, há vários documentos contraditórios, entre si, eu não neguei nada do que foi afirmado. Mais, aquilo que eu fiz, por exemplo, foi a questão da complementaridade do Ensino Secundário, como foi referido, eu defendo que deveria haver a complementaridade e referi isso a propósito da aposta na Escola Profissional, que passou de segunda prioridade para primeira prioridade em dois documentos. Por exemplo, a questão do Ensino Superior, por acaso a Carta Educativa fala do Ensino Superior, embora “en passant”, e fala do Instituto Politécnico, e da ligação da Escola Profissional ao Instituto Politécnico. Agora, eu acho que de uma articulação transversal, se quisermos vertical, estratégica do ensino, a questão do Ensino Superior deveria ter uma menção e é daí a minha referência.

Mais!



Outra das coisas que eu aqui referi, foram meros exemplos das tais falhas, omissões e contradições, que foram aqui reconhecidas neste momento. Portanto, a única coisa que eu não percebo, é a atitude de inflexibilidade, aqui a única coisa que se propõe, é, vamos dar mais um espaço de tempo, porque é falado nos prazos de candidatura do QREN mas eu sinceramente, nunca vi escrito e nunca ouvi sequer, qual é o prazo, e por isso mesmo eu até disse para não se adiar para Abril se o caso for esse, convoque-se por exemplo uma Assembleia extraordinária para Março. Agora, qual é o prazo? Eu não sei! Mesmo no texto da acta do Conselho Municipal de Educação, foi aduzido esse argumento, de que era necessário aprovar isto rapidamente e em força de qualquer maneira, porque havia a candidatura do QREN, e nunca ninguém nos diz quando é que têm que apresentar a candidatura ao QREN. Sem pôr em causa (comecei por dizer) a substância positiva, o que eu contesto é o modo. E eu acho que este órgão, como um órgão fundamental, neste concelho, como um órgão político, merece outro tratamento, porque o Conselho Municipal de Educação também foi convocado para dia 21, e foi convocado 5ª feira, com o Carnaval pelo meio, em três ou quatro dias. Sim senhor, fizeram o papel que lhes foi pedido, não estou agora a discutir isso, mas continuo sem perceber é essa inflexibilidade. Agora pergunto e faço a proposta concreta que digo:

**PROPOSTA:**

Considerando a importância estratégica da Carta Educativa de Leiria para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Considerando que foram assinaladas falhas, contradições e omissões entre vários documentos subsidiários à Carta Educativa.

Considerando que o plano de financiamento só hoje, dia 23 de Fevereiro, foi do conhecimento desta Assembleia Municipal.

Proponho, que o adiamento da votação deste documento seja agendado para a próxima Assembleia Municipal extraordinária, permitindo assim o esclarecimento de dúvidas e recolhendo mais contributo por parte dos agentes sociais, interessados nesta matéria.

Nesse sentido, apelo ao consenso dos órgãos autárquicos para uma solução equilibrada, na aprovação desta Carta Educativa.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado José Augusto Esteves!



## **DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)**

José Augusto Esteves, PCP!

Senhor Presidente, precisamos de esclarecer uma coisa. É que, cada ponto da ordem de trabalhos tem a possibilidade do contraditório. Quando vir que eu estou a ocupar o tempo em demasia o senhor Presidente chama-me a atenção e eu respeitarei o senhor Presidente e vou-me sentar.

Agora, permita-me antes de mais nada, dizer uma coisa ao senhor vereador Vítor Lourenço.

Eu estava convencido que ele vinha aqui dizer, que era mentira aquilo que eu disse, que a Lei de Bases do Sistema de Educação não impõe a concentração num único estabelecimento das crianças da Escola Básica 1/2/3. Não, veio aqui com a provocaçãozinha barata, de dizer que se fosse eu, fazendo processos de intenção, eu não consultava ninguém. E eu lamento, que trate assim os membros da Assembleia Municipal, e particularmente uma pessoa amiga, que sabe perfeitamente que não era e nunca me dirigi ao senhor vereador do Pelouro da Educação, fazendo-lhe processos de intenção. E portanto lamento, que em vez de vir explicar, como diz aqui assim : "*porque parte deste documento princípio orientador, a actual Lei de Bases prevê a configuração da rede educativa à luz do espírito da integração da educação pré-escolar e dos três ciclos do Ensino Básico num único estabelecimento...*" . Isto é mentira! Esta orientação não está na Lei de Bases e é esta orientação que depois formata todas as soluções. Esta solução não pode ser para todos os territórios educativos, independentemente das condições sociais, económicas, da distribuição, da pulverização existente no território, das condições de transporte, de um conjunto de coisas que é preciso ter em conta.

Mas agora também lhe quero dizer o seguinte:

Eu também conheço métodos e não foi esse certamente do senhor vereador da Educação, de gente que faz uma proposta, pede opiniões, até consultam muito, falam muito, mas não põem lá nada daquilo que pedem consulta e daquilo que pedem opinião. E o que aqui está em causa (aliás, já deixa muita insegurança três versões, com mudanças de metodologia sistemáticas, para a gente ficar na dúvida acerca das opções) é nós querermos saber as opiniões acerca da versão final, não é das consultas que fez há três anos ou há quatro anos, é perante a opção final. Se foram colhidas ou não, as expectativas, os anseios, as soluções, as melhores soluções, para a proposta que está agora aqui em cima da mesa. É essa questão que



aqui está. Eu não quero saber do processo anterior. Eu quero é saber se a proposta final está de acordo com aquilo que são as reais necessidades do Concelho e também as aspirações das pessoas.

E é por isso mesmo também, que neste processo, e na nossa proposta nós pomos como necessidade a entrega desses documentos, e também a participação de outras pessoas, nomeadamente se for possível, de membros de Junta de Freguesia presentes aqui na Assembleia Municipal, para poderem também ajudar-nos a tomar uma decisão em definitivo e até eventualmente a emendar e a sugerir alguma proposta, que certamente o senhor vereador vai estar presente nessa reunião, se assim o entender, porque também é nesse sentido que nós fazemos a proposta :

### **PROPOSTA**

*Considerando que a proposta de Carta Educativa não foi acompanhada do resultado do debate público, nem sequer das propostas e sugestões da comunidade escolar;*

*Que algumas das soluções propostas, podem ser inadequadas, nomeadamente a imposição da lógica do movimento em cascata, particularmente a integração dos alunos das escolas básicas do 1º ciclo nas escolas básicas 2/3 na generalidade dos territórios educativos, solução que não é proposta como único recurso da Lei de Bases do Sistema Educativo, como se afirma na proposta da Carta Educativa:*

*Assim, e com o objectivo de tomar conhecimento do resultado do debate público realizado e decidir tendo em conta também, a opinião da comunidade educativa, a Assembleia Municipal decide:*

*Constituir uma Comissão específica, com vista a elaborar um parecer de eventuais propostas de alteração, a serem consideradas na próxima Assembleia Municipal de Abril (mas também podemos abrir aqui o espaço a uma eventual sessão extraordinária da Assembleia), solicitando à Câmara toda a documentação resultante da consulta pública, e propor a presença do senhor vereador do Pelouro da Educação e um Presidente de Junta de cada território educativo.*

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Temos duas propostas e obviamente que, o Regimento, obriga-nos a colocar à votação.

De qualquer modo talvez nós possamos encontrar aqui um ponto de entendimento, provavelmente não vai permitir que seja para Abril, e mesmo em Março terá que haver algum limite temporal.

Tem agora a palavra, a título excepcional, o senhor deputado Carlos André.



**DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)**

Senhor Presidente agradeço a excepção mas como tive oportunidade de dizer há pouco, eu inscrevi-me no tempo certo, a Mesa não viu, mas honestamente eu inscrevi-me, e para dizer apenas uma coisa muito breve e que constitui ao mesmo tempo um apelo ao bom senso e ao sentido de cooperação por parte da Câmara Municipal:

Se há um sector de actividade, se há uma área que é melindrosa e onde nós temos que pensar cuidadosamente todos os nossos actos, porque eles se repercutem por longos e longos anos, é o sector da Educação. Uma medida tomada hoje no sector da Educação, não se repercute apenas daqui a um ano, daqui a dois, daqui a três, daqui a dez anos ainda estamos a sofrer as consequências dessa medida, daqui a vinte anos provavelmente continuaremos a sofrer as consequências dessa medida. Toda a gente tem presente que desde que a criança entra no sistema até sair do sistema, demora muito muito tempo, e isso tem que ser tido em conta.

Posto isso, não há dúvida alguma, de que este documento carece de uma reflexão mais aprofundada. Não sou eu que o digo, é o senhor vereador do Pelouro da Educação, porque veio aqui dizer que o documento não é um documento acabado. As palavras são palavras dele, não são palavras minhas. De facto o documento é bom, saúdo o Pelouro da Educação pelo trabalho realizado, é um excelente instrumento de trabalho, mas para um órgão que tem a competência e a responsabilidade de o aprovar, ou seja, definir a estratégia educativa do concelho para o futuro e um futuro a curto e a médio prazo, é pouco tempo. Devo dizer-vos desde logo que é pouco tempo pôr este documento a começar a ser discutido depois da meia-noite, é demasiado pouco, o documento é demasiado importante para o demasiado pouco tempo que acabamos por ter, para fazer um debate desta natureza.

Há questões, elas foram aqui abordadas, não quero discutir questões de pormenor, só lhe direi senhor vereador, a título de exemplo, um documento não tem que definir a estratégia do Ensino Superior, mas uma Carta Educativa de um Concelho onde existe Ensino Superior, não pode deixar de dedicar um capítulo ao Ensino Superior, por exemplo. Isso entre outras questões.

Eu acho que nós precisamos de, calmamente, reflectir sobre este documento, e por isso eu apelava a que pudéssemos discuti-lo numa outra sessão, com pouco mais do que este ponto na ordem de trabalhos, daquelas sessões em que não temos dezanove pontos na ordem de trabalhos, em que temos um, dois ou três. Parece-me



que todos queremos colaborar, provavelmente todos queremos votar favoravelmente o documento, mas queremos votá-lo com o sentido de responsabilidade que se exige a quem tem que votar afinal, o futuro da Educação do nosso concelho . É um pedido simples, é um apelo que eu fazia.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor vereador vai dar os esclarecimentos.

***VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)***

Desde o início se verificou e eu próprio não estou desatento à Assembleia, naturalmente que percebi que as pessoas de uma maneira geral, acham que devem ter mais tempo para o documento, e nós próprios achamos que o documento precisava de ter tido mais tempo antes de chegar aqui. Eu disse-o desde o início, não escondi nada disso.

Agora, aquilo que a senhora Presidente disse na introdução, é que o documento é um documento que pode ser acabado, se hoje a Assembleia considerasse aprová-lo, não sou eu que considero, disse-o desde início, a Assembleia considera aprová-lo ou não. Agora, nós tínhamos condições, se ele fosse hoje aprovado, foi o que eu disse, eu não disse outra coisa, não disse que ele tinha que ser hoje aprovado, nunca disse isso a ninguém nem diria, não era minha missão dizê-lo sequer.

A questão que eu ponho é, nós solicitamos que a Assembleia que possa ser convocada para este efeito seja rápida, porque pelas informações todas que tenho tido dos responsáveis por esta área, vai ser um desaforo imenso para os técnicos da Direcção Regional, apreciarem todas as cartas, independentemente dos documentos que nós sabemos que eles vão pedir, estão sendo preparados, não é isso que está em causa. O que está em causa é o conceito e aquilo que são as introduções das ideias, que de uma maneira geral nós entendemos como válidas para partir já daqui desta Assembleia. Portanto, eu só solicitava ao senhor Presidente que fosse o mais rápido possível me termos de "timing". Mas se me permite só mais um esclarecimento, é o seguinte:

Nós deveríamos ter este documento entregue na Direcção Regional de Educação até 15 de Março, o "timing" que nós achávamos que era o ideal para o efeito, pouco mais de quinze dias para nós discutirmos e termos tempo de discutir o documento. Mas



gostaria de dizer se me permite, ao senhor deputado José Augusto Esteves, que não referi aquela questão que me pôs, esqueci-me, passou-me no conjunto de tantas questões que eu tomei nota, de que não é obrigatório na Lei de Base, é um dos caminhos, aqui no documento também não diz que é único, nós estamos atentos. Os caminhos do sistema educativo, nestas ofertas do Ensino Básico e nestas questões de integração ou não integração, dispersão, concentração, podem ser vários, aliás, a nossa carta apresenta aqui vários caminhos. Não é esse princípio único, não diz lá que é único, diz lá que é um dos princípios, e a Lei de Bases prevê isso. Eu peço desculpa por não ter respondido à sua questão no início.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

A senhora Presidente quer dar também um esclarecimento rápido.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Quero senhor Presidente.

Eu começava por dizer que se não tivesse havido a falha da Mesa, de não inscrever o senhor deputado Carlos André, e se ele tivesse sido o primeiro a falar, eu julgo que tínhamos evitado 80% desta discussão, porque ele resumiu exactamente o problema, quanto a mim, com as palavras exactas e certas.

Em primeiro lugar, algo que falhou nalgumas intervenções que o precederam, foi um elogio ao trabalho, porque houve algumas intervenções que aqui foram feitas (eu não digo todas) em que dão a entender perante as pessoas que estavam a ouvir, que isto tinha sido um documento feito com levandade, com ligeireza, sem profundidade, isto ouvi eu aqui, como observadora atenta daquilo que se foi passando. O senhor deputado Carlos André fez a sua intervenção, com toda a correcção e disse que não houve efectivamente tempo por parte dos membros desta Assembleia, de estudar o documento com profundidade, e que se trata de um documento importante, de um documento que é estruturante, do ponto de vista indicativo para o futuro da Educação, e que portanto há que ter mais tempo. Foi isto que eu interpretei da intervenção.

O que é que eu acho que isto leva a concluir?

Há efectivamente condicionantes senhor deputado Pedro Biscaia, está escrito que a Carta Educativa tem que ser aprovada antes das candidaturas ao QREN. Tudo indica, e aqui falamos nós por aquilo que percebemos que vai acontecer, porque o Governo ainda não disse, que a partir de Abril/Maio, as candidaturas ao QREN estão abertas.





Tudo indica! Eu estou dizer isto porque o Governo ainda não disse. E todos nós sabemos (isto vai entrar no ponto seguinte e já agora esgote, porque depois já não há discussão) que este QREN tem uma gestão completamente diferente dos outros quadros comunitários, completamente diferente, tudo é novidade. Para já, é uma gestão muitíssimo mais centralizada, mas uma das regras, é a possibilidade da contratualização. Isto significa que, podem fazer-se candidaturas aos fundos, através da elaboração de um contrato-programa, com o gestor do programa específico, que diz a um conjunto de municípios associados coincidentes com a NUT-3, que fazem este contrato-programa que lhes diz que durante os anos do próprio QREN, vão ter direito a x de dinheiro para saneamento, a outro x para a educação, e por aí fora.

Há um contrato-programa, um planeamento de intervenção e de candidaturas, que é uma vantagem grande, sem dúvida nenhuma. Para isso, é preciso que essas candidaturas e esse contrato-programa sejam feitos por associações de municípios ao nível da NUT-3 e por isso é que vem aqui o ponto seguinte. Foi preciso constituir uma associação de municípios específica, do Pinhal Litoral, para podermos fazer esta contratualização.

Portanto, tudo indica, que a partir de finais de Abril/Maio, há possibilidade de se avançar com a proposta de plano de acção, para se fazer essa dita contratualização. E todos nós sabemos, porque tem sido assim no passado, é que a candeia que vai à frente alumia duas vezes, isto é, quem tem tiver o plano de acção pronto, com os projectos perfeitamente identificados e o apresentar, tem vantagens face àqueles que ainda andam aqui fora a pensar o que é que vai acontecer.

A Associação de Municípios que no futuro vai ser "Pinhal do Litoral", se o ponto dezoito for aprovado, como espero, tem este plano de acção estruturado, tem isto pronto, e isto leva a que logo que abram as candidaturas aos fundos, se possam apresentar os planos de acção nas diversas áreas. Ora bem, o que é que nós não queremos que venha a acontecer?

É que quando abrirem as candidaturas, se se cumprir esta data de Abril/Maio, que quando nós tivermos o plano de acção todo pronto para apresentar quer na CCDR aos fundos regionais, quer nos programas temáticos nacionais e que esta Associação de Municípios pode concorrer, não queremos que alguém nos diga, ou eu ainda por cima me sentir responsabilizada, porque a Batalha até podia apresentar porque tem a carta aprovada, Porto Mós idem, mas como no meio da associação está Leiria que não tem a Carta Educativa aprovada, não pode fazer a contratualização. É isto que



eu quero evitar. Mas se me disser que talvez seja Abril/Maio e depois é Junho/Julho, até pode ser, mas as informações que nós temos, porque terminou a discussão pública do QREN, já foi apresentada aversão final em Bruxelas, logo que seja aprovada aversão final em Bruxelas (o que me parece que está por poucos dias), é feito o regulamento para cada um dos programas e a partir daí abrem as candidaturas. As despesas são elegíveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, o que significa que muitas das coisas que podem eventualmente ir avançando, podem depois vir a ser candidatadas, mesmo com a despesa já feita este ano.

Para concluir, para demonstrar a importância do assunto, conjugando a importância por um lado de não perdermos esta embalagem que esta associação de municípios tem para a contratualização, mas permitindo que as pessoas se pronunciem conscientemente sobre um documento que é importante, a sugestão que eu fazia, finalizando, era senhor Presidente, uma sessão extraordinária em meados de Março, só com este ponto único, mas fazia ainda uma outra proposta, ou seja, fundamentar que, no prazo mais rápido possível, quem já leu e ouviu os Presidentes de Junta, façam chegar as respectivas propostas de maneira a elas poderem ser analisadas, a sua pertinência, fazer as ditas correcções de pormenor que o deputado Pedro Biscaia identificou, fazer uma ou outra proposta concreta, para poderem ser analisadas. Portanto o objectivo é que antes da sessão extraordinária todas as propostas e sugestões já tenham sido enviadas porque se não nunca mais chegamos ao fim, nós já sabemos que as discussões são muito importantes, mas esta não foi uma discussão que foi feita só nestes dez dias, disse o vereador e é verdade, é uma discussão que em determinados territórios educativos e o deputado Pedro Biscaia citou um, que é o caso de Marrazes, que é muito importante e que já vem sendo discutido há muito tempo, e portanto já há um produto final afinado. Agora se há este ou aquele território em que a discussão não foi tão profunda, faça-se mas faça-se com rapidez.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Eu já discuti aqui com os elementos da Mesa e temos uma proposta para apresentar. É preciso ter em conta duas coisas: Primeiro, não é na próxima Assembleia que vamos discutir isto e portanto terá que ser em trabalho prévio, Em segundo lugar, não me parece que haja tempo para voltar a abrir à discussão pública formal, ainda que, todos os contributos, para além da Assembleia, possam ser aproveitados.



Portanto, aquilo que me parece neste momento, é que há necessidade dos membros desta Assembleia de, estudarem este documento mais pormenorizadamente, com mais tempo, e além disso de receber os contributos ou informação sobre outros contributos que foram adicionados aqui tal como pedido pelo senhor deputado José Augusto Esteves.

Tentando conciliar os prazos apresentados e as propostas (eu peço ao deputado José Augusto Esteves para ver) tendo em conta que Abril obviamente parece demasiado fora deste contexto. Eu tinha sugerido e vou justificar o porquê desta data, que é 19 de Março, é uma segunda-feira, são vinte e cinco dias a partir de agora.

A razão pela qual escolhemos esta data é primeiro para marcar a diferença de uma assembleia normal, isto é, são às sextas-feiras e esta é à segunda-feira e depois por uma questão de carácter pessoal, porque eu não posso cá estar em nenhuma das segundas-feiras.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.<sup>a</sup> ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Permita-me uma observação senhor Presidente. É que dia 19 é Dia do Pai e julgo que ainda há alguma tradição nesse sentido.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tudo bem! Então poderá ser no dia 20 de Março, terça-feira, às 20.30 horas, nesta sala. Fica então a sessão extraordinária já marcada, naturalmente que receberão as convocatórias e todos os documentos adicionais, de contributos, que eventualmente tenham sido enviados para integração no documento que aqui temos, e será o único ponto da ordem de trabalhos.

Senhor deputado José Augusto Esteves, está de acordo com esta proposta? Muito bem.

Então vamos pôr à votação

Alguém é contra esta proposta?

Alguém se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade retirar a proposta da Carta Educativa de Leiria. Mais delibera convocar uma sessão extraordinária do órgão, para o dia 20 de Março de 2007, para apreciação, discussão e votação da Carta Educativa de Leiria.**

**18. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL LITORAL DE FINS ESPECÍFICOS – ESTATUTOS –Apreciação, discussão e votação;**



Eu devo dizer o seguinte:

Eu nunca tinha assistido a uma Assembleia Municipal, e resolvi recentemente assistir à Assembleia Municipal de Coimbra, para ver como é que funcionava.

Eu tenho orgulho em dizer que a nossa é muito mais ordeira, muito mais disciplinada, não sei se é mais bem conduzida, porque o Prof. Manuel Porto tem muito mais experiência do que eu, e portanto eu congratulo todos os membros da Assembleia por esta disciplina

Alguém se pretende inscrever para este ponto? Não!

Vou pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar esta proposta e conseqüentemente autorizar a participação do Município de Leiria na Associação de Municípios do Pinhal Litoral de Fins Específicos, aprovando os respectivos estatutos nos termos constantes da proposta.**

**19. U.A.C. – UNIDADES DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO (AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO) – ESTATUTOS - Apreciação, discussão e votação**

Não há inscrições?

Vou pôr à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção, aprovar a presente proposta, e conseqüentemente autorizar a participação do Município de Leiria na U.A.C. – UNIDADES DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO (AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO) aprovando os respectivos estatutos, nos termos constantes da proposta.**



**PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)**

Senhoras e Senhores Deputados chegámos ao fim dos nossos trabalhos, agradeço a vossa presença e até à próxima sessão extraordinária, no dia 20. Muito obrigado.



**ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 27 de Abril de 2007, deliberou por unanimidade aprovar a acta .-----  
Leiria, aos 27 dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete.-----

**O Presidente da Assembleia**

**Manuel de Jesus Antunes**

**A Assistente Administrativa Especialista**

**Teresa Paula Pinto**